



**“Não pode haver neutros!” - O general Vasco Gonçalves na Revolução portuguesa
(1974-1975)**

António Custódio Henriques de Sousa Amaral

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Setembro de 2023

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo e co-orientação científica da Professora Doutora Maria Alice Samara.*

* Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública a 24 de novembro de 2023. O Júri, composto por Paulo Jorge Fernandes (Presidente), Luís Nuno Rodrigues (Arguente) e Maria Fernanda Rollo (Orientadora) atribuiu a classificação final de 19 valores por unanimidade.

*Para o meu pai,
“meu herói ainda é ele”*

Agradecimentos

Tenho para mim que a escrita é um ato solitário. Diga-se, em abono da verdade, que é assim também que gosto (ou gostava...) de lidar com a vida; reflito-a mais proficuamente sozinho, absorto nos meus pensamentos, confinado às paredes do meu quarto. Contudo, esta dissertação extravasou as fronteiras do academismo, alterou radicalmente a minha perceção no que à “existência” diz respeito. Fez-me entender que as reflexões (intelectuais ou não) são tanto ou mais positivas quanto for a sua partilha com aqueles que mais prezamos. Aos que me ajudaram nesta jornada, que foi a feitura da tese que aqui se apresenta e que continua a ser a vida nas suas mais diversas dimensionalidades, apenas um obrigado não chega. Tentarei, todavia, fazer-lhes justiça ao longo destas páginas, embora seja um exercício que, *a priori*, esteja condenado à inefabilidade.

Começo por agradecer às minhas orientadoras. Há um “antes” e um “depois” das aulas da professora Maria Fernanda Rollo. Os estímulos intelectuais a que fui exposto durante as duas horas que compunham a lição (três, no período de pós-graduação) fizeram-me entender que a “História” é mais que um aglomerado de acontecimentos com nexos causa/efeito. O estímulo intelectual perdurou até aos dias de hoje - intensificando-se enquanto desenvolvia este trabalho - e, juntamente com as palavras de conforto e afeto, espero que continuem a perdurar. A professora Alice Samara foi (e é) mestra na arte do incentivo motivacional. De todas as conversas que tivemos sobre o “companheiro Vasco” e a presente dissertação, não me lembro de uma que não tenha acabado comigo a pensar: “eu consigo mesmo fazer isto!”. Aliado ao entusiasmo que ambos nutrimos pelo “objeto de estudo” - Vasco Gonçalves -, foi ela também uma verdadeira “companheira”. Agradeço às duas os comentários, observações e correções que tão minuciosa e pacientemente foram fazendo. Apenas a mim me podem ser imputados erros no que tocante ao que nestas páginas se escreve.

Agradeço também à doutora Natércia Coimbra do Centro de Documentação 25 de Abril por tão simpaticamente me ter concedido o acesso a certas partes (às possíveis de aceder) do arquivo pessoal do general Vasco Gonçalves no Centro de Documentação 25 de Abril. Agradeço também à doutora Joana Moreira pela ajuda prestada enquanto desbravava a documentação depositada no CD25A. O auxílio que ambas me deram nesse sentido, durante os dias que passei em Coimbra, engradeceram sobremaneira o conteúdo desta tese.

Um obrigado também ao Henrique Lopes Mendonça por, entre muitas conversas, me ter passado uma imagem tão lúcida e vívida dos tempos que privou com Vasco Gonçalves. Este agradecimento específico é também extensível a toda a Associação Conquistas da Revolução: que a labuta empreendida no que concerne à memória do processo revolucionário português e, em específico, do general Vasco Gonçalves, seja passada às gerações vindouras como a mim me foi transmitida.

“Resta-me” agradecer aos meus amigos e familiares.

À professora Ana Gonçalves, que lecionava História como ninguém. É graças a ela que o meu gosto pela disciplina se desenvolveu durante o 3º ciclo e o secundário. Aliando à sua capacidade de transmitir conhecimento, trazia também para as suas aulas um olhar terno e compreensivo que, por diversas vezes, me arrebatava. É com enorme carinho e respeito, bem como alguma saudade, que retenho na memória as suas lições, conselhos e conversas.

Ao Rui, meu companheiro de primeira hora na FCSH e, em tempos mais longínquos, de infantário. Lembro-me como se fosse hoje, quando tomámos a decisão que iríamos estudar História, numa mesa solarenga no Verde.

Ao Tomás, pelo calcorrear entre as aldeias do país e na vida em geral. Que estejas sempre a meu lado, na academia e fora dela. Ao Lima, por hoje já não conseguir prescindir do seu firme cumprimento e do seu humor particular. À Carolina, que é uma amiga e, a partir de Vilamoura, transformou-se numa irmã, sempre atenta ao que a rodeia. À Catarina, pela amizade e amor partilhado ao Sporting Clube de Portugal. Será sempre o “booooooooo” durante o meu linguajar mais frenético a ver o nosso clube, no estádio ou no pavilhão. À Constança, por me desconstruir incessantemente, mesmo sem saber que o faz e que tem o meu profundo agradecimento por isso. Graças a vocês, a vida e a Biblioteca Nacional são lugares mais luminosos. Obrigado pelo privilégio da vossa amizade.

Ao Rosado e ao Falcato, pela camaradagem e apoio: contem sempre comigo. À Leonor, pelos abraços e convívios até hoje (e pelos de amanhã, certamente). À Raquel, pela inesgotável paciência que tem comigo. Ao Nuno, por me fazer crescer enquanto ajudamos outros a crescerem. Ao Gustavo, ao Pedro e ao Alex, companheiros de primeira e última hora. À Beatriz, por me mostrar o significado de uma verdadeira amizade: duradoura e inquestionável, não importa o tempo que passe sem nos vermos. Ao António, ao Francisco e à Margarida, pelos momentos em Alvalade (e neste sentido, um obrigado também à Sónia). E à Inês, pela companhia e carinho durante os dias que passei em

Coimbra à procura de documentação. Por me terem proporcionado tantos e tão bons intervalos desta dissertação: o meu mais sincero e profundo agradecimento.

Ao Pedro Casanova, primo e melhor amigo. Que a nossa amizade seja tão forte quanto as nossas discussões, travadas no Monte Frio ou numa esplanada qualquer. Se o Lukács ainda vivesse, olhando para as nossas interações, diria que incorporámos na perfeição a “destruição da razão” (mais ele do que eu, diga-se). Obrigado pelo carinho, apoio e conversas. Será sempre assim, tenho a certeza.

E, por último, à minha família. Aos meus avós, pelo carinho imensurável de ontem e hoje. À minha irmã, porque me torna melhor pessoa, dia após dia. À minha mãe, razão do meu acordar: devo-lhe este mundo e o outro. E ao meu pai, a quem dedico por inteiro este trabalho. Assim o é porque, por vezes, o amor não se expressa somente no afeto fisicamente exteriorizado: pode também expressar-se em viagens semanais de comboio para a Covilhã, “deixando-nos” em casa a aguardar ansiosamente pelo retorno do eterno passageiro. Assim o é porque, como alguém disse um dia, referindo-se também ao seu pai: “meu herói ainda é ele”.

Resumo

“Não pode haver neutros!” - O general Vasco Gonçalves na Revolução portuguesa (1974-1975)

António Custódio Henriques de Sousa Amaral

PALAVRAS-CHAVE: Vasco Gonçalves; 25 de Abril de 1974; Revolução portuguesa; sujeito político; história do discurso político; história das revoluções;

A presente dissertação tem como objeto de estudo a formação e o desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves, no concernente aos dois anos em que a Revolução portuguesa se processou (1974-1975). O ponto de partida, para o exercício que nos propomos fazer, escorou-se no pressuposto fundamental de que o sujeito político emergente em Vasco Gonçalves, enquanto sujeito-agente do processo revolucionário português, não se desenvolve arredado do processo e do contexto que o ladeou: antes é um “produto” de um período historicamente condicionado como foi o biénio revolucionário português. Destarte, os diversos desdobramentos e diferentes conceções que o sujeito político em Vasco Gonçalves irá sofrer e assimilar, durante a cronologia em estudo, são dialeticamente influenciados pelas idiossincrasias das diferentes fases que a Revolução portuguesa foi concebendo. Os avanços e refluxos qualitativos que o processo revolucionário português experienciou na sua dinâmica particular, na ação das massas populares num quadro agudo e generalizado de luta de classes, refletem-se também ao nível de um sujeito político em desenvolvimento, uma vez que Vasco Gonçalves se assume, em gradual ascensão, enquanto “agente orgânico” das classes trabalhadoras portuguesas: nesse sentido, elas próprias em conluio com o MFA condicionarão indelévelmente a formação e o desenvolvimento de um sujeito político. Assim sendo, através da sua trajetória político-ideológica enquanto Primeiro-ministro dos II, III, IV e V Governos Provisórios entre 1974 e 1975, dos seus discursos proferidos enquanto tal, em que convocamos a história e a memória da Revolução portuguesa, aferiremos analítica e concetualmente a formação de uma subjetividade revolucionária no desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves em incessante mutação, exteriorizada em locais tão paradigmáticos como o Sabugo ou Almada.

Abstract

“There can be no neutrals!” - general Vasco Gonçalves in the portuguese Revolution (1974-1975)

António Custódio Henriques de Sousa Amaral

KEY-WORDS: Vasco Gonçalves; 25th of April 1974; portuguese Revolution; political subject; history of political discourse; history of revolutions;

This dissertation has as an object the formation and the development of Vasco Gonçalves as a political subject, namely during the 2 years of the Portuguese Revolutionary process (1974-1975). The starting point is anchored on the fundamental assumption that this political subject emergent on the figure of Vasco Gonçalves, understood as subject-agent of the Portuguese revolutionary process, did not emerge in estrangement from both the process and context in which it emerged: rather, it is dealt with as the “product” of a historically specific and conditioned period just as the biennial revolutionary process. Hence, the several disentanglements through which this political subject will emerge are dialectically influenced by the different idiosyncrasies that the Portuguese revolution conceived. The process, shaped by heightened and generalized class struggles, inscribes itself into this developing political subject since Vasco Gonçalves will progressively be considered as an “organic agent” of the Portuguese working classes: these classes themselves with the MFA will inevitably shape the development of a political subject. Therefore, through his political and ideological trajectory as the Prime-Minister of the II, III, IV and V Provisional Governments between 1974 and 1975, analysed through his speeches and the evocation of the history and memory of the Portuguese Revolution, we will analytically and conceptually assess the definitive development of a revolutionary subjectivity within the incessant mutation of Vasco Gonçalves as political subject that left its mark in paradigmatic places such as Sabugo or Almada.

Lista de Abreviaturas

AMFA - Assembleia do Movimento das Forças Armadas

CDS - Centro Democrático Social

COPCON - Comando Operacional do Continente

CCP - Comissão Coordenadora do Programa do MFA

CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical

CRT's - Comissões Revolucionárias de Trabalhadores

CIP - Confederação da Indústria Portuguesa

CEMGFA - Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CR - Conselho da Revolução

CT - Comissão de Trabalhadores

EMGFA - Estado-Maior-General das Forças Armadas

GNR - Guarda Nacional Republicana

ISM - Instituto de Sociologia Militar

JSN - Junta de Salvação Nacional

MDE-S - Movimento Dinamizador Empresa-Sociedade

MPD/CDE - Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

MFA - Movimento das Forças Armadas

NATO - North Atlantic Treaty Organization

PAP - Plano de Ação Política

PCP - Partido Comunista Português

PPD - Partido Popular Democrata

PPES - Programa de Política Económica e Social

PS - Partido Socialista

RML - Região Militar de Lisboa

Índice

Introdução.....	1
1. Para o estudo de um sujeito político em formação: processo, contexto e agencialidade.....	6
1.1 - Um sujeito político “ <i>da</i> revolução”: que processo e contexto?.....	8
1.2 - Um sujeito político “ <i>em</i> revolução”: que agencialidade?.....	18
1.3 - Pressupostos teórico-metodológicos para o estudo de um sujeito político “ <i>em/da</i> ” revolução.....	26
1.4 - Os Governos Provisórios: sobre a estrutura do presente estudo.....	31
2. O II Governo Provisório: a “indefinição”.....	35
2.1 - Os antecedentes: o general Spínola e o “golpe Palma Carlos”.....	40
2.2 - As classes dominantes e o 25 de Abril de 1974: que reação?.....	45
2.3 - O Primeiro-ministro Vasco Gonçalves: a “indefinição”.....	49
3. O III Governo Provisório: a “consolidação”.....	66
3.1 - O desenvolvimento centrípeto do MFA.....	76
3.2 - O “discurso no Sabugo”: a “consolidação”.....	89
4. O IV e o V Governo Provisório: a “afirmação”.....	100
4.1 - O desenvolvimento centrífugo do MFA.....	113
4.2 - O “discurso na Sorefame”: a “afirmação” no consenso.....	123
4.3 - O “discurso de Almada”: a “afirmação” na crítica.....	134
Conclusão.....	147
Fontes e Bibliografia.....	151

“Ora, é da natureza de certos homens a recusa de um destino pré-fixado e a necessidade de buscar novos rumos, mais dignos das virtualidades humanas - e daí, claro está, as utopias, as ucronias, as revoluções pacíficas ou violentas. E os fracassos também.”

Joel Serrão, *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, 1973.

Introdução

Corre o ano de 1975. Agosto está prestes a despedir-se. Esse verão, que se vaticinou com pleonástica ênfase de “quente”, marcará indelevelmente a Revolução portuguesa que, atingindo o seu ponto culminante de rutura, corre em passo célere para o seu desfecho político-institucional. O “tempo”, enquanto variável percecionada e conceptualizada, estava dissolvido no imediatismo pragmático a que todo e qualquer processo revolucionário se submeteu ao longo da História. O relógio, enquanto medidor temporal, encontrava-se no pulso dos sujeitos e não no pulsar da Revolução.

O debate público à época, acicatado pelas idiossincrasias de um processo revolucionário indómito, conflui na sua quase totalidade para a discussão entre a manutenção ou a dissolução do V Governo Provisório. Este, em comparação com os que o precederam, seria o menos representativo no tocante às forças político-partidárias que se encontravam em disputa pela hegemonia de um Estado exaurido às mãos das massas populares em movimento. Como apregoava Lenine, estas constituíam esse “outro governo, ainda fraco, embrionário, mas indubitavelmente existente de facto e em desenvolvimento”¹, embora as diferenças de organização e centralização entre os soviets russos e os organismos de massas/classe portugueses, durante os anos de 1974 e 1975, sejam sobejamente profusas e esclarecedoras². A face mais visível e institucional desse “poder dual” - dentro dos limites do institucionalismo possível -, cada vez menos “estranho” ao desenrolar fenoménico da Revolução portuguesa “rumo ao socialismo”, encontrava-se em Vasco Gonçalves, Primeiro-ministro do II, III, IV e V Governos Provisórios. Embora Vasco Gonçalves fosse avesso a “ideologias propostas pelos esquerdistas e outras tendências anarquizantes”, pelos “perigos a que poderá conduzir a sua falta de capacidade real para a solução dos problemas concretos”³, onde a ação espontânea e não organizada/centralizada do movimento de massas, fomentada pela extrema-esquerda, seria um dos principais escolhos à superação da crise de autoridade do

¹ V.I. Lénine, “Sobre a dualidade de poderes” in Lénine, *Obras Escolhidas* (tomo III) (Lisboa: Edições Avante!, 1985), 132.

² “(...) a situação de “duplo poder” criada pelos milhares de órgãos de vontade popular eleitos nas empresas, nos bairros e nos campos do Sul pelos trabalhadores e moradores, nunca se constituiu numa organização nacional una e articulada. Muito menos, na sua dispersão, assumiu maioritariamente uma orientação política clara ou se colocou a questão da tomada do poder. Ao contrário do que acontece nos soviets da Rússia de 1917 ou na revolução conselheira alemã de 1918/19, não há na revolução portuguesa um “poder popular” paralelo unificado, por isso se não colocou nunca, na prática, a questão de “todo o poder aos órgãos de vontade popular” in Fernando Rosas, “Ser e não ser - Notas sobre a Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º aniversário”, *Vírus*, II série, nº 5, (2014): 13.

³ Vasco Gonçalves, “Discurso no estádio 1º de Maio no dia comemorativo do Trabalho” in Vasco Gonçalves, *Discursos, Conferências, Entrevistas* ([S.l.]: Augusto Paula da Gama, 1976), 274.

Estado, o à data Primeiro-ministro era associado a todo e qualquer senso ou ação que se antagonizasse com a chamada “normalização democrática” de “tipo ocidental”, o que, entre outros pressupostos erróneos, procuraremos desmistificar ao longo deste trabalho.

Neste sentido, importa destacar dois textos publicados na imprensa portuguesa durante esse efervescente mês, em que se vislumbra a percepção polarizada da sociedade portuguesa no que concerne a Vasco Gonçalves e, dialeticamente, ao próprio processo revolucionário em curso. Podemos dizer que os dois artigos aqui apresentados serão representativos dessa mesma premissa, matizando as duas visões que se digladiavam quanto ao desembocar da Revolução portuguesa, mas que, contudo, como teremos a oportunidade de analisar, não se fechavam a si próprias e em si mesmas.

O primeiro texto que gostaríamos de analisar, redigido por Eduardo Lourenço, intitula-se “O Camarada Vasco”⁴, escrito a 29 de agosto de 1975 e publicado no *Jornal Novo* a 4 de setembro do mesmo ano, e mais tarde compilado no livro “O fascismo nunca existiu” do mesmo autor. Alinhado político-ideologicamente com a “linha moderada” postulada no “Documento dos Nove”⁵, Eduardo Lourenço apresenta-nos a imagem de Vasco Gonçalves associado a um “projeto desastroso e inaplicável à *situação portuguesa actual*”, embora não lhe seja negada “coragem física, nem coragem moral, nem coerência política e ideológica”⁶. Segundo o autor, a extrapolada “personalização” da vida política portuguesa, imersa no processo revolucionário, configura um dos elementos decisivos para a fissão - mais especificamente, uma cisão que não tinha como causa única a figura de Vasco Gonçalves - da sociedade portuguesa, conduzindo o “país político, e em parte o país real, para um combate implacável «pró-Vasco» e «anti-Vasco»”⁷.

Contudo, e ainda no mesmo âmbito, “o decisivo não é a psicologia ou a patologia do actual primeiro-ministro mas o *conteúdo objectivo* da sua força política, aquele que explica - e porventura - justifica a sua insólita resistência”⁸, concretizando adiante que, “caricaturando: Vasco Gonçalves não pode «morrer» às mãos do arcebispo de Braga, de Mário Soares, de Melo Antunes e Otelo de Carvalho”⁹, enaltecendo as contradições intrínsecas que se iam gizando e materializando durante a Revolução portuguesa,

⁴ Eduardo Lourenço, “O Camarada Vasco” in Lourenço, *O Fascismo Nunca Existiu* (Lisboa: D. Quixote, 1976), 149-156.

⁵ “Nas suas linhas gerais, só o projecto dos 9 é *realista* e, por isso mesmo, *revolucionário*” in *Idem*, 154.

⁶ *Idem*, 149.

⁷ *Ibidem*.

⁸ *Ibidem*, sublinhado do texto.

⁹ *Idem*, 152.

residindo nelas mesmas, na mundivisão de Eduardo Lourenço, a força material e objetiva que ainda sustentava, social e politicamente, Vasco Gonçalves enquanto Primeiro-ministro. Quer isto dizer que a sua manutenção em São Bento assentava numa “«coerência» política (...) fundamentalmente *negativa*”¹⁰ o que leva o autor a caracterizá-lo como “reduzido a cadáver político adiado”¹¹, num processo revolucionário que não se queria subsumido nem à pessoa nem às concepções ideológicas do Primeiro-ministro. Destarte, o “apagamento” de Vasco Gonçalves da vida política teria de ser feito “em função do processo da Revolução enquanto *inequivocamente* socialista”¹², pois, como suprarreferido, para o autor, Vasco Gonçalves e a sua *práxis* político-ideológica, bem como a de todos aqueles que se identificavam com ela, açambarcaram o valor simbólico-ideológico e prático do que, *a priori*, deveria ser uma “revolução”. Sintetizando e concluindo:

"O dilema não é *Revolução e Democracia Burguesa* como Vasco-Édipo o proclama à face incrédula ou seduzida do Mundo. O dilema é entre o *socialismo autoritário*, anti-democrático e burocrático de Vasco Gonçalves e *socialismo democrático, crítico e popular* que a imensa maioria do país não reacionário deseja e espera. Contra as aparências, só o segundo é *revolucionário* (...)”¹³.

Em sentido inverso, atendamos ao artigo de José Saramago, “Ser ou ser não ser Vasco”¹⁴, publicado no *Diário de Notícias* a 23 de agosto de 1975 e, posteriormente, compilado nos seus “Apontamentos”. Assumindo que o jornal em que o texto é publicado não se assume nem “vascófilo” nem “vascófobo” - numa altura em que o *Diário de Notícias* era acusado de estar sectariamente alinhado com o PCP e com a esquerda militar do MFA¹⁵ -, Saramago reflete que “aqueles que alimentam outros projectos, não precisamente favoráveis aos interesses do povo”, gritando “«fora o Vasco!» ou «morra o Vasco!»”, usado como “táctica ostensiva para disfarçar uma estratégia que gostaria de ocultar-se melhor”, têm por objetivo “fundir no mesmo ódio um nome e um processo revolucionário para simultaneamente os eliminar”¹⁶, pensamento já expresso, diga-se, por

¹⁰ *Idem*, 153.

¹¹ *Idem*, 151.

¹² *Idem* 152, sublinhados do texto.

¹³ *Idem*, 156, sublinhados do texto.

¹⁴ José Saramago, “Ser ou não ser Vasco” in Saramago, *Apontamentos* (Porto: Porto Editora, 2014), 369-372.

¹⁵ *vide* Pedro Marques Gomes, *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no verão quente de 1975*, (Lisboa : Alêtheia, 2014).

¹⁶ José Saramago, “Ser ou não ser Vasco” in Saramago, *Apontamentos...*, 370.

Vasco Gonçalves a 20 de agosto de 1975, três dias antes do artigo em questão ser publicado:

“Não é a figura do Primeiro Ministro que se pretende abater, mas sim as ideias que ele defende. Com este ou outro Primeiro Ministro empenhado na Revolução, os nossos adversários não cessariam de mover os seus ataques à Revolução e à Democracia”¹⁷.

Prosseguindo, o autor reforça ainda que “Vasco Gonçalves foi o único capaz de compreender o que em Portugal se passou a partir do 25 de Abril: a súbita aceleração da luta de classes e a sua extrema agudização, e também a evidência da inviabilidade de soluções sociais-democratas ou de capitalismo reciclado”, acrescentando adiante, mesmo não considerando o jornal “vascófilo” ou “vascófobo”, que “o Diário de Notícias apoia o primeiro-ministro e racha a lenha que pode e sabe (...)”¹⁸. José Saramago conclui, alegando que “Vasco Gonçalves é homem para o socialismo, o único entre as figuras históricas do MFA”, e que “ninguém pode fazer o socialismo sem o povo (...)”, colocando o ónus da concretização da Revolução socialista nos militares do MFA: “ajudar o primeiro passo para o socialismo ou ser o seu coveiro”¹⁹.

Antagónicas entre si, as visões de Eduardo Lourenço e de José Saramago, no findar do mês de agosto de 1975, espelham a perceção pública polarizada do processo revolucionário português, quanto aos seus modos de desenvolvimento e desfecho. Há, também, dois generais distintos nas visões dos autores: para Eduardo Lourenço, a Revolução singrará apesar de Vasco Gonçalves, e para José Saramago, a Revolução progredirá com Vasco Gonçalves. Para o primeiro, com a manutenção de Vasco Gonçalves enquanto Primeiro-ministro, o processo revolucionário sofreria uma deriva autoritária, e por isso anti-socialista. Já para o segundo, este seria indispensável ao propósito último da Revolução, a saber-se, o socialismo. A participação ativa do cidadão dito comum, assalariado rural ou urbano, ou do intelectual letrado, filósofo ou jornalista, durante esse mês de agosto, foi irruptiva, o que por um lado caracterizava a toada conflitante cada vez mais aguda no cerne da sociedade portuguesa, mas, por outro lado, fazia emergir uma dinâmica de discussão plural sobre os problemas objetivos do país, nos mais variados quadrantes do mesmo. A Revolução não se fez apenas atuando, fez-se

¹⁷ Vasco Gonçalves, “Discurso proferido na posse dos novos Secretários de Estado do V Governo em resposta ao discurso do Presidente da República” in Gonçalves, *Discursos...*, 487-488.

¹⁸ José Saramago, “Ser ou não ser Vasco” in Saramago, *Apontamento...*, 370-371.

¹⁹ *Idem*, 371-372.

também discutindo, e o mês de agosto de 1975, não obstante a tensão envolvente, constitui um arquétipo disso mesmo. Da contradição emerge e emergiu a superação.

Neste sentido, o presente estudo debruçar-se-á sobre a figura de Vasco Gonçalves durante o biénio revolucionário português (1974-1975), na pretensão de aferir e evidenciar a formação de um sujeito político em relação dialética com as diferentes fases da Revolução nos seus avanços e refluxos qualitativos. Esta dissertação não é, portanto, um estudo biográfico na plena aceção da palavra, mas antes um mapeamento espaço-temporal de um sujeito político em desenvolvimento durante a Revolução portuguesa. Para o efeito, procurámos que a presente dissertação se escorasse numa matriz teórico-filosófica capaz de desvendar as idiossincrasias do desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves, tanto no estudo dos seus discursos ao longo da vigência dos Governos Provisórios por si encabeçados enquanto Primeiro-ministro, bem como na análise de documentação referente a esse percurso não publicada até aos dias de hoje. Destarte, o que terá caracterizado e condicionado, em termos práticos e ideológicos, o desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves, no desenlace da Revolução portuguesa e das suas diversas fases? Qual será, em termos objetivos, a substância político-ideológica que, numa lógica de sobredeterminação, conflui para a praxis governativa e revolucionária de Vasco Gonçalves? Qual a real influência aglutinadora da articulação de Vasco Gonçalves com as massas populares em movimento, no desenvolvimento de um sujeito político? Em que medida será expressa e exteriorizada essa constante metamorfose endógena, ao nível de um sujeito político em desenvolvimento?

Não obstante as visões diametralmente distintas de José Saramago e Eduardo Lourenço, anunciadoras de um sujeito político polarizante, ambas parecem estar em concordância com as palavras que José Barata-Moura proferiu no primeiro aniversário da morte de Vasco Gonçalves, e que serão o ponto de partida para o estudo que aqui se inicia, a saber-se:

“Vasco Gonçalves foi um «homem em revolução», e um homem *da* revolução”²⁰.

²⁰ José Barata-Moura, “Um «homem em revolução» sobre Vasco Gonçalves”, *Vértice*, II série, nº 130 (2006): 18, sublinhados do texto.

1. Para o estudo de um sujeito político em formação: processo, contexto e agencialidade

György Lukács, filósofo húngaro, proclama que “como sempre ocorre na história, esse questionamento prático de como o homem se torna membro ativo de uma sociedade é igualmente produto do próprio desenvolvimento sócio-histórico”, concretizando adiante que “o primeiro tipo pelo qual esse novo questionamento dirigido ao modo de vida, à essência prática do homem veio ao mundo foi a revolução socialista (...)”²¹. Karl Marx, elucida que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”²². Já António Gramsci, constata, metaforicamente, que “quem ficou à janela, a armar uma emboscada, quer usufruir do pouco bem que a atividade de poucos produz, mas desabafará a sua desilusão insultando o sacrificado, o dessangrado, por não ter conseguido o seu propósito”, o que o leva a clamar que “vivo, eu tomo partido [e] é por isso que odeio quem não toma partido, odeio indiferentes”²³.

Processo, contexto e agencialidade: eis as ideias-chave que respetivamente se entrelaçam no fluxo das três perspetivas filosóficas. Não se concebe (e, consequentemente, analisa) um sujeito político sem estas três dimensões. Se Lukács atenta fenomenologicamente à “revolução socialista” enquanto processo capaz de anular e superar as contradições e constrangimentos que impedem o sujeito - *lato sensu* - de se tornar “membro ativo de uma sociedade”, ou seja, um sujeito político, Marx, por seu lado, alude à impossibilidade do mesmo em dissociar-se das condições objetivas, anteriores e imediatas, do contexto em que ocorre essa emergência, condições essas extrínsecas ao próprio sujeito e, *ipso facto*, inultrapassáveis. Já no tocante a Gramsci, em cujo pensamento se domicilia implicitamente a ideia de “agencialidade”, a “indiferença” é percecionada enquanto espectro negativo do subjetivismo humano, expresso na dimensionalidade político-social da ação. Segundo Anthony Giddens, na caracterização de agencialidade, “a ideia de ‘acção’ ou de agência, não se refere a uma série de actos discretos combinados entre si, mas a um fluxo contínuo da conduta”²⁴, sendo que este se

²¹ György Lukács, *Para uma ontologia do ser social II* (São Paulo: Boitempo, 2013), 560.

²² Karl Marx, “O 18 de brumário de Louis Bonaparte” in Friedrich Engels e Karl Marx, *Marx-Engels: Obras Escolhidas* (tomo I) (Lisboa: Edições Avante!, 2008), 434.

²³ Antonio Gramsci, “Indiferentes” in Rita Ciotta Neves (trad). *Escritos livres (1910-1926)* (Lisboa: Edições Colibri, 2021), 80-81.

²⁴ Anthony Giddens, *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura* (Oeiras: Celta Editora, 2000), 14.

polariza no próprio sujeito em si, não obstante as condições objetivas e subjetivas em que se expressa.

A citação que compõe o título do presente trabalho - “não pode haver neutros!”²⁵ - pronunciada por Vasco Gonçalves no discurso da Sorefame a 17 de maio de 1975, é a materialização semântica germinal de um sujeito político que, com o avanço qualitativo que a Revolução portuguesa intensificava, começa a afirmar-se no próprio. Aludindo então, tacitamente, ao processo - pois que numa Revolução “não pode haver neutros” -, ao contexto - é que face ao perigo da “reação” e da grave crise económica que se vivia, “não pode haver neutros” - e à agencialidade - porquanto a “neutralidade” entre “reação” e “revolução” é uma impossibilidade subjetiva face ao agudizar da situação portuguesa - Vasco Gonçalves exterioriza o seu sujeito político perante uma plateia repleta de trabalhadores, para que eles próprios experienciam também o “questionamento prático” que lhes possibilitará fazerem-se sujeitos políticos ativos, capazes de condicionar o processo, compreender o contexto e adquirir agencialidade. Como dirá o próprio, nesse mesmo discurso, “nós [MFA] estamos aqui mas estamos prontos a ir para aí, para o vosso lugar, e vós [trabalhadores] virdes para aqui. Isto é uma revolução de nós todos”²⁶. Do eu - uma individualidade em representação do MFA - nascerá um nós - um coletivo coextensivamente articulado. É dessa articulação, enquanto pressuposto fundamental, que germinará uma totalidade concreta operada pelo elo concebido, a saber-se, o sujeito político em Vasco Gonçalves. Em suma:

“Diante da diversidade de enfoques teóricos, o sujeito político é pensado como um sujeito das relações intersubjetivas, da ação; um sujeito social, da ação comunicativa, da diferença e da identidade. Há um consenso de que sua atuação em contextos sociais e institucionais está pautada pela busca de reconhecimento nos planos individual e coletivo e que são sujeitos voltados para a democratização das relações sociais que desembocam em projetos emancipatórios diante do tensionamento entre relações de antagonismos. Conclui-se que a noção de reconhecimento estabelece um diálogo entre diferentes concepções teóricas e promove um alargamento da noção de sujeito político como construção permanente em contextos de interação”²⁷.

²⁵ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sorefame” in Gonçalves, *Discursos...*, 315.

²⁶ *Idem...*, 311.

²⁷ Aparecida Rosângela Silveira e Cornelis Johannesvan Stralen, “Sujeito e política no debate contemporâneo”, *Psicologia em Revista* 23, nº3 (2017): 949.

1.1 - Um sujeito político “da revolução”: que processo e contexto?

O processo revolucionário português, iniciado a 25 de Abril de 1974, constitui aos dias de hoje um tema de estudo complexo, munido de idiosincrasias próprias de uma revolução, e diferentes ângulos epistemológicos que a escrutinam analiticamente. Desde a Ciência Política à Antropologia, o que evidencia a interdisciplinaridade e a pluralidade académica/cívica a que o tema é hoje subordinado, encontramos diferentes pontos de vista que o revisitam e dele tentam extrair diversas hipóteses de análise de estudo. Não obstante e por ser um período sincrónica e diacronicamente conotado com um passado recente, “um passado carregado de agora”²⁸ na visão positiva de quem viveu e estudou a Revolução portuguesa, os diferentes pontos de vista e de análise do período compreendido entre 1974 e 1976 conflituam epistemologicamente entre si - o que motiva o direito ao contraditório e a discussão crítica nos meios cívicos e académicos.

Sem o intuito de efetuar uma análise taxionómica, sob o risco de diluir as particularidades centrais de cada um dos autores numa crítica rigidamente “categorizante”, começemos pela distinção entre “transição” e “revolução”, que vários autores aplicam para classificar o período compreendido entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975/25 de Abril de 1976.

Começando pelo primeiro termo, como interpretar concetualmente “transição” no contexto particular do caso português? António Costa Pinto, estudioso na área da Ciência Política, diz-nos que “considerando transição, na definição de Leonardo Morlino, «o período fluido e incerto em que as estruturas democráticas estão a emergir», mas onde ainda não é claro que regime vai ser instaurando, a fase mais complexa do caso português decorre entre 1974 e 1976, ano da aprovação da Constituição e das primeiras eleições legislativas e presidenciais”²⁹. Nesse sentido “concentram-se nestes dois anos tensões poderosas na sociedade portuguesa, com alguns elementos de uma conjuntura revolucionária”³⁰. Muito embora o autor destaque que “ainda não é claro que regime vai ser instaurado”, elucidando adiante que “Portugal conheceu uma transição por rotura”³¹, são várias as problemáticas que, num sentido epistemológico, esta interpretação suscita.

²⁸ Ricardo Noronha, *Banca ao serviço do povo* (Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2018), 346.

²⁹ António Costa Pinto, “A vida política” in António Costa Pinto (coord.), *História Contemporânea de Portugal: A Busca da Democracia 1960-2000* (vol. 5) (Carnaxide: Objectiva, 2013), 36.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Idem*, 37.

Primeiramente, em termos teórico-metodológicos, a Ciência Política, área em que germinou e proliferou o uso do termo “transição” para a caracterização da Revolução portuguesa, parece resumir-se a premissas apodíticas, materializadas em equações semânticas funcionalmente estáticas - “(...) quanto maior for o poder dos titulares de cargos no regime autoritário, mais demorada será a transição”³². Desta forma, a assunção categorial do termo “transição”, agregada aos pressupostos teórico-metodológicos que lhe dão substancialidade, retira movimento e complexidade à realidade social auscultada. Na teoria, ou seja, epistemologicamente, e na prática, ou seja, na operacionalização dos conceitos, reduz-se o movimento social e a sua agencialidade, as ideologias veiculadas e o próprio desenvolvimento político, económico e social do período em questão às estruturas políticas e ao fim que estas terão - alheias à análise em si do objeto de estudo, formuladas *a priori*-, bem como aos sujeitos políticos emergentes, amarrados a um desígnio teleológico transcendente e não imanente ao próprio processo. No fundo, é como se o objeto de estudo, neste caso a Revolução portuguesa, estivesse subordinado aos ditames teórico-metodológicos próprios da Ciência Política, e não o seu inverso, truncando-o na sua essência processual e concetual.

Além do mais, o termo “transição” encerra em si mesmo, como já supramencionado, um fim, um desígnio teleologicamente concebido. Nas palavras de Carlos Taibo, “boa parte da literatura sobre transições não se limita a analisar as transições, mas agrega a estas um destino final desejado: a democracia”³³, o que nos impele a levantar diversas questões como as que interrogam o tipo de democracia - representativa ou direta - ou a dinâmica dos processos políticos e socioeconómicos que levaram ao desfecho de um tipo de modalidade, ao invés de outra que lhe fosse radicalmente diferente. Quer dizer: transição em que sentido e com que fim? Fernando Rosas alude a um “ser e um não ser na revolução portuguesa de 1974/75”, concretizando que “ela teve a força de subverter a ordem estabelecida atingindo os fundamentos do próprio sistema capitalista, mas não conseguiu segurar e, menos ainda, aprofundar essas aquisições num poder socialista durável”, pois foi “travada a meio caminho e perdeu boa parte das suas conquistas mais avançadas na contrarrevolução mansa que se estabeleceu

³² Phillippe Schmitter, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia* (Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade, 1999), 303.

³³ Carlos Taibo *apud* Raquel Varela, *O que é uma Revolução? : Teoria, História e Historiografia* (Lisboa: Colibri, 2015), 57-58.

com a “normalização democrática”³⁴. Ou seja, durante o processo revolucionário português, estiveram em disputa várias tendências político-ideológicas, cada qual com a sua mundivisão, em luta pela hegemonia de um (projeto de) Estado e de sociedade, uma vez que o desfecho da Revolução portuguesa numa democracia de tipo ocidental e representativa não estava postulado aprioristicamente, nem era um trilho ingénito à própria Revolução, antes foi o que a correlação de forças políticas e socioeconómicas esboçaram e materializaram no pós 25 de novembro de 1975 com o desenrolar objetivo dos acontecimentos.

Assim sendo, a teoria de Samuel Huntington ,“democracy’s third wave”, que influenciou sobremaneira a “teoria da transição” no caso português, em que o politólogo avança a hipótese de que o processo de transição de diversos países do autoritarismo para regimes democráticos, “beginning in Portugal and Spain”, e que mais tarde “swept through six South American and three Central American countries, moved on to the Philippines, doubled back to Mexico and Chile, and then burst through in the two Catholic countries of Eastern Europe, Poland and Hungary”³⁵, isto é, a “terceira onda”, constituiu uma clara mistificação do que foram os intentos objetivos e materiais pós-capitalistas da Revolução portuguesa, bem como a tentativa de superação de um tardo-fascismo vigente até 1974, pela via de um “socialismo tipicamente português”. Pelas palavras de Manuel Loff,

“(…) las prácticas políticas y sociales que aseguraron la naturaleza revolucionaria del proceso portugués de democratización y los valores políticos que se invocaron hegemonícamente a lo largo de los diecinueve meses del proceso revolucionario portugués (abril 1974-noviembre 1975), en gran medida recogidos en el texto constitucional, hacían referencia a un marco ideológico socialista que nunca ganó preeminencia política en los procesos griego y español ni en los latinoamericanos y, sobre todo, fue abiertamente rechazado en los procesos transicionales de Europa Centro-Oriental”³⁶.

³⁴ Fernando Rosas, “Ser e não ser. A Revolução portuguesa de 1974/1975 no seu 40º aniversário”, *Sigilia*, nº 34 (2014): 181.

³⁵ Samuel Huntington, “Democracy’s Third Wave”, *Journal of Democracy* 2, nº 2 (1991): 13.

³⁶ Manuel Loff, “Democratizar por la vía revolucionaria: el caso portugués, 1974-1976” in Mónica Fernández Amador e Rafael Quirosa-Cheyrouze Muñoz (coord.), *Poder y Transición en España: Las instituciones políticas en el proceso democratizador* (Madrid: Biblioteca Nueva, 2017), 57.

A Revolução portuguesa é assim, segundo as premissas de Samuel Huntington, depurada das suas particularidades socialistas e axiomáticamente colocada na via dos regimes ocidentais/liberais.

Finalmente, quando falamos em “transição”, parece estar implicitamente contido no uso do termo um processo em que a conflituosidade social entra no campo da “epifenomenologia”, quando foi esta a pautar e a determinar o início, o meio e o fim do processo revolucionário português. Ignora também, ou parece querer ignorar, a dimensão objetiva da contrarrevolução enquanto reação endémica das classes dominantes, num primeiro momento socorrendo-se do general Spínola, e numa segunda fase usando os partidos ditos “moderados” - PS, PPD e CDS - e organizações de extrema-direita, para o esmorecimento dos intentos socialistas da Revolução portuguesa, e da qual a democracia representativa foi o desfecho possível, atendendo ao processo contrarrevolucionário desencadeado a partir de meados de agosto de 1975. Nas palavras de Raquel Varela, “a democracia, nos termos em que se consolidou em Portugal, foi o resultado da luta de classes, da revolução e da contrarrevolução, mas não foi o seu resultado inevitável (...)”³⁷. É dos avanços e recuos da dinâmica real e objetiva dessa luta de classes - a qual irrompe imediatamente após o golpe militar encetado a 25 de Abril de 1974 e o metamorfoseia consequentemente em revolução - que a democracia em termos representativos germina. Ou seja, as classes dominantes não pactuaram com as elites políticas para reformar ou reformular o regime político-económico vigente - tarefa para a qual se mostraram incapazes desde a chegada de Marcelo Caetano ao poder em setembro de 1968 -, tendo sido sim as massas populares em movimento e a consequente e inevitável reação das classes dominantes a erigir o regime político emergente após o processo revolucionário português. Segundo Fernando Rosas, neste contexto, “o que é claro é que o novembrismo e a Constituição de 1976 que dela resulta estruturam um novo sistema político”³⁸.

Não obstante, e com o passar do tempo, o termo “transição” foi-se tornando cada vez menos abstrato na sua concetualização. Este, evoluindo num sentido em que é enfaticamente dado destaque à “ruptura” que caracteriza de modo indelével o biénio da Revolução portuguesa, pode ser perfeitamente detetável nos trabalhos relativamente

³⁷ Varela, *O que é uma Revolução?...*, 58.

³⁸ Fernando Rosas, “Os quatro regimes” in Fernando Rosas *et al.*, *O século XX português: Política, economia, sociedade, cultura, império* (Lisboa: Tinta-da-china, 2020), 89.

recentes de Maria Inácia Rezola³⁹ e de António Costa Pinto⁴⁰, os quais contribuem com hipóteses de estudo válidas e conclusões epistemologicamente sérias em benefício de quem se propõe estudar o processo revolucionário português. Ainda que o termo “transição” adquira na sua substância epistémica contornos inconciliáveis com o termo “revolução”, atualmente o uso da primeira categoria, nos termos em que é posta, parece não negar a real existência de uma “revolução” ou rutura política, social e económica.

No que concerne à opção por caracterizar como “revolução” ou “revolucionário” o período compreendido entre 1974 e 1976 em Portugal, o historiador José Medeiros Ferreira, naquela que é uma das obras fundadoras no estudo desta cronologia, “História de Portugal - Portugal em Transe”, atentou a que “o próprio conceito de revolução em história tem vindo a perder adeptos na proporção quase direta do abandono da história política a favor da história económica, social, e das mentalidades, onde as estruturas e tendências pesadas da economia e da sociedade raramente se precipitam em rupturas abruptas ou movimentos rápidos”, acrescentando adiante que “esta hegemonia das concepções estruturais quase tornou a história numa ciência auxiliar de outras, nomeadamente da Economia”, em consequência da conjugação entre a “história quantitativa dos grandes espaços e a história nacionalista e regional”, o que fez “desviar os historiadores do conceito de revolução e da importância a atribuir às rupturas”⁴¹.

Importa no imediato evidenciar a importância das palavras de Medeiros Ferreira no prefácio à obra referenciada, não apenas porque estas constituem um corte paradigmático quanto à perceção historiográfica de pensar, analisar e discutir a Revolução portuguesa, focalizando-a naquilo que a mesma objetivamente foi - uma revolução, uma rutura dinâmica entre a queda de um “bloco histórico” antidemocrático e a tentativa de erigir outro que, social, económica e politicamente o contrapusesse -, mas também por recentrar metodologicamente a “História” enquanto disciplina munida de pressupostos capazes de captar o real movimento disruptivo e revolucionário no biénio 1974-1975 em Portugal: com efeito, “o facto da maior parte da produção científica sobre a sociedade

³⁹ vide Maria Inácia Rezola, *Os Militares na Revolução de Abril: O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal* (Lisboa: Campo da Comunicação, 2006).

⁴⁰ vide António Costa Pinto, *25 de Abril, 40 anos* (Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2014).

⁴¹ José Medeiros Ferreira (coord.), *História de Portugal - Portugal em Transe (1974-1985)* (Lisboa: Estampa, 1995), 9.

portuguesa contemporânea ter sido obra de juristas, sociólogos, economistas e politólogos ajuda também, em muitos casos, ao abandono da perspectiva revolucionária”⁴².

Neste seguimento, Boaventura de Sousa Santos focaliza a sua análise para o período em questão numa “estratégia analítica em que se combinem a análise classista e análise estatista”⁴³, com base na qual o “movimento social popular”, composto por “uma composição de classe complexa em que dominam o operariado urbano (sobretudo na cintura industrial de Lisboa), a pequeno burguesia assalariada nas grandes e médias cidades e o operariado rural no Alentejo”⁴⁴, procura, pelo seu papel crescentemente objetivo na Revolução portuguesa pôr cobro à “crise do Estado (...) aberta desde 1969”, numa altura em que “o Estado Novo revelava-se incapaz de resolver ou atenuar os conflitos sociais que suscitava e esgotava assim as suas possibilidade de transformação calculada”⁴⁵. Não obstante, na visão do autor, durante o processo revolucionário português, “o MFA não era o agente orgânico da burguesia, [e] muitos menos o era da classe operária, pelo que a paralisia da ordem política burguesa não deu lugar a qualquer ordem política proletária”, não existindo, “assim, uma situação, mesmo transitória, de dualidade de poderes”⁴⁶, sendo que “em vez de dualidade de poderes, a crise revolucionária produziu um Estado dual (...)”⁴⁷.

Na obra “O socialismo, a transição e o caso português”, João Martins Pereira irá identificar, na sua análise à Revolução portuguesa, uma “situação pré-revolucionária típica” em que o partido historicamente preparado para assegurar a revolução socialista - o PCP, segundo o autor - apostou no controlo do Estado e das Forças Armadas, ao invés de centrar a sua *práxis* política “no poder de base”⁴⁸. Quanto ao MFA, João Martins Pereira menciona que, durante os primeiros meses da Revolução, este estava “acima da luta de classes, [sendo] uma espécie de juiz universal”⁴⁹, e que, mais tardiamente, com a evolução qualitativa da Revolução portuguesa, “vai ter de optar, em termos de luta de classes, não apenas fora, mas agora também dentro das Forças Armadas”⁵⁰. Não obstante, para o autor, “o mito M.F.A-Vanguarda desempenhou um papel histórico, até se

⁴² *Ibidem*.

⁴³ Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal* (Porto: Afrontamento, 1990), 18.

⁴⁴ *Idem*, 27-28.

⁴⁵ *Idem*, 21.

⁴⁶ *Idem*, 34.

⁴⁷ *Idem*, 35.

⁴⁸ João Martins Pereira, *O socialismo, a transição e o caso português* (Amadora: Bertrand, 1976), 197-198.

⁴⁹ *Idem*, 206.

⁵⁰ *Idem*, 210.

extinguir”⁵¹, pois “nunca foi possível «convencer» os trabalhadores de que um aparelho de Estado burguês e intacto, manejado por uma coligação heterogênea de partidos mais ou menos progressistas, podia *de facto* estar «ao seu serviço»”⁵².

Nos dois exemplos supracitados, conseguimos vislumbrar a complexidade teórico-conceptual da Revolução portuguesa nas visões dos dois autores. Se Boaventura de Sousa Santos atenta à crise de Estado herdada do regime estado-novista, e a um movimento popular complexo mas desarticulado, sem capacidade interventiva para se metamorfosear num poder dual *de facto*, pelo “limbo” ideológico de classe em que o Estado português se encontrava à altura, já João Martins Pereira, por seu turno, faz incidir a sua análise no poder de Estado (em crise) ainda manietado pela burguesia portuguesa, em que o primeiro não se conseguiu dissociar do segundo em termos de um “dirigismo de classe”, e na evidência de que a nova classe dirigente - militares do MFA identificados com as opções de classe do povo português -, ainda não era, nem nunca conseguiu ser, a classe dominante de um aparelho de Estado desregulado, no qual o PCP apostava enquanto estratégia de hegemonia político-partidária e não “revolucionária”. Há ainda a menção a uma “crise revolucionária”⁵³ e a uma “situação pré-revolucionária” em Boaventura de Sousa Santos e João Martins Pereira, respetivamente, o que, em termos analíticos, complexifica a “revolução” enquanto tal, ou mesmo quando entendida como um período em que a “oportunidade revolucionária” foi desperdiçada.

Ainda no mesmo âmbito, os historiadores Fernando Rosas e Raquel Varela acentuam a tónica no movimento popular emergente da Revolução portuguesa enquanto obreiros dos seus avanços e conquistas nas suas mais diversas dimensões. Ainda assim, discordam no tocante à fase crepuscular da mesma. Se Fernando Rosas considera que “a «contra ofensiva das lutas populares», como lhe chamará o PCP, será forte e prolongada, mas representa já, não obstante a sua capacidade de mobilização entre setembro e novembro [de 1975], um processo claramente defensivo contra o «avanço da reação» e a iminência de um golpe militar, em preparação a partir do «Grupo dos 9» e desde a «limpeza» desse verão”⁵⁴, Raquel Varela, por sua vez, fala-nos de uma “revolução, essa aventura histórica de Portugal em 1974-1975, [que] foi derrotada no seu momento

⁵¹ *Idem*, 197.

⁵² *Idem*, 219, sublinhados do texto.

⁵³ *Idem*, 35.

⁵⁴ Fernando Rosas, “Os Quatro Regimes” in Rosas *et al.*, *O século XX português...*, 74.

insurrecional, o «assalto final» ao poder do Estado, o que levou alguns a questionar se teria havido uma revolução”⁵⁵. As visões antagónicas que aqui se apresentam, induzem obliquamente um conjunto de questões relevantes: qual a força objetiva do movimento popular durante a Revolução portuguesa? Em que medida a conflituosidade social conseguiu condicionar os desígnios prático-ideológicos da mesma? A conflituosidade social, ou a luta de classes, desenvolve-se monoliticamente, ou foi marcada por fases em que as frentes em disputa assumiam a ofensiva e a contraofensiva “revezadamente”? Até que ponto é que essa luta se materializa política, social e economicamente? Não obstante, e porque “a vitória ou derrota de um processo revolucionário não implica que esse processo não tenha existido”⁵⁶, nas palavras de Ronaldo Fonseca, “a principal especificidade do processo revolucionário português foi sem nunca ter-se logrado a cristalização e consolidação de um bloco revolucionário coeso no poder, logrou-se apesar de tudo operar profundas transformações nas estruturas socioeconómicas do país”⁵⁷.

Numa lógica mais “abrangente” de análise biográfica quanto à Revolução portuguesa (1974-1975), importaria destacar aquelas que são, porventura, as obras dotadas das visões mais socialmente consensuais quanto a este período cronológico.

Na obra já supracitada, José Medeiros Ferreira acentua “a importância fundamental das eleições para a Assembleia Constituinte” dado que esta “distinguiu a acção militar do MFA de um mero golpe de Estado, ou de uma revolução populista ou bolchevique”⁵⁸. Este foi, para o autor, o momento salvífico do processo revolucionário, o seu freio redentor. Nota, contudo, Raquel Varela que “revoluções são processos de participação popular tão ou mais autênticos, verdadeiros e representativos, do que eleições”, tendo, “portanto, uma legitimidade histórica irrefutável”⁵⁹. A soberania popular não está apenas circunscrita, principalmente em períodos revolucionários, ao “voto na urna” em qualquer partido político que represente o cidadão, sendo essa uma de muitas possibilidades viáveis para que ela se manifeste. No caso concreto da Revolução portuguesa, e o que lhe confere originalidade dentro do panorama dos sistemas políticos europeus, é que as massas populares em movimento se apropriam dessa soberania, que lhes era negada há quase

⁵⁵ Raquel Varela, *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75* (Lisboa: Bertrand, 2014), 497.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ Ronaldo Guedes da Fonseca, *A Questão do Estado na Revolução Portuguesa* (Lisboa: Livros Horizonte, 1983), 234.

⁵⁸ Ferreira (coord.), *Portugal em Transe...*, 163.

⁵⁹ Varela, *O que é uma Revolução?...*, 19.

meio século, independentemente da forma, e dela usufruíram diretamente nas ruas, nos locais de trabalho, nas associações de moradores, entre outros cenários de intervenção direta. Nas palavras de Maria Inácia Rezola, “a realização das eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de Abril de 1975, marca verdadeiramente a ruptura entre os defensores da legalidade revolucionária e os defensores da legitimidade eleitoral”⁶⁰, sendo esse, em termos práticos e objetivos, o primordial “referencial cronológico” no que concerne às eleições para a Assembleia Constituinte no quadro da Revolução portuguesa, e não enquanto “movimento emancipador” e regenerativo do processo na sua deriva “bolchevique” ou “populista”. Ou seja, não está em causa a importância real das eleições sufragadas a 25 de abril de 1975 em termos políticos ou sociológicos, mas sim o que estas significam enquanto um dos vetores de definição do processo revolucionário daí por diante.

Já no tocante à obra “Portugal Contemporâneo”, dirigida por António Reis, o mesmo oferece-nos a visão de um “vanguardismo militar que, mãos dadas com o basismo popular, constituía um sério obstáculo ao cumprimento do programa inicial do MFA, assente no respeito pela vontade popular expressa em eleições por sufrágio universal e direto”⁶¹. Ora, em processos revolucionários onde a realidade objetiva é moldada por um senso de imediatismo pragmático na prossecução de objetivos e superação de dificuldades que surgem espontaneamente intrínsecos ao próprio processo, o Programa do MFA, referenciado pelo autor, não poderia permanecer estaticamente dissociado do novo paradigma político-social em constante mutação, como se o contexto em que o mesmo foi redigido - antes do golpe de Estado a 25 de Abril de 1974 - fosse exatamente igual ao que se vivia em Portugal durante o ano de 1975. Quer isto dizer que o Programa do MFA surge enquanto documento orientador de um processo em que os contornos e desígnios do mesmo eram ainda desconhecidos, exatamente por ainda não terem sido experienciados, e não como um documento rigidamente dogmático de seguidismo “fechado”, sem atender à emergência de um novo contexto. É claro que o Programa constitui um primeiro compromisso do MFA para com o povo português, e nele está explícita a promessa de “convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto”⁶² e, uma vez mais,

⁶⁰ Rezola, *Os Militares...*, 504.

⁶¹ António Reis (ed.), *Portugal Contemporâneo* (vol. 6) (Lisboa: Alfa, 1996), 59.

⁶² “Programa do MFA” in Orlando Neves, *Textos Históricos da Revolução* (Lisboa: Diábril, 1976), 42.

não está em causa a real importância política e definidora da Revolução portuguesa das eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de abril de 1975, sendo que o que é fundamental destacar será a noção pouco dinâmica, e até inibidora, que certos autores atribuem ao Programa do MFA, como se a sua “pureza” não pudesse ser complementada e até “elevada” pelo processo revolucionário que se ia desenvolvendo. O movimento real do processo experienciado ao momento é que determina as ações e reações do mesmo, a realidade é a própria experiência (nova), sem estar subordinada a um documento aprioristicamente redigido, e a ambiguidade da linguagem e dos contornos político-ideológicos do Programa vão exatamente nesse sentido - numa definição em constante mutação -, não tivesse o mesmo sido alterado logo antes de ser apresentado aos portugueses, por intransigências ideológicas do general Spínola.

Em síntese, o ponto fulcral de evidência quanto a estas duas obras - modelares quanto ao estudo do processo revolucionário português, na medida em que quebram paradigmas epistemológicos e historiográficos - é que a trajetória de um trilha axiomático da revolução portuguesa a desembocar numa democracia representativa de tipo “ocidental” é um dos apriorismos, não apenas epistémico mas também moral, que toldam o olhar do investigador na procura de uma noção de totalidade real quanto à revolução portuguesa: mas se assim for, o próprio objeto de estudo fica, *a priori*, confinado a uma espécie de “realidade fechada”, estanque, e além do mais manietado a um desfecho exógeno, pré-definido e incapaz de atender às idiossincrasias da dinâmica em causa.

Pelas palavras de Maria Manuela Cruzeiro, “em conclusão: uma historiografia amnésica (que apaga o acontecimento) e uma historiografia seletiva (que dele apenas destaca os aspetos que contribuem de forma decisiva para um resultado muito próximo da história dos vencedores) tem oscilado a maior parte dos numerosos estudos do 25 de Abril”, o que leva a que “no seu esforço de distanciamento, na sua recusa em assumir as emoções, as paixões e até as ilusões da revolução sobre si mesma, o historiador corre o risco de deixar de fora o próprio acontecimento”⁶³.

⁶³ Maria Manuela Cruzeiro, “Revolução e revisionismo historiográfico: o 25 de Abril visto da história” in Rui Cunha Martins (coord.), *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011), 130-131.

1.2 - Um sujeito político “*em revolução*”: que agencialidade?

Em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Gonçalves elucida que o 25 de Abril de 1974 foi o grande catalisador que o fez pôr em prática todo o pensamento teórico formulado durante a vigência do Estado Novo, “porque antes a verdade é que fui militar de um exército fascista, com todas as frustrações e conflitos pessoais que isso significava para alguém que, como eu, tinha ideias progressistas desde muito jovem”⁶⁴. É da “experiência militar”, mais propriamente da “ética militar” inúmeras vezes enunciada por Vasco Gonçalves nos seus discursos e entrevistas durante o processo revolucionário português, que encontramos um dos esteios teórico-práticos que escoram a formação de um sujeito político no mesmo. O próprio MFA, que surge pelas contradições do regime estado-novista em face dos problemas coloniais e corporativos no seio das forças armadas portuguesas, mostrando-se incapaz de solucioná-los pelo seu esgotamento sistémico, é um fator coextensivo ao desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves.

Ora, será no âmago das contradições empiricamente constatadas enquanto elemento de um “exército fascista” - quer nos quartéis militares do país, quer nas campanhas em que este participa na Índia, Angola e Moçambique - que nascerá a consciência político-ideológica - consubstanciada na prática após o golpe militar - de uma necessidade imperativa de derrubar o regime. O carácter militar democratizante e a prática revolucionária governativa, provenientes das “ideias progressistas” no despontar de um sujeito político em Vasco Gonçalves, são duas componentes organicamente constitutivas e indissociáveis da agencialidade político-ideológica do mesmo durante a Revolução portuguesa, na qual, mais uma vez, processo e contexto irão incidir sobremaneira. Não obstante, e como o mesmo atenta em entrevista concedida no ano de 1998, aludindo à sua ação política antes do 25 de Abril de 1974, “eu de facto vivia nesse aspeto muito isolado, não frequentava os meios da oposição”⁶⁵. Assim sendo, será o biénio revolucionário português a catalisar e a estimular a formação de um sujeito político propriamente dito em Vasco Gonçalves, uma vez que a sua intervenção cívica e militar em oposição à ditadura portuguesa, ou seja, nos tempos precedentes ao golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, era bastante reduzida e timidamente manifestada no espaço público, ainda que acompanhasse e tivesse consciência, a título de exemplo, da formação do MUD e das

⁶⁴ Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução* (Lisboa: Notícias, 2002), 31.

⁶⁵ *Era Uma Vez o Milénio* (entrevista a Vasco Gonçalves por Fernando Rosas). Lisboa: RTP, 1998 [consultado a 10/10/2022, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/era-uma-vez-o-milenio-85/>].

ofensivas militares endógenas contra o regime. Ainda que participe em algumas reuniões do Movimento das Forças Armadas na sua fase embrionária, antes do 25 de Abril de 1974, a sua “predisposição” democrática e revolucionária apenas ficará publicamente adjudicada após o golpe de Estado que derruba o Estado Novo.

De um ponto de vista memorial e historiográfico, são várias as perceções que poderíamos destacar, procurando, através da “dimensionalidade discursiva”, elucidar as tensões e pontos de convergência em análise.

Tendo em conta a premissa proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, segundo a qual os “social actors occupy differential positions within the discourses that constitute the social fabric”⁶⁶, Otelio Saraiva de Carvalho descreve fisicamente Vasco Gonçalves como “um homem magro e desengonçado, de nariz afilado e grandes entradas, a testa alta e larga”, sendo igualmente “humilde e simples, tinha o semblante ingénuo e honesto dos homens bons”, acrescentando ainda que “estava na Direção da arma da Artilharia e era conhecido pela alcunha de «o Baldes» pelo andar característico que parecia que transportava um balde cheio em cada mão”⁶⁷. Vasco Lourenço caracteriza Vasco Gonçalves, num dos seus primeiros encontros, como “um oficial bastante considerado e, de facto, neste primeiro contacto mostra-se, desde logo, fortemente interessado nos temas que andávamos a discutir”, afirmando, no mesmo sentido, que Vasco Gonçalves mostrou-se “imediatamente solidário connosco [Movimento dos Capitães] ainda que, taticamente, ele tivesse ficado de fora porque só mais tarde é que vamos abrir o Movimento aos coronéis”, concluindo assim que “ficou, desde logo, um coronel pronto a participar no Movimento”⁶⁸.

Enveredando pelo “polo civil” da Revolução portuguesa, diz-nos Mário Soares que, quanto à formação do II Governo Provisório, “o que retenho de essencial é que nada fazia prever então o coronel Vasco Gonçalves, que viríamos a conhecer depois, na altura dos discursos patéticos no Sabugo e em Almada, conotado com os comunistas [PCP] ou talvez pior: mais papista que o Papa!”⁶⁹. De igual modo, Freitas do Amaral retém de Vasco Gonçalves, nos primeiros tempos em que o conheceu, o “seu grande idealismo e

⁶⁶ Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, “Preface to the Second Edition” in Laclau e Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy - Towards a Radical Democratic Politics* (London: Verso, 2001), 13.

⁶⁷ Josep Sánchez Cervelló, “Vasco Gonçalves” in António Reis et al. (coord.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril* (vol.4) (Porto: Figueirinhas, 2016), 248-249.

⁶⁸ Maria Manuela Cruzeiro, *Do interior da Revolução: Vasco Lourenço* (Coimbra: Âncora, 2009), 98-99.

⁶⁹ Maria João Avilez, *Soares: Ditadura e revolução* (vol. 1) (Lisboa: Círculo do Leitores, 1996-1997), 350.

entusiasmo, que na altura parecia inspirado no que Marx e Engels designaram por «socialismo utópico» e só mais tarde se revelou convertido ao «socialismo científico» “⁷⁰, salientando ainda que o este “foi um Primeiro-Ministro que tentou conduzir o país da democracia a uma ditadura de esquerda”⁷¹.

Neste sentido, se Otelio Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço, não obstante as críticas a que, posteriormente, também submeteram Vasco Gonçalves, traçam o perfil físico e psíquico do mesmo de um ponto de vista “militar”, enaltecendo o seu carácter honesto e voluntarioso - características intrínsecas ao perfil de um militar mirífico -, Mário Soares e Freitas do Amaral, de uma perspetiva “civil” e político-partidária, aludem por seu turno a um sujeito (político) apedeuta e de traços autoritários. Estes dois exemplos são ilustrativos da discrepância e tensão memorial entre o “polo civil” e o “polo militar” do período cronológico compreendido dentro da Revolução portuguesa (1974-1975), não estando em causa, pelo menos neste contexto específico, a sua legitimidade ou veracidade, mas sim a sua perspetiva enquanto “social actors” no cerne do processo revolucionário português, sendo esse o “ponto de partida” testemunhal que as quatro figuras, pertencentes ao mesmo “social fabric”, concebem em relação a Vasco Gonçalves. A “ética militar” e a “retórica político-partidária” são duas variáveis históricas inelutáveis quanto ao estudo (histórico e memorial) do processo revolucionário português, o que por um lado complexifica a análise e o estudo do sujeito político em Vasco Gonçalves, e por outro diversifica as opiniões em torno do mesmo, resultando daí um lastro analítico tanto benéfico quanto desafiante para a tese que pretendemos expor e sustentar.

Observando o ponto de vista historiográfico, António José Telo refere-se a Vasco Gonçalves nos seguintes termos, a propósito da formação do V Governo Provisório: “o V Governo foi desde o começo um nado-morto” e “parecia que o único que ainda acreditava nele era Vasco Gonçalves, animado por uma fé quase messiânica, com atitudes de visionário, que rapidamente ressalvaram para um ridículo difícil de disfarçar, que incomodava os aliados de véspera”, sendo que “Vasco Gonçalves repetiu nisto o destino de António de Spínola: todos os amigos de véspera fugiam deles como da peste quando se aproximava a hora do confronto final”⁷². Já Nuno Severiano Teixeira, na obra “A

⁷⁰ Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)* (Venda Nova: Bertrand, 1995), 204.

⁷¹ *Idem*, 213.

⁷² António José Telo, *História Contemporânea de Portugal: de 25 de Abril à Actualidade* (vol. 1) (Lisboa: Presença, 2007-2008), 149.

Busca da Democracia 1960-2000”, sintetiza a percepção dominante da historiografia quanto a Vasco Gonçalves, dizendo que “(...) Vasco Gonçalves perfilhava uma tendência pró-soviética”⁷³, em confluência opinativa com António Reis, quando este explicita que “(...) só após o 28 de Setembro Vasco Gonçalves tenha revelado a sua orientação mais radical, passando a partir de então a encabeçar a tendência do MFA que apostava numa estratégia revolucionária vanguardista de controlo militar do aparelho de Estado em conjugação com os comunistas [PCP], com vista à implantação de um socialismo de tipo colectivista”⁷⁴.

As visões aqui citadas espelham epistemologicamente o olhar subjetivo da historiografia dominante quanto ao sujeito político emergente em Vasco Gonçalves, apresentando-nos uma figura político-ideológica despojada de contexto, a-historicamente dissociado do processo em que a sua *praxis* está enredada, como se estivesse cronologicamente suspenso, ou anexado a uma Revolução enviesadamente analisada, e não como produto de um contexto e de um processo em constante mutação e contradição. Esta latência analítica e interpretativa termina na deliquescência das particularidades político-ideológicas do sujeito político em Vasco Gonçalves, na visão dos três autores quanto ao processo e contexto que lhe conferem agencialidade, (des)figurando-o ideologicamente enquanto figura estólida e desajustada da “realidade” do país, e “amarrando-o” ontologicamente quer às posições políticas do PCP à época, quer à “deriva comunista” que a Revolução “sofreu”.

Cabe ainda, no presente subponto, destacar algumas obras de cariz apologético que nos seus intuitos mais ou menos ostensivos visam homenagear o Vasco Gonçalves, mas que, não obstante a sua índole laudatória, não perdem o interesse historiográfico nem valorização literária, em comparação com obras ditas “epistemologicamente neutras”. *Ex nihilo nihil fit*.

A primeira obra que urge destacar intitula-se “Companheiro Vasco”, datada de 1977, e reúne uma panóplia de depoimentos de personalidades públicas e “anónimas” sobre Vasco Gonçalves, iniciada com uma entrevista de Carlos Coutinho ao mesmo. Quanto a esta última, Carlos Coutinho refere que “não há ser humano que havendo, duma forma ou doutra, influído nos destinos da sua comunidade, se consiga libertar dum certo

⁷³ Nuno Severiano Teixeira, “Portugal no mundo” in Pinto (coord.), *História Contemporânea de Portugal (1808-2010)*..., 62.

⁷⁴ Reis, *Portugal Contemporâneo*..., 32.

halo mitológico, mais ou menos heroico, mais ou menos durável”, na evidência que “se é possível responsabilizar individualmente alguém pelos acontecimentos mais importantes da história portuguesa dos nossos dias, esse alguém chama-se Vasco Gonçalves”, concluindo em seguida que “Vasco Gonçalves quer dizer, portanto, reforma agrária (...), quer dizer, portanto, nacionalizações e controlo operário (...), quer dizer, portanto, descolonização”⁷⁵.

Situada no mesmo registo, a obra “Vasco Sempre”, vinda a lume em 2006, reúne também um conjunto de homenagens em depoimentos escritos sobre Vasco Gonçalves, dando voz a personalidades como Armando Castro, Urbano Tavares Rodrigues, Maria Teresa Horta, Fidel Castro e Hugo Chavez. O depoimento de Varela Gomes, também ele figura militar incontornável do biénio revolucionário português, intitulado “De Símbolo a Mito”, informa-nos que “Vasco Gonçalves, símbolo que foi da luta revolucionária pela redenção de um apagado e oprimido povo, aparece convertido em mito portador das suas espezinhas virtudes e esperanças”, insistindo que “vence a história... a qual, realmente, nem sempre a escrevem os ganhadores (...) pois que a última batalha, a batalha definitiva, são os mitos que a decidem”, tendo a mesma sido ganha pelo “Companheiro Vasco, figura mítica”, e que, por consequente, “através dessa transfiguração do símbolo em mito, também ganhámos todos nós... os que amámos a Revolução, que por ela nos batemos sem cálculo e ambição”⁷⁶. A “mitologização” evemerista de Vasco Gonçalves, pela mão destes autores, que não se propõem a estudá-lo mas sim a homenageá-lo, mostra-nos a força simbólico-ideológica que a figura de Vasco Gonçalves ainda detém no olhar nostálgico de quem com ele privou, conheceu, ou, simplesmente, escutou. Contudo, a exacerbada personalização da Revolução portuguesa na sua figura tolda um olhar crítico sobre a totalidade da mesma, isto é, faz, no mínimo de forma inconsciente, repousar única e exclusivamente nas ações e palavras de Vasco Gonçalves todos os avanços, recuos, conquistas e insucessos que o processo revolucionário português operou.

Neste sentido, ao propormo-nos estudar o sujeito político emergente em Vasco Gonçalves, o principal desafio “epistémico” tem que ver com a necessidade imperativa de um afastamento das lógicas interpretativas que confluem ou em proselitismos apressados, ou em maniqueísmos simplificadores. Por emergir nos anos da Revolução

⁷⁵ Carlos Coutinho, “Entrevista com o general Vasco Gonçalves” in AAVV, *Companheiro Vasco* (Porto: Inova, 1977), 19.

⁷⁶ Varela Gomes, “De Símbolo a Mito” in Armando Castro *et al.*, *Vasco Sempre* (Porto: Arca das Letras, 2006), 70.

portuguesa com uma aura simbolicamente messiânica e com a espessura “ontológica” de um sujeito político irreduzível, na busca de um *ethos* revolucionário, o estudo analítico da figura de Vasco Gonçalves encontra-se ainda capturado por uma espécie de “moralismo sentimentalista”, ora de contornos nostálgicos, ora de contornos revanchistas. Tal polarização não só obscurece a percepção historiográfica do impacto político e do alcance social de Vasco Gonçalves, como é inibidor de uma análise epistemologicamente estruturada. Por conseguinte, o presente estudo procurará avaliar de que modo “processo” e “individualidade” interagem dialeticamente no desenvolvimento e desígnios de ambos. Não se trata de, numa lógica essencialista, exercer uma ligação simbiótica entre um e outro, em que “processo” não existiria sem “individualidade, ou vice-versa; pretende-se, sim, evidenciar a relação correlativa entre o sujeito político em Vasco Gonçalves e a Revolução portuguesa, consubstanciada nos seus avanços e recuos, no período de 1974 e 1975, e em que medida os dois se influenciam mutuamente quanto à sua substancialidade.

Posto isto, o que procuraremos demonstrar no presente estudo é que a emergência da figura do general Vasco Gonçalves no processo revolucionário português é sintomaticamente corolário do avanço das massas populares em movimento, no descobrir auto consciente do seu papel objetivo na Revolução, e que o seu afastamento da vida público-política é consequência de um movimento já reativo e defensivo das mesmas, na alvorada do “novembrismo” e da contrarrevolução. Não obstante, e como ficará matizado no subponto seguinte, a espessura da complexidade da questão não se esgota na “conflituosidade” político-social, ainda que essa venha a ser pedra angular do desenlace da Revolução portuguesa e da formação de um sujeito político em Vasco Gonçalves.

Durante o biénio revolucionário português, com efeito, os discursos de Vasco Gonçalves, que constituem uma das fontes basilares do presente estudo, são, por excelência, a exteriorização plena do sujeito político em desenvolvimento, o mesmo é dizer, a materialização de um *pathos* e de um *ethos* retoricamente peculiares. Enquanto categoria de estudo e análise, sabemos que os “discursos” *lato sensu* veiculam ideias e percepções que podem, ou não, coadunar-se com a realidade objetiva em que são preferidos, sendo que uma das pretensões deste estudo estará no cotejo analítico entre as palavras proferidas por Vasco Gonçalves e o contexto concreto em que são ditas. Se despojarmos os seus discursos do processo em que este se vê envolvido, ao analisarmos as suas primeiras comunicações em comparação com as últimas, deparamo-nos com um sujeito político, enquanto Primeiro-ministro, ideologicamente sincrético que, com o

avanço do processo revolucionário português, abdicou de um tom “moderado” para fazer prevalecer um discurso mais “radical”.

Neste âmbito, Mário Soares dirá que “Vasco Gonçalves tinha, desde o início, uma ligação clara com os comunistas (...) mas [antes de ser empossado Primeiro-ministro] tinha uma postura moderada, tal como sucede com qualquer comunista quando não se sente força ou o vento de feição”, sendo que “esse vento só veio depois”⁷⁷. Já na obra “Anatomia das palavras”, de Rui de Brito, na qual se pretende analisar o perfil discursivo de Vasco Gonçalves durante a Revolução portuguesa, a partir da qual se esboça uma clara rejeição política-ideológica do mesmo, o autor evidencia que “a análise dos discursos remeteu-nos para a classificação da linguagem política, segunda uma divisão que se identifica com três fases”, sendo que “na primeira predomina a «democracia formal» (...), a segunda fase, identifica-se com a «democracia política, económica e social», uma solução política pragmática e híbrida, entre a democracia formal e a doutrina do PCP, caracteristicamente MDP/CDE (...)”, e “a terceira fase é explicitamente a revolução «democrática e nacional», «rumo ao socialismo», implicando a instituição de um governo de Frente Popular, idêntico aos modelos de Leste, logo após a 2ª Guerra Mundial”, adiantando ainda que esta última seria, “por consequência, a fase PCP”⁷⁸. Rui de Brito enuncia ainda que “o «Gonçalvismo» é um fenómeno resultante de duas forças”, sendo elas “a força da linguagem populista, que aglutina as massas pouco esclarecidas”, e a “necessidade de aproveitamento dessa vantagem, utilizando-a para a consecução de objectivos alargados em que o apoio das massas é necessário”⁷⁹, adiantando ainda que “quanto à condução das massas para um objetivo concreto, tudo depende da aplicação de recursos técnicos psicológicos que ponham o indivíduo em «condições»”⁸⁰.

No entanto, enquanto exteriorização de um sujeito político em desenvolvimento, os discursos de Vasco Gonçalves são também indicadores da Revolução portuguesa - e das suas contradições, bem como dos avanços e refluxos que esta ia gerando - em incessante mutação qualitativa que o seu sujeito político acompanha. Assim sendo, pelas palavras de Fernando Luso Soares, na obra “Vasco Gonçalves - perfil de um homem”, em que o autor, recorrendo a trechos dos seus discursos e outras fontes com importância à época, a

⁷⁷ Avilez, Soares..., 86.

⁷⁸ Rui Santana Brito, *Anatomia das palavras: Vasco Gonçalves* (Lisboa: Liber, 1976), 10.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ *Idem*..., 19.

fim de traçar o “perfil (vivo) de um revolucionário (...) através daquilo que Vasco Gonçalves *disse-fazendo*”⁸¹, o mesmo esclarece que “(...) a dialética - que considera o real concreto como uma soma crítica de inumeráveis aspectos da sua unidade - foi o que presidiu à prática política [e aos discursos] de Vasco Gonçalves”⁸².

Longe dos discursos prolixos que caracterizaram o quadro da oratória política portuguesa até então, e prescindindo das frivolidades retóricas que a modelavam, as palavras de Vasco Gonçalves pretendiam ser simples mas não simplificadas, ou menos ainda simplistas. Em artigo intitulado “Os discursos de Vasco Gonçalves - um capítulo (de rutura) na História da oratória portuguesa”, da autoria de Maria Alzira Seixo e compilado na obra supracitada “Companheiro Vasco”, é evidenciado que o “discurso [de Vasco Gonçalves] é mais que um conteúdo comunicativo (...); é mais do que um problema consignador de actos oficiais (...); é mais do que o sublinhado político da *praxis* transformadora (...); mais do que tudo isto, um discurso do Primeiro-ministro é uma forma especial de expressão que, na sua relação com as redes ideológicas que fizemos interferir, constitui uma significação fundamental no processo revolucionário português em curso”⁸³, acrescentando ainda que “não são discursos que nos ensinem, não nos dizem nada que já não saibamos - por isso mesmo não nos conduzem nem manipulam”⁸⁴. Prosseguindo no mesmo registo, em obra já anteriormente mencionada de Fernando Luso Soares, diz-nos o autor que Vasco Gonçalves “procurou responder, incansável e corajosamente, ao ror de interrogações que as pessoas se faziam”, concluindo que “muitos dos seus discursos são definições e constituem o acertamento de conceitos”⁸⁵.

Estas duas visões, que materializam um Primeiro-ministro predisposto a “interpretar o querer da gente viva do povo” enquanto “intérprete de um complexo somatório de condições muito objectivas”⁸⁶, apesar de uma certa “apologia hagiográfica”, explanam a complexidade da exteriorização de um sujeito político em Vasco Gonçalves. Longe de “ser originado pela espontaneidade, como só coincidente com as intrínsecas envolvências da política de bastidores ou, ainda, influenciado estrategicamente”⁸⁷, em

⁸¹ Fernando Luso Soares, *Vasco Gonçalves - Perfil de um Homem* (Lisboa: Gleba, 1979), 7, sublinhados do texto.

⁸² *Idem*, 184.

⁸³ Maria Alzira Seixo, “Os discursos de Vasco Gonçalves - um capítulo (de rutura) na História da oratória portuguesa” in AAVV, *Companheiro...*, 479, sublinhados do texto.

⁸⁴ *Idem*, 487.

⁸⁵ Soares, *Vasco Gonçalves - perfil...*, 61.

⁸⁶ *Idem*, 68.

⁸⁷ Brito, *Anatomia...*, 15.

que tanto orador como ouvintes fazem parte de um enredo psicótico, fruto de um plano maquiavélico concebido na penumbra da “política de bastidores”, o sujeito político em Vasco Gonçalves que se exterioriza nos discursos, entrevistas e conferências de imprensa, é fortemente influenciado e condicionado por um processo indómito e imerso em contradições materiais e ideológicas, atendendo ao particular imediatismo temporal daqueles períodos em que a “velha toupeira” emerge à superfície, mas também, e por isso mesmo, dotado de uma poderosa agencialidade enquanto sujeito político absorto num processo revolucionário, com todas as suas virtudes, equívocos e ambiguidades.

Atendamos, em termos conclusivos, às palavras de António Louçã, referindo-se a Vasco Gonçalves:

“O século XX português foi dominado por um poder económico tentacular, por governos plutocráticos e por culturas obscurantistas, com alguns parêntesis, raros e breves, em que tudo se afigurava possível. Parece extraordinário que num desses interregnos, durante mais de um ano, o país de Fátima, Futebol e Fado tenha tido à frente dos seus governos um militar que admitia abertamente uma inspiração ideológica marxista e não fazia segredo da sua inclinação pró-comunista”⁸⁸.

Por seu lado, José Joaquim Teixeira Ribeiro diz-nos ainda que:

“Esteve, assim, Vasco Gonçalves à testa do Governo durante cerca de 14 meses. E como ele para lá foi levado e lá foi mantido pela corrente progressista do M.F.A., não admira que fosse sob a sua égide que se desenvolveu - embora com erros e defeitos, vários inevitáveis e muitos corrigíveis - uma política de primeiros passos na via de transição para o socialismo”⁸⁹.

1.3 - Pressupostos teórico-metodológicos para o estudo de um sujeito político “em/da” revolução

Consideremos o enunciado de Manuel Villaverde Cabral, com o qual inicia a sua obra “Proletariado - o nome e a coisa”:

⁸⁸ António Louçã, “Introdução” in Maria Manuela Cruzeiro, *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução* (2ª ed.) (V. N. Famalicão: Húmus, 2021), 5.

⁸⁹ J. J. Teixeira Ribeiro, “Introdução” in Gonçalves, *Discursos...*, 11.

“Não restam dúvidas que a sociologia moderna é capaz de «demonstrar» que tal entidade, frequentemente concebida como uma classe social animada por estratégias subversivas para a ordem estabelecida, não é na realidade mais do que um saco onde se junta e mistura uma multidão de camadas, grupos e indivíduos com os interesses mais diversos, senão contraditórios. Chega-se a sugerir, não sem verosimilhança, que, contrariamente às angústias dos conservadores, é o conflito que institui a ordem: e finalmente, que o *conflito social*, a greve, o motim operário, mais não são do que os virilizadores do progresso. São coisas sabidas e, no entanto, continuamos a interrogar-nos”⁹⁰.

De 1983, ano da publicação do estudo suprarreferido, aos dias de hoje, a interrogação insinuada por Manuel Villaverde Cabral parece persistir e assumir atualmente contornos axiomáticos que a transformam em certeza aprioristicamente postulada.

Neste sentido, e em jeito propedêutico, afigura-se de suma importância evidenciar o recorrente “enviesamento” e desvalorização da “dialética” enquanto “ideologia pura” - e ideologia, neste caso concreto, enquanto espectro obscuro do subjetivismo epistemológico, inalienável a todo e qualquer historiador ou investigador, independentemente da sua área de estudo - e a sua consequente desqualificação enquanto método histórico-epistémico credível na escrita da História, (não) munida de pressupostos teórico-metodológicos capazes de apreender a realidade e o seu movimento, sem os subsumir em abstrações banais e puramente determinísticas.

A questão, no caso concreto deste estudo, não se cinge a elevar o método dialético em relação aos demais, isto é, a conferir-lhe uma inexorabilidade tal que qualquer outro método em comparação ficaria despojado de legitimidade teórico-metodológica. Trata-se, sim, de privilegiar a dialética enquanto “instrumento epistemológico” no quadro da historiografia, capaz de interpretar um objeto de estudo, esteja este conotado com uma época histórica ou projetado numa individualidade, mas tão-só na medida em que ele se encontra dotado de uma totalidade, ou seja, inserido num processo que não o “domicilia” apenas no horizonte contextual de especificidades historicamente condicionadas, mas que também lhe confere substância: esta, com efeito, tende a expressar-se e a desvendar-se no constante movimento “sobredeterminado” e articulado pelo e no contexto/processo em

⁹⁰ Manuel Villaverde Cabral, *Proletariado - o nome a coisa* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1983), 13.

que se desdobra, sem deixar de atender às idiossincrasias dos agentes e dos fatores que o condicionam e são partes organicamente constitutivas da sua totalidade.

Com efeito, o método dialético impele-nos a desvendar o constante movimento do objeto de estudo em que este, a saber-se, é 1) contraditório - de outro modo seria estaticamente inerte; 2) superador - se não o fosse seria estanque e impossibilitado de, derivado ao seu constante movimento, adquirir novas especificidades em consonância com a própria realidade em que se expressa, também ela em incessante movimentação; e 3) persistente - caso contrário o “novo” dissolver-se-ia numa descontinuidade incapaz de conservar os traços ou idiossincrasias do “velho” que foi “superado”, comprometendo desta feita a respetiva imersão na totalidade concreta em que se manifesta. Não obstante, é a própria pesquisa que desvenda o movimento, não existindo uma fórmula pré-determinada para o efeito, mas antes pressupostos teórico-metodológicos que auxiliam o investigador nesse sentido: “que fique claro que um determinismo ascendente é incompatível com a concepção dialética da sociedade e deve afirmar-se também que o materialismo não pretende negar a importância da superestrutura em geral e das ideologias em particular, mas antes explicá-las (...)”⁹¹.

No caso objetivo da Revolução portuguesa, estudá-la sem atender aos pressupostos entretanto elucidados, equivaleria, a título de exemplo, a olhá-la enquanto realidade desconexa da que a precedeu e, assim sendo, a descontextualizá-la das medidas e objetivos traçados durante o desenlace da mesma, observando estes enquanto fins em si em função de uma “trama” a-historicamente percecionada, abstrata na sua substância e não contextualizada, ou seja, como se o processo revolucionário português não tivesse sido também um acontecimento que visou superar o tardo-fascismo português. Poder-se-ia, em síntese, referir que “a nova sociedade gera-se, de certo modo, no seio da sociedade anterior”⁹², pelo que se afiguraria inconsequente obliterar quarenta e oito anos de Estado-Novo ao analisar a revolução que o contrapôs e intentou superar (deixando, não obstante, resquícios em diversos níveis) em menos de dois anos. E o mesmo se aplicaria também ao concebê-la num sentido metafísico, enquanto fenómeno transcendente e não imanente

⁹¹ Ramón López-Suevos Fernandez, *O marxismo e análise estrutural*, (Coimbra: Coimbra Editora, 1980), 21.

⁹² Marta Harnecker, “O problema teórico da transição” in J. J. Alves (trad.), *Problemas da transição para o socialismo* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976), 21.

à própria História enquanto totalidade, o que, desta forma, transformá-la-ia num “devaneio coletivo” enquanto “desvio” essencialista.

Afigura-se viável pensar, então, que o movimento pulsante da Revolução portuguesa, entre os anos de 1974 e 1975, é desvendável na luta de classes gerada no cerne da mesma, como já foi expresso nos subpontos anteriores. Diz-nos, a propósito, Raquel Varela, que “uma abordagem historiográfica que privilegie as lutas sociais é indispensável para compreender uma situação revolucionária”⁹³, tratando-se, portanto, de “revelar como protagonistas os *sujeitos sociais* (classes e suas frações), em alternativa a uma abordagem que olha a história pelo prisma dos *sujeitos representativos* (elites), procurando dessa forma eliminar do desenvolvimento social a noção de conflito coletivo”⁹⁴. A luta de classes foi um fenómeno político, social e económico tão real, dinâmico e objetivo quanto o foram as eleições a 25 de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte. Não obstante, a complexidade da questão não se encerra unidimensionalmente na conflituosidade social enquanto movimento total e “açambarcador” da Revolução portuguesa. Ou seja, não é que tudo se subsuma no quadro da luta de classes: sucede que esse quadro foi tão agudo e generalizado durante o processo revolucionário português que tudo pareceu subsumir-se nele próprio, sendo, pois, não uma causa originária de todos os acontecimentos, mas pela força com que se expressou, uma paulatina apropriação sobre tudo o que acontecia.

Destarte, e com o decorrer da Revolução portuguesa, os Governos Provisórios, o próprio MFA e os partidos políticos são, essencialmente, a superestrutura condicionada pelas lutas sociais no sentido das suas pretensões e movimentos. À luz de tal pressuposto, Boaventura de Sousa Santos alude aos “movimentos sociais populares” que fizeram “do MFA uma caixa de ressonância de tal modo sensível às vibrações das lutas sociais (...)”⁹⁵. Não obstante, a superestrutura política opera em relativa autonomia face à estrutura económica que sobre ela influi, sendo este, aliás, um dos motivos que faz “acelerar” qualitativamente o processo revolucionário português, ou seja o facto de a superestrutura enquanto conjunto de instituições como o Estado (em crise de autoridade) ou Governos (Provisórios) sinalizar uma linha ideológica (e material) que já não se coadunava com a estrutura económica real do país. Tal desfasamento traduziu-se genericamente mais tarde

⁹³ Varela, *O que é uma Revolução?...*, 89.

⁹⁴ Varela, *História do Povo...*, 494, sublinhados do texto.

⁹⁵ Santos, *O Estado...*, 34.

na defesa de “um rumo ao socialismo”, num contexto em que o modo e as relações de produção ainda eram capitalistas, não obstante a emergência de um poder dual - que nunca chegou a sê-lo de facto - em que as forças produtivas (no fundo, as classes trabalhadoras em movimento, enquanto “proto” poder dual) operavam já sob o desígnio socialista, cujas expectativas políticas tardavam em ser consumadas. É na tentativa da superestrutura política em alterar a estrutura económica, e não o inverso, isto é a estrutura económica a influenciar profundamente a superestrutura política de forma unilateral, como é apanágio em sistemas capitalistas consolidados/avançados, que podemos ver, entre outras causas, a suma importância das lutas sociais dentro da Revolução portuguesa. Nestas, a reação endémica das (ainda) classes dominantes contraposta à ação - por vezes espontânea, por vezes organizada - das massas populares em movimento, no contexto da luta de classes, é fulcral no desenlace e definição do processo, pois é também essa subversão sistémica entre estrutura e superestrutura que faz irromper o conflito social de forma ainda mais aguda e o ajuda igualmente a clarificar.

Para já, importa antes de mais destacar que a luta de classes na Revolução portuguesa é 1) o seu princípio, com o golpe de Estado encetado a 25 de Abril de 1974 que o metamorfoseia em processo revolucionário pela emergência das massas populares em movimento, sem um Estado com força (armada e ideológica) para as deter, 2) o seu meio, com as classes dominantes obrigadas a assumirem uma atitude mais defensiva pela irrupção da ação das massas populares, assumindo-se estas como o centro propulsor do processo em curso, e 3) o seu fim, com as classes dominantes retomando a ofensiva contrarrevolucionária e voltando a deter, progressivamente, o controlo do Estado no que concerne ao seu dirigismo de classe após o golpe a 25 de novembro de 1975. Ora, é justamente no complexo, efervescente e volátil contexto dessa luta de classes que insufla o movimento político-social durante 1974 e 1975, que emerge Vasco Gonçalves enquanto Primeiro-ministro, sendo esse movimento reproduzido ao nível de um sujeito político em formação, também ele contraditório, superador e persistente. Com efeito, em congruência analítica com as premissas evidenciadas, pretendemos falar em “massas populares em movimento” ao longo do presente estudo, na pretensão de patentear a essência objetivamente dinâmica das classes sociais inseridas num período revolucionário historicamente condicionado, e, por isso mesmo, capazes também de condicionar a formação de um sujeito político em Vasco Gonçalves, bem como o próprio contexto (e processo) em que estão arraigadas.

Posto isto, a totalidade do que, na sua multifacetada manifestação, foi o processo revolucionário português, apenas poderá ser apreendida e desvendada se a luta de classes, enquanto movimento estruturador e operante, estiver no centro - mas não enquanto elemento único - da análise historiográfica. A depreciação pelo movimento social concreto dos indivíduos como pertencentes às classes em conflito e do Estado em crise, enquanto componente *post factum* da Revolução portuguesa, apenas convertê-la-á num “epifenómeno” acima de qualquer contextualização viável, ambígua nas suas pretensões e abstrata naquilo que esta essencialmente foi: um processo revolucionário.

Neste sentido, diz-nos Álvaro García Línara, sobre a “revolução” enquanto acontecimento:

“Es el fuego creador de la lava volcánica, la capacidad creativa de la multitud en acción que desborda los dispositivos contruidos en décadas y siglos de dominación, los arrasa a su paso desmontando los dispositivos de mando existentes e impone la huella de su presencia colectiva como nación, como clase, como colectividad social en estado de fusión, es decir, en estado de democracia absoluta”⁹⁶.

Concretizando adiante que

“El momento plebeyo de la sociedad, a saber, la revolución, es pues la sociedad en estado de multitud fluida, autoorganizada, que se asume a sí misma como sujeto de su propio destino”⁹⁷.

1.4 - Os Governos Provisórios: sobre a estrutura do presente estudo

Esclarece Mário Murteira, quanto aos diversos Governos Provisórios empossados durante a Revolução portuguesa que “cada um dos seis governos provisórios [da Revolução portuguesa] constituídos até hoje caracterizou-se por certa relação de forças *internas*, por um lado, e *certa relação com o processo social em curso*, por outro lado”, adiantando que “aparentemente trata-se apenas de dois aspectos da mesma coisa, ou seja, a expressão superestrutural da conjuntura de luta de classes em Portugal que vai em

⁹⁶ Álvaro García Línara, *¿Qué es una revolución? y otros ensayos reunidos* (Buenos Aires: CLACSO; Prometeo, 2020), 163

⁹⁷ *Idem*, 165.

constante intensificação até Novembro de 1975”, concluindo que “é todavia mais complexa a realidade em causa (...)”⁹⁸.

Já Vasco Gonçalves, no tocante aos Governos Provisórios que encabeçou, clarifica que

“Os governos de coligação a que presidi exprimiam a unidade das classes e dos estratos sociais a quem interessa objectivamente a revolução democrática, anti-fascista, anti-monopolista, anti-imperialista, ou seja, operariado, assalariados rurais, amplos sectores da pequena e até da média burguesia, quadros, estudantes, intelectuais, etc”⁹⁹.

Ainda no mesmo âmbito, evidencia Raquel Varela que “a historiografia sobre a revolução tem sido mais sensível a explicar a queda dos sucessivos governos por divergências internas, dentro da própria coligação, ao nível dos partidos e do MFA, e do Exército e da Igreja”, o que “recusa que partidos e MFA e outras direcções políticas e sociais do País sejam sujeitos representativos, direcções políticas que representam sujeitos sociais, isto é, classes (...)”, existindo, por conseguinte, uma “relação e não um controlo mecânico de uns pelos outros”¹⁰⁰.

Neste sentido, compreendemos a importância nuclear dos Governos Provisórios para os objetivos analíticos da presente dissertação. Não só porque representam a superestrutura do processo revolucionário, nas suas mais diversas dimensionalidades, mas também porque constituem a “plataforma” político-social em que o sujeito político em Vasco Gonçalves irá emergir em incessante desenvolvimento, em relação com o acontecimento e não na prossecução de um “controlo mecânico” sobre o mesmo.

Assim sendo, a obra “Vasco Gonçalves - discursos, conferências de imprensa e entrevistas”¹⁰¹ assumirá magna importância no desenvolvimento deste trabalho, pois a partir dela será possível mapear o desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves, enquanto Primeiro-ministro de 4 dos 6 Governos Provisórios durante a Revolução Portuguesa e, ao mesmo tempo, apreender a sua agencialidade atendendo à semântica, temáticas e concepções ideológicas proferidas em permanente cotejo com as

⁹⁸ Mário Murteira, *Política económica numa sociedade em transição* (Lisboa: Moraes, 1977), 159, sublinhados do texto.

⁹⁹ Carlos Coutinho, “Entrevista a Vasco Gonçalves” in AAVV, *Companheiro...*, 101.

¹⁰⁰ Varela, *História do Povo...*, 112.

¹⁰¹ Vasco Gonçalves, *Discursos, Conferências, Entrevistas* (Lisboa : Seara Nova, 1977).

idiossincrasias históricas do processo em que o mesmo está imerso. Quanto ao arquivo basilar do presente estudo, o “arquivo Vasco Gonçalves”¹⁰², depositado no Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, é possível encontrar uma panóplia de “correspondência” por cartas ou telegramas e “telexes” endereçados a Vasco Gonçalves, no período de vigência dos Governos Provisórios que o mesmo lidera enquanto Primeiro-ministro. É também através dessa relação epistolar que o sujeito político em desenvolvimento em Vasco Gonçalves também se desdobrará, sendo possível averiguar pela mesma uma percepção pública em incessante mutação qualitativa relativamente a Vasco Gonçalves na qualidade de Primeiro-ministro e orador.

Posto isto, a estruturação do presente estudo assentará na formação e duração dos quatro Governos Provisórios encabeçados por Vasco Gonçalves. Esta delimitação é feita, acima de tudo, tendo em conta as finalidades analíticas em vista no presente trabalho e pelo acesso às fontes de que dispusemos com esse intuito, atendendo também às suas divisões e alinhamentos metodológicos e cronológicos.

No que se refere, pois, ao Capítulo 2, correspondente à duração temporal do II Governo Provisório, procuraremos evidenciar até que ponto o processo revolucionário português se encontra ainda numa fase de “indefinição” quanto ao acontecimento. Ou seja, o acontecer do golpe de Estado a 25 de Abril de 1974 gera um outro acontecimento que o procede: a revolução propriamente dita, pelas mãos das massas populares (já) em movimento que o querem tomar enquanto seu, repelindo progressivamente as classes dominantes para uma posição mais defensiva no quadro da luta de classes. No entanto, este acontecimento é ainda ambíguo e difuso quanto às suas pretensões políticas, económicas e sociais. É neste contexto que Vasco Gonçalves é chamado, enquanto membro da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, a encabeçar o II Governo Provisório, após o malogrado “golpe Palma Carlos”. Das divergências profundas com o general Spínola, Presidente da República à data, e com um discurso ideologicamente “genérico”, correspondente à fase de “indefinição” da Revolução portuguesa, dá-se a tentativa de um golpe de Estado a 28 de setembro do mesmo ano, e, com o gorar dos seus

¹⁰² Só nos foi possível consultar o dossier da “Atividade Pública” do arquivo, mais especificamente as pastas “Correspondência”, “Telexes” e alguns “Manuscritos”, pelo caráter ainda “semifechado” do mesmo e pela não autorização dos familiares quanto ao acesso dos restantes dossiers. Em consequência de o arquivo estar ainda em processo de organização, e não ter ainda uma classificação metodológica própria, decidimos referenciar os documentos extraídos do mesmo da seguinte forma: Centro de Documentação 25 de Abril, Arquivo Vasco Gonçalves, dossier/pasta, data.

intentos, o processo revolucionário português e o sujeito político em Vasco Gonçalves conhecem um significativo avanço qualitativo.

No que respeita, por seu lado, ao Capítulo 3, correspondente à duração temporal do III Governo Provisório, tentaremos esclarecer em que medida a Revolução portuguesa conhece um avanço qualitativo quanto à sua substância ideológica, mas ainda não se encontram reunidas as condições objetivas que a impelem num sentido disruptivo profundo, mais tarde consubstanciado no “rumo ao socialismo” após a intentona golpista malograda a 11 de Março de 1975, chefiada pelo general Spínola. Nesta fase, e com as massas populares a sentir o acontecimento como sendo cada vez mais seu, Vasco Gonçalves lidera o III Governo Provisório que procurará dar resposta à crise política, económica e social vivida no país, e formula-se o PPES - Programa de Política Económica e Social. É também neste período que Vasco Gonçalves profere um dos seus discursos modelares quanto à exteriorização do um sujeito político em “consolidação”: o “discurso no Sabugo”.

No que concerne, por sua vez, ao capítulo 4, correspondente à duração temporal do IV e do V Governo Provisório, procuraremos desvendar as particularidades inerentes a um processo de “afirmação” de um sujeito político em Vasco Gonçalves. Entretanto, é importante salientar que o período que abrange a vigência do IV Governo Provisório, entre março e julho de 1975, corresponde a uma fase em que ainda se denota um consenso positivo em torno de Vasco Gonçalves, pelo menos até ao mês de julho desse ano. Por outro lado, a cronologia em que o V Governo Provisório está em exercício - agosto de 1975 - sugere um declínio brusco nessa consensualidade antes pressentida. Destarte, entre março e julho de 1975 as massas populares em movimento afirmam-se também como sujeitos-agentes do processo revolucionário português, procurando ajustar o quadro generalizado da luta de classes em seu benefício: o que, consequentemente, o intensifica. No entanto, o mês de agosto marcará uma desaceleração nesse sentido, à medida que os partidos políticos começam a disputar efetivamente o poder *de facto* com o MFA, e as classes dominantes retomam a iniciativa no enquadramento da luta de classes, especialmente no norte do país, em colaboração com a Igreja Católica e movimentos político-terroristas de extrema direita. Os discursos proferidos na vigência do IV Governo Provisório, como o "discurso na SOREFAME", e na vigência do V Governo Provisório, como o "discurso de Almada", serão respetivamente sinalizadores das premissas evidenciadas.

2. - O II Governo Provisório: a “indefinição”

“Ontem, pouco antes das 16 horas, o coronel Vasco Gonçalves apeou-se do seu automóvel junto do Palácio de S. Bento. O primeiro-ministro designado começou a subir as escadas, quando, a meio, uma camarada nossa o interrogou:

-O sr. foi chamado ao sr. primeiro-ministro?

O coronel Vasco Gonçalves, com o seu ar sereno e simples, respondeu:

-Não. Eu sou o primeiro-ministro designado...”¹⁰³.

Por “indefinição” entendemos a incompletude de algo ou de alguém, cujo processo de desenvolvimento atesta o compromisso ontológico com a sua total concretização. Não obstante, quanto às manifestações práticas que exteriorizam esse desenvolvimento qualitativo, é possível vislumbrar as tensões imanentes, materiais e/ou ideológicas que, paulatinamente, se assumem como contradições autoapropriadas e projetadas para a sua definição. Sintetizando: a presença de algo ou de alguém enquanto elemento insurgente, desafiará e impelirá, pela sua oposição taxativa, a definir o sentido de um processo revolucionário ou a *praxis* de um sujeito político emergente. Da contradição enquanto movimento e expressão universal, surge também a definição de uma realidade que se consubstancia no fluxo do seu próprio devir.

Um claro indício dessa (in)completude (ainda) não concretizada fica bem patente no dia 18 de junho de 1974, em que o coronel Vasco Gonçalves toma posse como Primeiro-ministro do II Governo Provisório. A cerimónia de empossamento materializará, pelo menos publicamente, o início da contradição e, simultaneamente, o fim do princípio da “indefinição”. Antes do Primeiro-ministro indigitado proferir o seu discurso, tem a palavra o general António de Spínola, Presidente da República à época. As suas primeiras declarações são diretamente endereçadas ao novo Primeiro-ministro, no intuito de enfatizar “a reconhecida estrutura moral e intelectual do coronel Vasco Gonçalves” enquanto “cérebro da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas e, como tal, o primeiro responsável pelo seu ideário”, destacando ainda que “a sua presença na chefia do Governo e a inclusão de elementos das Forças Armadas no elenco governativo (...) são penhor seguro de que se manterá a pureza dos objectivos do

¹⁰³ *Diário de Notícias*, n.º. 38910, 15-7-1974, 7.

Movimento e de que, por conseguinte, não serão ultrapassadas as metas fixadas no respectivo programa”¹⁰⁴.

Ainda assim, dando rédea ao tom alarmista e autoritário que, de resto, vem marcando a índole das suas intervenções públicas até à data, o general Spínola alude a uma “perfeita orquestração dos excessos que se repetem por toda a parte; (...) nas ruas, nas empresas, nas escolas e até em setores da função pública de alta responsabilidade social”, acrescentando, neste contexto, que “não se fez uma revolução para que o poder passasse de um extremo a outro à custa do povo português”, vaticinando em seguida que “ou a maioria silenciosa deste país acorda e toma a defesa da sua liberdade ou o 25 de Abril terá perdido perante o Mundo, a História e nós mesmos o sentido da gesta heroica de um povo que se encontrou a si próprio”¹⁰⁵. A apologia da “disciplina cívica” - temática nuclear dos discursos do Presidente da República à época - é igualmente apontada como pressuposto irrecusável de “toda a sociedade política moderna”¹⁰⁶, bem como a “responsabilidade” enquanto “relação jurídico-social que pressupõe a existência de alguém com poder para exigir e com força para fazer respeitar as obrigações dela emergente”, sendo “esse alguém, nas sociedades políticas, o Estado”, e “o Estado ou é forte ou não é Estado”¹⁰⁷.

Segundo o general Costa Gomes, tais declarações alarmantes “não tinham nenhum significado real”¹⁰⁸. Não obstante, como se destaca numa coluna do *Diário de Notícias*, intitulada “O barco”, na edição de 19 de junho de 1974:

“Quem ouviu os discursos no acto em que o Presidente da República empossou o novo Governo deve ter-se apercebido do fundamento com que ontem aqui se dizia «cheirar mesmo a que vai tocar a trompeta para qualquer coisa»”¹⁰⁹.

Quanto a Vasco Gonçalves, na sua primeira intervenção pública como Primeiro-ministro, o mesmo começa por dizer que “o Governo debruçar-se-á, prioritariamente, na definição precisa, concreta e sem ambiguidades das linhas políticas que regerão o País em todos os aspectos da vida nacional durante o período do Governo Provisório”,

¹⁰⁴ António de Spínola, “Discurso de Spínola na posse do II Governo Provisório” in Neves, *Textos Históricos...*, 94.

¹⁰⁵ *Idem*, 95-96.

¹⁰⁶ *Idem*, 97.

¹⁰⁷ *Idem*, 98.

¹⁰⁸ Maria Manuel Cruzeiro, *Costa Gomes: O Último Marechal* (Alfragide: Dom Quixote, 2014), 294.

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, n.º. 38914, 19-7-1974, 1.

enunciando em seguida a “decisão de impor, desde já, uma séria moralização da vida nacional, como condição básica para a tomada de medidas que a actual situação económica e social do País exige, para o prestígio das instituições públicas que deverão dispor de um crédito de confiança perante o País”¹¹⁰.

Neste seguimento, quanto à “definição da política económica portuguesa”, Vasco Gonçalves aposta num discurso moderadamente conciliador, ainda algo abstrato, é certo, mas já em vias de objetivação e definição. Ao evocar as “camadas mais desfavorecidas” da sociedade enquanto principais beneficiantes de uma economia “ao serviço do povo português”¹¹¹ - como previsto no Programa do MFA¹¹² - apela também aos empresários, dos quais se espera “um alto sentido de responsabilidade nacional e à iniciativa privada, “cuja adesão, sem ambiguidades, ao esforço da reconstrução nacional é condição necessária à modernização da economia e ao progresso da sociedade portuguesa”, concluindo assim que “pela parte do Governo, tudo se fará para que o clima de confiança, que a livre iniciativa requer, se estabeleça desde já no integral respeito pelos superiores interesses nacionais”¹¹³. Sintetizando:

“A realização desta política económico-social não será, porém, possível se não se instaurar, desde já, um clima de trabalho, com a mobilização plena de *todas* as potencialidades humanas e materiais deste País. Sem trabalho árduo de *todos* os portugueses, sem um esforço gigantesco a *todos* os níveis (Estado, empresários e classes trabalhadoras), no projecto de reconstrução e modernização nacionais, que deve ser o lema instalado na cabeça de todos nós, jamais será levado a cabo o desenvolvimento do País”¹¹⁴.

Modulação pronominal (“todos/todas”), sujeito político, e processo em harmoniosa concertação, exibindo um denominador comum: afiguram-se ainda indefinidos. Ou seja, a abrangência implícita no uso do(s) pronome(s) indefinido(s) “todos/todas”, mostra-nos algo digno de atenção: a “indefinição” que, de momento, se perspetiva como uma fase da

¹¹⁰ Vasco Gonçalves, “Discurso na tomada de posse do II Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 17.

¹¹¹ Vasco Gonçalves, “Discurso na tomada de posse do II Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 17.

¹¹² Segundo o “Programa do MFA”, neste seguimento: “Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista” in Neves, *Textos Históricos...*, 45.

¹¹³ Vasco Gonçalves, “Discurso na tomada de posse do II Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 18.

¹¹⁴ *Idem*, 18, sublinhados nossos.

Revolução portuguesa, espelhava-se quer numa morfologia linguística ambígua, quer num sujeito político igualmente em vias de definição. Ao evocar “todos os portugueses”, bem como “todos os níveis” e “todas as potencialidade humanas”, apelando à “mobilização” destes para o “desenvolvimento do país”, Vasco Gonçalves apresenta-se ao país com “um discurso simpático e extremamente moderado”¹¹⁵, usando as palavras de Mário Soares para o caracterizar quando ambos se conheceram, tempos antes da sua tomada de posse. A “indefinição” pronominal é, portanto, demonstrativa do sujeito político que o profere, bem como do contexto/processo em que este se encontra: ao sinalizar a abrangência genérica de “povo” tal modulação linguística expressa em simultâneo uma dupla condição - a de causa e a de efeito - no cerne de um processo revolucionário em vias de definição. Em suma, “são estas as palavras de um militar que põe acima de *tudo* os interesses da sua Pátria”¹¹⁶.

Diz-nos ainda Vasco Gonçalves, em relativa consonância com o discurso do general Spínola, que “o Programa do Movimento das Forças Armadas não permite a efectivação de transformações radicais ou revolucionárias da estrutura sócio-económica da sociedade portuguesa”¹¹⁷. A afirmação é crucial, tanto mais que o Presidente da República já fizera questão de sublinhar que “nenhum Governo, poderá proceder a reformas de fundo que afectem as estruturas da Nação e o foro íntimo dos cidadãos, sob pena de exorbitar do mandato conferido”, defendendo que “o 25 de Abril se situou (...) sem procurar implantar este ou aquele sistema de governo”¹¹⁸. Ainda assim, Vasco Gonçalves elucida que “nem da letra nem do espírito do referido programa se pode concluir que não possam desde já ser adoptadas as medidas que se julguem necessárias para acelerar o progresso económico-social, melhorar as condições de vida do povo português e aproximá-lo dos níveis dos outros povos da Europa.”¹¹⁹. Pelo seu tom precavido e conciliador, tal posição repercute em certa medida uma visão “estática” do Programa do MFA - bem como da própria Revolução portuguesa. Não parece, todavia, oferecer qualquer dúvida de que a “letra” e o “espírito” do mesmo não estão imunes, num plano evolutivo mais vasto, a uma desmitificação superadora enquanto partes

¹¹⁵ Avilez, Soares..., 274.

¹¹⁶ Vasco Gonçalves, “Discurso na tomada de posse do II Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 22, sublinhados nossos.

¹¹⁷ *Idem*, 18.

¹¹⁸ António de Spínola, “Discurso de Spínola na posse do II Governo Provisório” in Neves, *Textos Históricos...*, 98.

¹¹⁹ Vasco Gonçalves, “Discurso na tomada de posse do II Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 18.

constitutivas de um documento orientador - não obstante a sua promulgação enquanto lei constitucional - e não como um documento encapsulado e alheio ao dinamismo do acontecimento.

No concernente aos discursos aqui destacados diz-nos o *Expresso* que “face ao mundo de problemas a solucionar, as palavras de Vasco Gonçalves assumem a função de complemento da advertência do Presidente da República”¹²⁰, ainda que o artigo encontre discrepâncias determinantes nos discursos do Primeiro-ministro e do general Spínola. Em tom agregador, o último escreverá mais tarde que “teve, então, o novo Primeiro-Ministro a preocupação de se revelar totalmente identificado com o Programa do Movimento e, em especial, com o teor do discurso que proferi naquele acto”¹²¹. No entanto, em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Gonçalves revela que o “tom dos discursos (...) não foi de modo algum coincidente”, acrescentando que

“Spínola, visivelmente incomodado com a explosão do movimento popular que irrompeu no país, o qual inevitavelmente teria de tomar aspectos desordenados de agitação, conflitos reivindicativos, greves, manifestações, apelou à maioria silenciosa, que, a partir daí, passou a ser a sua tábua de salvação”¹²².

A “trompeta” fora, de facto, tocada “para qualquer coisa”.

Posto isto, e durante o período de vigência do II Governo Provisório, o sujeito político em Vasco Gonçalves desenvolve-se também em contradição com o general Spínola. O crescente unilateralismo e inflexibilidade a que o Presidente Spínola se remete no tocante às concepções político-ideológicas e militares sobre a Revolução portuguesa gera, no insanável antagonismo das posições em jogo, um sujeito político em Vasco Gonçalves (cada vez) mais objetivo na sua *praxis* política e ciente da sua mundivisão ideológica e revolucionária, em face da urgente e imperativa tarefa de confrontar e combater a figura que lhe era diametralmente oposta.

Enquanto isso, também a própria CCP - “instituição” embrionária de um MFA institucionalizado em fase mais tardia, muito devido à explícita incompatibilidade quer com o general Spínola, quer com a facção de spinolistas seus apaniguados - clarifica o seu papel no cerne de um processo revolucionário, também ele (ainda) indefinido quanto aos

¹²⁰ *Expresso*, n.º. 81, 20-7-1974, 2.

¹²¹ António de Spínola, *País sem rumo* (s.l.: SCIRE, 1978), 179.

¹²² Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 87.

seus desígnios sistémicos, mas que as massas populares em movimento ajudarão a clarificar.

Ainda assim, não só de concepções político-ideológicas inconciliáveis se alimenta o antagonismo entre Vasco Gonçalves e António de Spínola, mas também na forma de as expor e comunicar, quer perante os militares em particular, quer perante o povo português em geral. Enquanto o general Spínola se apresenta ao país com um tom discursivo austero, por vezes taciturno, conservador e autoritário, Vasco Gonçalves, exprimindo-se num fraseado simples, franco e envolvente, mostra-se como um sujeito político que acompanha o desenrolar dinâmico do processo revolucionário português - ambos em gradual e crescente definição -, sendo que as discrepâncias discursivas e ideológicas entre quem o tenta acompanhar e quem o tentará obstruir são já sintomaticamente definidoras desse paulatino processo de definição.

A interlocução, dialética dir-se-ia, de um “eu” - o Primeiro-ministro de um Governo Provisório - em face de um “vós” - o povo português categorialmente convertido em destinatário (ainda) indiferenciado, mas de modo algum entendido como massa anónima, amorfa e impessoal - constitui o lance germinal a partir do qual Vasco Gonçalves intui a sua articulação com as massas populares em movimento como um “nós” constituído em sujeito político mais denso e irredutível, também ele em vias de definição.

2.1. - Os antecedentes: o general Spínola e o “golpe Palma Carlos”

Aludindo à figura política e militar do general António de Spínola, Maria Inácia Rezola evidencia que este “consegue manter o domínio nos primeiros momentos”¹²³. No mesmo plano em que faz “nomear um primeiro-ministro da sua confiança”, irá igualmente tentar “diluir o MFA, [sendo que, neste sentido,] percorre o país de norte a sul com discursos alarmistas, procura apoios internacionais e, finalmente, pretendendo um reforço dos seus poderes pessoais, tenta mesmo o golpe de Estado constitucional (*golpe Palma Carlos*)”¹²⁴. Por seu turno, Francisco Bairrão Ruivo realça que “num quadro de grande agitação social e de intensa vaga grevista, inicialmente, Spínola pretendia um governo

¹²³ Rezola, *Os militares...*, 45, sublinhados do texto.

¹²⁴ *Ibidem*.

militar de curta duração, em que fosse mitigada a força da ala esquerda do MFA, que assumisse a condução do país até às eleições e referendasse a política ultramarina”¹²⁵.

Com base no decisivo e relevante contributo das duas anteriores referências para o enquadramento historiográfico da vigência do I Governo Provisório, afigura-se-nos pertinente dar voz à descrição que, na primeira pessoa e em registo testemunhal, António de Spínola oferece sobre a marcha e o sentido dos acontecimentos, dada a influência da sua atuação político-ideológica no período cronológico em apreço:

“Era evidente o agravamento do situação. À sombra de uma falsa bandeira da Democracia havia-se despoletado um novo processo de totalitarismo, obviamente de sinal contrário ao regime deposto, que estava sendo conduzido pela Comissão Coordenadora do Programa do Movimento em ligação com forças políticas infiltradas nos diversos escalões da Administração Pública. As ocupações selvagens, as greves, as manifestações e os comícios passaram a fazer parte da vida quotidiana do País, numa escalada de reivindicações em que estas eram logo transformadas em factos consumados, enquanto o Governo, correndo atrás dos acontecimentos, perdia o seu tempo a resolver os acidentes revolucionários do dia-a-dia, em detrimento dos problemas urgentíssimos de fundo, cujas soluções iam sendo sucessivamente adiadas”¹²⁶.

Para além da óbvia exegese “patologizante” da leitura pessoal que faz do processo revolucionário emergente, à luz da qual as massas populares em movimento constituiriam o espectro sombrio e desviante da moralidade emanada da “ordem social num quadro de indisciplina cívica”¹²⁷, fica ampla e perfeitamente evidenciada a indisfarçável tensão entre o general Spínola e a CCP. De facto, face a uma Comissão Coordenadora do MFA em vias de se tornar política e socialmente legitimada como órgão decisório dos rumos e desígnios da Revolução portuguesa, o seu poder tangível (*de facto*) conflituava e colidia de forma mais ou menos ostensiva com o poder instituído (*de jure*) de diversos órgãos políticos por cuja interferência o general António de Spínola tenta reiteradamente - com escassos ganhos, mas sem grande sucesso, diga-se - neutralizar a eclosão e a propagação do processo revolucionário; apesar dessa, o equilíbrio sistémico de forças encontra um

¹²⁵ Francisco Bairrão Ruivo, *Spínolismo: viragem política e movimentos sociais* (Lisboa: Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013), 340.

¹²⁶ Spínola, *País sem rumo*, 143.

¹²⁷ *Idem*, 139.

equilíbrio crítico na lógica de um poder institucional possível, legitimado e assente em três pilares: a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório.

Até à queda do II Governo Provisório, o general Spínola tentará, num inconsequente intuito ubiquista, supervisionar e controlar em simultâneo os três órgãos referidos. Nas palavras de Melo Antunes, “uma das características mais fortes dessa época foram, sem dúvida, os conflitos com o general [Spínola], grande parte dos quais resultava do facto de ele ter uma ideia do exercício do poder completamente distinta da que nos animava”, sendo que “tínhamos suspeitas, mais do que fundadas, de que, sob a capa das liberdades e da democracia, como retórica de discurso, havia, de facto, um projeto de poder pessoal”¹²⁸.

No tocante ao I Governo Provisório, dá nota o *Expresso*, com base em declarações de Álvaro Cunhal, que “os trabalhadores não devem esperar reformas sociais profundas do actual governo de que faz parte e nem devem «alimentar ilusões» de que poderão impor reformas, neste momento”¹²⁹ e, no mesmo sentido, Mário Soares, citado pelo *Diário de Lisboa*, assevera que este não é “um Governo de unidade popular, nem um Governo para implantar o socialismo”¹³⁰. Dada esta fase de “indefinição” da Revolução portuguesa, o contexto e a perceção público-política parecem favoráveis aos intentos de António de Spínola, não fosse, no entanto, a CCP emergir enquanto órgão do MFA em oposição ao mesmo, em uníssono - mas ainda não comprometido - com o movimento popular emergente, movimento esse que, como seria de esperar, Spínola subestimava com histriónico desdém, por precisamente pôr em causa o seu “projeto pessoal de poder”.

É neste contexto de incessante justaposição e contraposição de forças em jogo que o “golpe Palma Carlos” foi perpetrado. Um artigo intitulado “Do Movimento das Forças Armadas ao Spínolismo”, publicado no jornal *Expresso* na edição de 6 de junho, clarifica e problematiza:

“Qual vai ser o destino dessa orientação personalizadora do poder político [- o “spínolismo”]? Irá o General apoiar-se numa força de direita? Não parece provável, atendendo aos condicionalismos da mudança do regime. Não parece mesmo provável que procure para já definir uma força alinhada de apoio político ostensivo. Antes tentará assegurar o controlo militar, para o que é essencial o suporte de Costa

¹²⁸ Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes: o sonhador pragmático* (Lisboa: Notícias, 2005), 93.

¹²⁹ *Expresso*, n.º. 78, 29-6-1974, 2.

¹³⁰ *Diário de Lisboa*, n.º. 18458, 15-5-1974, 9.

Gomes [CEGMFA, à altura]. Depois - e este depois pode vir amanhã ou nas próximas semanas - tentará recriar o governo Provisório, acentuando o seu peso sobre ele”¹³¹.

O inciso adverbial “depois”, a que o semanário se amarra quase como que premonitoriamente, verá temporalmente confirmada, de facto, uma tentativa de consumação, nesse sentido, a 8 de julho de 1974. Nesse mesmo dia, tendo por cenário e palco político uma reunião do Conselho de Estado, segundo Álvaro Cunhal, “Palma Carlos é chamado à reunião e apresenta um «Projeto de Lei Constitucional», com um extenso libelo em que em algumas passagens se reconhece a mão, o estilo e o voluntarismo de Spínola”¹³². Tal projeto, no que diz respeito às suas linhas gerais, continha um conjunto de propostas para referendar uma Constituição Provisória da República Portuguesa até à promulgação da Constituição elaborada pela Assembleia Constituinte, esta última eleita até 30 de novembro de 1976. De caminho, o MFA e a respetiva Comissão Coordenadora do Programa seriam orgânica e funcionalmente esvaziadas de poder na sua legitimidade político-militar; a própria JSN ver-se-ia igualmente extinta por arrasto; e como corolário desse desmantelamento, os órgãos de soberania passariam a deter um poder cuja correlação de forças se jogaria em três planos: Presidência da República, Conselho de Estado e Tribunais. Quanto ao Presidente da República, seria eleito por via plebiscitária, no prazo máximo de três meses, e veria subitamente inflacionados todos os seus poderes *de facto* e *de jure*, bem como o Primeiro-ministro. Retomando o fio condutor de Álvaro Cunhal, “a «eleição» e poderes do Presidente da República são indicados nos últimos artigos mas o «Projecto» mostra ser este o objectivo central e imediato do golpe Palma Carlos”¹³³.

Destarte, o famigerado “golpe Palma Carlos” surge numa lógica de deliberados e reiterados confrontos entre o general Spínola e a CPP, com o claro propósito de subverter e pulverizar o Programa do Movimento das Forças Armadas, relegando a sua vigência em curso por anterior promulgação constitucional para uma espécie de “epifenómeno” inerente aos circunstancialismos à época. Neste âmbito, importa salientar que a tentativa de subversão do mesmo, por parte de António de Spínola, começa ainda antes do 25 de Abril de 1974. Segundo as palavras deste, no plano cronológico em questão:

¹³¹ *Expresso*, n.º. 75, 8-6-1974, 3.

¹³² Álvaro Cunhal, *A Verdade e a mentira na revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se* (Lisboa: Avante, 1999), 137.

¹³³ *Ibidem*.

“Li imediatamente o citado programa e, apesar da superficialidade com que o fiz, logo detectei a sua inspiração comunista, pondo, por isso, reservas à minha eventual colaboração, que acabei por dar na convicção de que, com o apoio de Costa Gomes, conseguiria evitar que o Movimento fosse dominado pelos comunistas”¹³⁴.

O trecho supracitado realça a ininterrupta desconfiança que sempre pautou a reação de António de Spínola face ao documento em escrutínio. Apesar dessa desconfiança - ou porventura devido a ela -, o certo é que, face à preponderância que Spínola detinha nas altas esferas militares, algumas alterações, principalmente no campo da descolonização, foram mesmo efetuadas.

A atitude de desconforto, por vezes crispado, do general Spínola quer em face do Programa do MFA, quer também perante o emergente e indómito movimento de massas, encontra eco reforçado na figura de Vasco Lourenço. À época membro da CCP, apercebe-se, nessa qualidade, do irremediável confronto entre a mesma e António de Spínola. Segundo o seu testemunho, numa reunião com membros do Governo Provisório, MFA (CCP) e JSN, na Manutenção Militar no Alfeite, a 13 de junho de 1974, o general Spínola

“aparece a defender uma alteração radical ao referido Programa [do MFA]. Como? Apresentando a situação à beira do caos, a não ser que se tomassem medidas drásticas. «Liberdade é uma coisa muito bonita, mas há que controlá-la! Democracia, há que musculá-la! Por isso, vamos à declaração do estado de sítio!” É a primeira, de várias vezes, que ele aparece a apelar à declaração do estado de sítio [face à] (...) enorme perturbação social, a excessiva liberdade, o caos económico que se aproximava”¹³⁵.

Em plano idêntico, quanto ao mesmo plenário, Vasco Gonçalves explana o seguinte:

“Spínola, apoiado pelos ministros Sá Carneiro e Vasco Vieira de Almeida, apresentava um quadro verdadeiramente catastrófico da situação política e económica do país, fazendo incidir os seus ataques mais violentos sobre a Comissão Coordenadora. Uma das suas ideias dominantes, expressas várias vezes nessa reunião, era a de que a Coordenadora e a Marinha estavam penetradas de comunistas, que havia elementos que pretendiam encaminhar o país para uma ditadura de tipo socialista, por isso exigia um voto de confiança quanto à sua direção no processo de

¹³⁴ Spínola, *Pais sem rumo*, 103.

¹³⁵ Cruzeiro, *Do interior...*, 271.

descolonização, bem como quanto à sua correcta interpretação do Programa do MFA”¹³⁶.

Após o malogro do “golpe Palma Carlos” em que o “projeto constitucional” é reprovado na mesma reunião do Conselho de Estado e, posteriormente, em Conselho de Ministros, o Primeiro-ministro acaba por se demitir do cargo “por não haverem sido totalmente atendidas pelo Conselho de Estado as sugestões que formulara no «sentido do alargamento dos seus poderes»”¹³⁷. Após a sua resignação, em entrevista à Emissora Nacional, Adelino da Palma Carlos fala ainda da inexistência de uma “crise”, alegando que se demitiu porque “houve, apenas no fim deste mês e meio, quase dois meses, de experiência governativa, um reconhecimento da minha parte de que, nos termos em que as funções do Primeiro-Ministro estavam definidas na nova lei constitucional não lhe permitiam exercer a atividade que considero indispensável para governar”¹³⁸.

Não obstante, a 11 de julho de 1974, dois dias após a demissão do seu Primeiro-ministro, vaticinava o general Spínola que “a Pátria continua doente, a Pátria continua em perigo”, perante “mil marinheiros e fuzileiros” na Base Naval do Alfeite¹³⁹. Mantendo o registo discursivo no tom alarmista e situacionista que o ia caracterizando desde a sua tomada de posse enquanto Presidente da República, António de Spínola começava mesmo a afinar a “trompeta para qualquer coisa” que, com efeito, virá a culminar na sonora “orquestração” de um golpe de Estado, apresentada ao país a 28 de setembro do mesmo ano. A música que galvanizava o povo português, no entanto, já era outra.

2.2 - As classes dominantes e o 25 de Abril de 1974: que reação?

Na edição do jornal *Expresso* de dia 1 de junho de 1974 surge matizado que “supor que o temor e a desorientação do momento foram as únicas reacções da Direita portuguesa seria minimizar as forças de vária índole nela enquadráveis”, sendo que “a predisposição [dos grupos económicos] poderá, pois, em muitos casos, ser a de apoiar, senão mesmo suscitar (e isso poderá ter já acontecido ou vir a acontecer no futuro) o aparecimento de grupos políticos da reacção”¹⁴⁰. É ainda evidenciado “a posição de muitos grupos

¹³⁶ Cruzeiro, Vasco Gonçalves..., 82.

¹³⁷ *Diário de Notícias*, nº. 38906, 10-7-1974, 1.

¹³⁸ *Expresso*, nº. 80, 13-7-1974, 4.

¹³⁹ *Diário de Notícias*, nº. 38908, 12-7-1974, 7.

¹⁴⁰ *Expresso*, nº. 74, 1-6-1974, 3.

económicos que tenderão a aceitar, em princípio, as situações políticas vigentes, tentando impressioná-las no sentido, considerando mais favorável aos seus intentos” e que “os grupos económicos portugueses, mesmo os mais bem organizados, reagiram com total desorientação à mudança introduzida pelo 25 de Abril, bem como aos avanços das massas trabalhadoras que se lhe seguiram”¹⁴¹. A “indefinição” da Revolução portuguesa reverberava igualmente na transição das classes dominantes do antigo regime para o novo.

Detentoras daquele espírito eminentemente tecnocrata e “europeísta” que animava a burguesia apaniguada por Marcelo Caetano e na qual este se apoiava - em contraposição à burguesia rural/agrária, económica e ideologicamente mais conservadora, que integrou e militou nas hostes salazaristas durante a vigência do Estado Novo - as classes dominantes, a quem tinha falhado já o marcelismo, enquanto projeto reformista do antigo regime, encaram esta fase do processo revolucionário como uma oportunidade para satisfazer os seus anseios de dominação (político-social) e de acumulação (económico-financeira). Nesse contexto de hesitação e volatilidade das forças sociais em jogo, veremos, adiante, em que medida a criação do MDE-S (Movimento Dinamizador de Empresa-Sociedade), já em pleno período de governação do II Governo Provisório encabeçado por Vasco Gonçalves, reflete a fase da “indefinição” da Revolução portuguesa e tenta, no mesmo sentido, condicioná-la enquanto “organização agregadora” das classes dominantes.

Nas palavras de Ronaldo Fonseca, “[durante o Estado Novo, a burguesia] não criou mediações partidárias reais entre o aparelho de Estado e a população, o que faz com que em 25 de Abril a burguesia e [os] seus quadros não possuíam experiência de luta política partidária nem implementação militante no seio da população”¹⁴². No mesmo plano, Maria Inácia Rezola evidencia que “as classes dominantes revelam uma flagrante incapacidade de resposta, ou de mobilizações de apoios na contenção do movimento social”¹⁴³ no período posterior ao 25 de Abril de 1974. Um sentimento de “orfandade” político-institucional apodera-se das classes dominantes nos primeiros tempos advindos ao 25 de Abril de 1974, por duas razões capitais: desde logo, pela gradual e incessante perda de hegemonia dentro do aparelho de Estado português, como consequência do esvaziamento do seu poder coercivo, ideológico e material; seguidamente, pela ausência

¹⁴¹ *Ibidem*.

¹⁴² Fonseca, *A Questão...*, 94.

¹⁴³ Maria Inácia Rezola, *25 de Abril: mitos de uma revolução* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007), 204.

de uma figura institucional que, no horizonte político de um novo paradigma, representasse e tutelasse o seu estatuto dominante e mantivesse intocável a matriz “autoritária” dos seus valores e expectativas. Reportando-nos ao mencionado artigo do *Expresso*, intitulado “A (“nova”) estratégia da direita em Portugal”, importa desde já destacar um aspeto merecedor de atenção: o facto de os grupos económicos reagirem com “total desorientação” face a uma situação social, política e económica, cuja dinâmica revolucionária é caracterizada por uma inicial “indefinição”, explica por que razão as classes dominantes tentarão ser parte constitutiva do acontecimento e tomá-lo enquanto seu, no sentido de o tornar “mais favorável aos seus intentos”.

Ora, face à “orfandade” político-institucional que as classes dominantes ensejavam ver superada, é deveras ilustrativo o encontro entre o Presidente da República, António de Spínola, e a CIP - Confederação da Indústria Portuguesa, presidida por António Vasco de Mello - este em “representação” das classes dominantes -, no decurso do qual os representantes dos industriais procederiam à “entrega de um documento em que exprimem sugestões e directrizes da política económica e financeira para a participação plena deste sector no esforço da reconstrução nacional”¹⁴⁴. A acompanhar o general Spínola, encontrava-se o Primeiro-ministro, Adelino da Palma Carlos e o ministro da Coordenação Económica, Vasco Vieira de Almeida. Ainda segundo o *Diário de Notícias*:

“O encontro de Belém, na opinião do eng. Correia da Silva, membro da comissão executiva da Confederação, atenuou muitas das inquietações dos empresários, os quais aguardam com grande ansiedade as medidas que o Governo está prestes a tomar.”¹⁴⁵

Nas palavras de Costa Gomes, António de Spínola “tinha, realmente, boas ligações com esses grupos [«económicos importantes, como o Champalimaud ou os Mellos»]”, sendo que “eles [empresários, a quem «Palma Carlos era uma pessoa que, em princípio, dava toda a confiança»] estavam muito desconfiados, pois sabiam que nunca mais teriam uma importância idêntica à que haviam tido antes do 25 de Abril”¹⁴⁶. É neste sentido que o Presidente da República, e Adelino da Palma Carlos, Primeiro-ministro do I Governo Provisório, conceberão um elenco governativo configurando-o como superestrutura de um poder executivo destinado a satisfazer os anseios, expectativas e pretensões das

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*, nº. 38900, 3-7-1974, 1

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ *Cruzeiro, Costa Gomes...*, 289.

classes dominantes, seguindo uma lógica de manutenção de esquemas estruturais e representativos do antigo regime, tanto ao nível do aparelho de Estado como do Governo (Provisório). Do ponto de vista do que se poderia designar de “psicologia grupal”, as classes dominantes vivem na permanente tensão entre uma nostálgica orfandade ideológica e um expectante sebastianismo institucional. Nesse sentido, quer devido à atitude desconfiada perante a emergência das massas populares enquanto sujeitos-agentes da Revolução portuguesa, quer devido ao estilo conservador e autoritário da sua pose institucional, não é de estranhar, portanto, que, do ponto de vista político-ideológico, as classes dominantes encarassem António de Spínola como a figura certa para, do ponto de vista político-institucional, representar e encabeçar a manutenção de um *status quo* que se pressentia a desmoronar.

É neste ambiente crítico de incerteza e “indefinição” que António Champalimaud concede uma entrevista ao *Diário de Notícias*, publicada a 13 de julho de 1974, e nela profere as seguintes declarações quanto ao projeto do Decreto-lei 660/74, promulgado somente na vigência do III Governo Provisório:

“Ocupemo-nos agora da indústria. Embora visivelmente remodelada, sente-se que o capítulo respectivo, na conferência de Imprensa do ministro, teve por inspirador o secretário de Estado da Indústria e Energia. Dado o seu socialismo, ou melhor, tecnocracismo radicalizante, não é legítimo duvidar que, quando ele concebeu os seus projectos de lei, em que nomeadamente previa a tomada pelo Estado de 51% do capital das grandes empresas, pretendia assenhorar-se desde já do comando ditatorial da economia portuguesa”¹⁴⁷.

No Decreto-lei n.º 203/74, promulgado a 15 de Maio de 1974, com o intuito de definir “o programa do Governo Provisório” e estabelecer a “respectiva orgânica”, encontra-se já prevista na alínea e) do ponto 4 - “Política económica e financeira” - a “adopção de novas providências de intervenção do Estado nos sectores básicos da vida económica, designadamente junto de actividades de interesse nacional, sem menosprezo dos legítimos interesses da iniciativa privada”¹⁴⁸. Neste seguimento, já no período de atuação concernente ao III Governo Provisório, é promulgado o Decreto-lei n.º 660/74, visando fixar as “normas sobre a assistência do Estado às empresas privadas, individuais ou colectivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o

¹⁴⁷ *Diário de Notícias*, n.º.38909, 13-7-1974, 9.

¹⁴⁸ *Diário do Governo*, 15-5-1974, n.º. 113/1974, Série I, 625.

desenvolvimento económico do País”, na pretensão que o Estado “assista” as empresas privadas “para a satisfação dos interesses superiores da colectividade nacional”¹⁴⁹. Há, portanto, com a promulgação do último decreto, uma dissociação implícita entre os “interesses superiores da colectividade nacional”, ou seja, da “nação” enquanto ente agregador e identitário de um “povo”, e os “interesses” das classes dominantes, quebrando a relação simbiótica entre “interesses gerais [da nação]” e “interesses de classe [dominantes]” enquanto matriz nevrálgica das lógicas orgânico-funcionais estado-novistas, no tocante à “nação” e ao aparelho de Estado. António Champalimaud profere as palavras suprarreferidas em sentido oposto, partindo de uma lógica representativa de classe, antevendo a crise de hegemonia (política, social e económica) que afetou, qual “espetro que paira”, as classe dominantes durante o biénio revolucionário: nas palavras de Fernando Rosas, “o mais profundo e ameaçador abalo sofrido por uma oligarquia que desde sempre, em Portugal, reinara incólume e segura de si”¹⁵⁰.

Não obstante, e como anteriormente mencionado no discurso de tomada de posse de Vasco Gonçalves, “todos” são chamados e responsabilizados a participar “no esforço de reconstrução nacional” em que o país se vê absorto. O pronome estava ainda indefinido, mas “os avanços das massas trabalhadoras [e o “recuo” das classes dominantes após o 28 de Setembro de 1974]” serão a força motriz para a sua definição.

2.3 - O Primeiro-ministro Vasco Gonçalves: a “indefinição”

Assim se refere o general Spínola, Presidente da República, ao hipotético Primeiro-ministro que liderará o II Governo Provisório, e à sua presumível constituição: “o natural é que seja, de facto, um Governo presidido, neste momento, por um elemento militar, e que tenha elementos civis e militares”¹⁵¹. Na mesma linha de raciocínio, Vasco Lourenço reage retroativamente ao repto presidencial, referindo que “por nós [Comissão Coordenada do Programa do MFA], ainda pensámos num civil. Mas, rapidamente, decidimos que teria de ser um militar, um de nós”¹⁵². Era a consolidação do MFA, ainda institucionalmente embrionário, a entrar decisivamente na vida política do país enquanto

¹⁴⁹ *Diário do Governo*, 25-11-1974, n.º 274/1974, Série I, 1.º Suplemento, (1450)-1.

¹⁵⁰ Fernando Rosas, “Notas para um debate - a revolução e a democracia” in Fernando Rosas e Francisco Louçã (orgs.), *Ensaio Geral - Passado e futuro do 25 de Abril*. (Lisboa: Dom Quixote, 2004), 33.

¹⁵¹ *Diário de Notícias*, n.º 38909, 13-7-1974, 7.

¹⁵² *Cruzeiro, Do interior...*, 289.

organismo *proto* legitimado. As sucessivas disputas com o general Spínola - seja pelo protagonismo inerente ao seu “projeto pessoal de poder”, seja pelo antagonismo reativo das suas concepções político-ideológicas - operaram uma dupla tomada de consciência por parte da CCP: por um lado, assegurar a presença de membros da sua organização no elenco executivo do II Governo Provisório; por outro lado, atentar às massas populares em movimento enquanto sujeitos-agentes (ainda não) objetivos de um processo *in fieri*. Não obstante, a CCP “era [ainda] a expressão mesma de um M.F.A acima da luta de classes, uma espécie de juiz universal (...)”¹⁵³ na fase de “indefinição” do processo revolucionário.

Nesta fase do processo, uma questão que não pode ser escamoteada: como é que surge o nome de Vasco Gonçalves para liderar o II Governo Provisório? E porquê Vasco Gonçalves? Retomemos às palavras de Vasco Lourenço:

“Porquê, o Vasco Gonçalves? Pertencia à Comissão Coordenadora, era um dos poucos coronéis do MFA, era muito respeitado por antigos alunos seus na Academia Militar. E, para a maioria de nós, não eram então visíveis as suas posições ideológicas, fortemente consonantes com o PCP, que mais tarde vem a assumir. Daí a consensualidade, dentro do MFA, à volta de Vasco Gonçalves”¹⁵⁴.

Evidencia Costa Gomes, no mesmo sentido, que

“[Vasco Gonçalves era uma pessoa] muito reservada, mesmo. Toda a gente sabia que, como se diz agora, era um democrata pluralista, que, por exemplo, nas reuniões feitas no agrupamento de Engenharia, que comandava, deixava toda a gente expor livremente as suas opiniões. A ideia que tinha dele era, de facto, a de uma pessoa equilibrada, sem posições políticas radicalizadas, tanto à esquerda como à direita”¹⁵⁵.

Detentor de uma graduação militar superior e dotado de um perfil ético-moral irrepreensível e de matrizes ideológicas “moderadas”. Estes parecem ser, num plano individual e político, as três características que atestam e validam a escolha de Vasco Gonçalves para assumir o cargo de Primeiro-ministro do II Governo Provisório. Quanto à “paternidade da ideia”¹⁵⁶, o à data Presidente da República, António de Spínola, admite que, após o tenente-coronel Firmino Miguel ter desistido de formar Governo, endereçou

¹⁵³ Pereira, *O socialismo...*, 206.

¹⁵⁴ Cruzeiro, *Do interior...*, 290.

¹⁵⁵ Cruzeiro, *Costa Gomes...*, 205.

¹⁵⁶ Ruivo, *Spinolismo...*, 362.

a Costa Gomes um convite para acumular as funções de CEMGFA com as de Primeiro-ministro que redundou em liminar recusa deste. Pela própria voz de Spínola, somos informados que Costa Gomes terá, ato contínuo à recusa, passado “a advogar, abertamente, a nomeação do Coronel Vasco Gonçalves, em quem afirmava depositar as maiores esperanças por o considerar o mais lídimo representante do genuíno espírito do MFA”, sendo que “não me restava, pois, outra solução além da do Coronel Vasco Gonçalves”, esclarecendo ainda que considerava um grave erro “empenhar o MFA no Governo”¹⁵⁷. Em divergente versão, Vasco Lourenço assevera que “é ele próprio [o general Spínola] que sugere o Vasco Gonçalves”, depois de o mesmo ter recusado o nome de Melo Antunes por considerá-lo “comunista”¹⁵⁸. Quanto à questão “como?”, os testemunhos, como se depreende, são oscilantes e conflituam entre si. Ainda assim, Melo Antunes recorda que

“a estratégia do general Spínola era clara [quanto à formação do II Governo Provisório]: era comprometer, digamos assim, os sectores de esquerda com um Governo que ele sabia que iria encontrar águas muitíssimas agitadas por onde navegar, e que não teria, obviamente, os meios, os instrumentos necessários, para satisfazer as grandes ondas de contestação que se manifestavam”¹⁵⁹.

Por “águas muitíssimo agitadas” e “ondas de contestação que se manifestavam”, entendamos as massas populares em movimento. É esse movimento pulsante e indómito - num contexto e processo em que a luta de classes se agudizava gradualmente - que legitima o empossamento e a chegada de Vasco Gonçalves ao cargo de Primeiro-ministro. Primeiramente, porque, como advogou o *Expresso* à altura, é, antes de tudo, “uma vitória do MFA”¹⁶⁰ que se materializa na ascensão ao poder executivo de um dos seus membros como Primeiro-ministro, ainda mais sendo alguém que sempre esteve conotado com as correntes progressistas que produziam reflexão no interior do Movimento. Além do mais, militares como Melo Antunes e Vítor Alves, elementos integrantes e de suma importância para a CCP, também fariam parte do elenco governativo. Ou seja, não só o MFA granjeava crescente legitimidade *de facto*, como também se instituía definitivamente como garante da prossecução fiel do “espírito” do Programa por parte do Governo. A juntar às demais razões, o general Spínola, cada vez mais antagonizado com a CCP,

¹⁵⁷ Spínola, *País sem rumo*, 175-176.

¹⁵⁸ Cruzeiro, *Do interior...*, 290.

¹⁵⁹ Cruzeiro, *Melo Antunes...*, 104.

¹⁶⁰ *Expresso*, n.º. 81, 20-7-1974, 17.

começava a perder força político-institucional no âmago do processo revolucionário português, o que colocava as suas conceções e posições numa posição cada vez mais “marginal” no que diz respeito aos órgãos de poder e à consensualidade social que granjeou anteriormente.

Considerando a visão de Melo Antunes, Vasco Gonçalves não surge então sob o gesto providencial de um *deus ex machina*, capaz de visionariamente decifrar as aspirações das massas populares ao abrigo de uma transcendente lucidez interpretativa. Tão-pouco emerge apenas por via de uma imposição intransigente da CCP ao general Spínola para que este o designe como Primeiro-ministro do II Governo Provisório - o que, atendendo aos testemunhos referenciados, é uma visão historicamente oblíqua da problemática -, no seguimento do famigerado “golpe Palma Carlos”. É todo o contexto objetivo e real da totalidade da Revolução portuguesa que sustenta política e socialmente a escolha de Vasco Gonçalves. À medida que as massas populares se impunham irreversivelmente, tanto no sentido como nas pretensões, como atores históricos objetivos de um processo revolucionário em vias de definição, e as classes dominantes - que transitavam do antigo regime para o contexto emergente - se viam progressivamente remetidas e confinadas a uma posição cada vez mais defensiva, foi basicamente dessa luta de classes, sob o tutelar “arbítrio” do MFA, que provém a legitimidade que autentica a chegada do coronel Vasco Gonçalves a Primeiro-Ministro, momento esse que, no fundo, mais não expressa do que a materialização do movimento pulsante e cada vez mais agudizado da mesma. Como condensou Francisco Martins Rodrigues, no seu *sui generis* estilo incisivo, “se não fossem as greves e manifestações anticoloniais «esquerdistas» de Junho de 74, nunca Spínola o teria convidado para formar governo”¹⁶¹.

Em tentativa de síntese retrospectiva, eis o que, a propósito de Vasco Gonçalves, o mesmo destaca quanto à ação governativa do II Governo Provisório. “Nas áreas económicas” operou-se “a nacionalização dos bancos emissores, Banco de Angola, Banco de Portugal e Banco Ultramarino, a extinção dos organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia e sua transformação em organismos de coordenação económica, as facilidades de crédito bancário às pequenas e médias empresas, etc.”¹⁶². Já “nas áreas sociais”, concedeu-se “especial atenção a um problema gravíssimo que era o

¹⁶¹ Francisco Martins Rodrigues, “Vasco Gonçalves e os esquerdistas” in Rodrigues, *Abril traído* (Lisboa: Dinossauro, 1999), 86.

¹⁶² Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 89.

da habitação” e “nesse sentido, promulgou-se a lei do congelamento das rendas dos prédios urbanos nos níveis praticados em Abril de 1974”¹⁶³. No respeitante às “áreas dos direitos dos trabalhadores”, onde “quase tudo estava por fazer”, promove-se o “alargamento significativo da aplicação do subsídio de desemprego, a legalização dos primeiros sindicatos dos trabalhadores agrícolas, a regulamentação dos aumentos de salários na função pública (...)”¹⁶⁴. No tocante, enfim, ao “domínio da descolonização”, ateste-se a iniciativa de Vasco Gonçalves na criação, por “proposta ao Movimento das Forças Armadas [e] aceite por Spínola”, de uma Comissão Nacional de Descolonização, diligência coroada de êxito no dia em que é “assinado em Lusaca o acordo com a Frelimo relativo à independência de Moçambique e reconhecida a independência da Guiné-Bissau”¹⁶⁵.

Um mês volvido do seu empossamento enquanto Primeiro-ministro do II Governo Provisório, Vasco Gonçalves profere uma “comunicação ao país”, transmitida pela RTP a 18 de agosto de 1974, tendo como ponto fundamental a elucidação e contextualização do panorama económico-financeiro que Portugal tinha em mãos. Como o mesmo evidenciou, “a primeira condição para vencer as dificuldades é conhecê-las, é ter bem consciência delas, o que exige, em todos os instantes, uma política de verdade por parte dos dirigentes”¹⁶⁶. Como destaca o *Diário de Notícias* e o *Expresso*, “as medidas de emergência económico-social [enunciadas por Vasco Gonçalves] pretendem antes de tudo acautelar o futuro”¹⁶⁷, e “a opinião pública aceitou sem grandes perturbações o discurso de Vasco Gonçalves, apesar do panorama sombrio que este, honestamente, lhe traçara”¹⁶⁸. É, portanto, um discurso que, sob o signo da transparência, visa consciencializar o povo português para as dificuldades económicas que se avizinhavam, face à crise económica com que o capitalismo internacional e o país se deparavam.

Para melhor compreensão quer do acerto do diagnóstico, quer do impacto real das soluções que Vasco Gonçalves propugnava para o país, podemos estratificar a sua comunicação nos seguintes pontos: 1) “A pesada herança que nos deixou o regime fascista” como, por exemplo, o “défice real do orçamento”, a “especulação desenfreada

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁶ Vasco Gonçalves, “Comunicação ao país na R.T.P.” in Gonçalves, *Discursos...*, 45.

¹⁶⁷ *Diário de Notícias*, n.º. 38940, 19-8-1974, 9.

¹⁶⁸ *Expresso*, n.º. 86, 24-8-1974, 2.

na Bolsa, nos bens imobiliários.” e “a política fiscal [que] sobrecarregava os mais desfavorecidos” como problemas económico-financeiros legados pelo “antigo regime”; 2) “Necessidade de reanimação económica”, através de medidas como a “revisão do condicionamento industrial”, “apoio às P.M.E.”¹⁶⁹, “estímulo e garantia aos investimentos” e “gestão corrente e coordenada das participações do Estado na indústria” são apresentadas enquanto “traços dominantes do programa de acção do Ministério da Economia”; 3) “Salários e Preços”, através de medidas concretas pelas quais o Governo “de acordo com o Programa do M.F.A. tem sido norteado pela preocupação de atender prioritariamente às classes mais desfavorecidas”, na convicção de que “não se pode resolver tudo de um dia para o outro”; 4) “Política Social” estritamente direccionada para “as classes desfavorecidas” enquanto principais beneficiantes de medidas promotoras da sua condição socioeconómica; 5) “Medidas imediatas e perspectivas” em ordem a “um desenvolvimento económico que ponha os recursos do país ao serviço da comunidade nacional”, sem descurar não apenas “uma indústria avançada (...)”, mas também “uma agricultura que vença o seu atraso (...)”, bem como “transportes que respondam à exigência de uma economia evoluída” e, por fim, um criterioso elenco de 6) “Conclusões”¹⁷⁰.

Quanto ao último ponto, Vasco Gonçalves esclarece a necessidade imperativa de um “*saneamento da vida económica da Nação*”¹⁷¹:

“É um processo que exige uma devoção e um patriotismo capazes de fazer aceitar, a *todos*, mas a todas, os maiores sacrifícios, quer na austeridade em que teremos que nos habituar a viver, quer no trabalho, muito trabalho, a que temos que nos entregar, tudo isto num verdadeiro clima de ordem democrática e de paz social, condições indispensáveis para a reconstrução nacional a operar”¹⁷².

A tal acrescenta:

“É com base nessa política de verdade e no esforço de *todos* os portugueses, *qualquer que seja a classe social a que pertençam*, que se construirá o Portugal democrático, próspero e independente, que desejamos”¹⁷³.

¹⁶⁹ Pequenas e médias empresa.

¹⁷⁰ Vasco Gonçalves, “Comunicação ao país na R.T.P”, 36-45.

¹⁷¹ *Idem*, 38, sublinhados do texto.

¹⁷² *Idem*, 44.

¹⁷³ *Idem*, 45.

Mais uma vez, é a (ainda) “indefinição” do processo revolucionário e do seu sujeito político que ao nível semântico-ideológico, pauta materialmente o discurso de Vasco Gonçalves. Se mais tarde este será manifestamente um “agente orgânico” das classes trabalhadores, nesta fase ainda o é só ao nível do institucionalismo do cargo que desempenha, ou, dito de outra forma, um “agente orgânico” da “reconstrução nacional a operar”. A ideia de “reconstruir a nação”, à luz de um visceral senso de “patriotismo” que dimana do seu perfil militar, acompanhará dia após dia o ideário de um sujeito político em incessante metamorfose. Ora, o que consubstancia essa adensada consciência de povo-nação em agosto de 1974 é a percepção de uma “pátria” que, evocada para a construção de um “Portugal democrático, próspero e independente”, se apresenta enquanto una e indissolúvel. Ou seja, pela voz de Vasco Gonçalves, nesta fase do processo revolucionário português, o intrínseco dinamismo do processo entranhava-se na sociedade portuguesa como um entrelaçamento conciliador de classes em luta, e não propriamente como sendo originário de uma luta de classes.

A propósito do discurso em apreço, Vasco Gonçalves esclarecerá mais tarde a Maria Manuela Cruzeiro que “deliberadamente falei em conciliação de interesses de classe”, pois “nesse momento eu estava a fazer a distinção entre as minhas convicções particulares e os objectivos a alcançar naquela fase do processo, pelo MFA”, que passavam por “consolidar-se imediatamente a derrota do fascismo e consagrar a democracia política”¹⁷⁴. As palavras em causa podem indiciar um escamoteamento da essência ideológica que, à altura, já enformava Vasco Gonçalves. Contudo, o que, ao invés, fica patente é a relação dialética entre processo e indivíduo, no interior da qual a “ideologia” previamente assimilada pelo mesmo não repercute somente uma “convicção pessoal” mas, pelo contrário, patenteia um nexos que interliga os imperativos e pressupostos teórico-ideológicos apreendidos até ao momento por Vasco Gonçalves com a realidade objetiva que a Revolução portuguesa esboçava no seu acontecimento. A dicotomia “convicções particulares” e “objectivos a alcançar” impõe uma inevitável “distinção” de planos, à luz da qual, dada a “fase [inicial] do processo” e a consequente “indefinição” do sujeito político, se torna inteiramente perceptível até que ponto o “objetivo” secundariza a “convicção”.

¹⁷⁴ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 126.

Sem perder de vista esse desobstruído ângulo de visão, é deveras elucidativo o encontro entre o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves e um “grupo de empresários” integrantes do MDE-S, a que o *Diário de Notícias* concede destaque da seguinte forma:

“«O coronel Vasco Gonçalves disse-nos que tínhamos padrões a atingir e que deveriam ser idênticos aos da Europa Ocidental», afirmou aos jornalistas António Champalimaud que, juntamente com outros empresários, apresentou ontem à tarde ao primeiro-ministro um plano de investimento no País da ordem dos 120 milhões de contos. Aquele industrial, prosseguindo nas suas declarações, disse ainda que a «receptividade dada pelo coronel Vasco Gonçalves fora francamente animadora e que esperava que as propostas que lhe eram presentes pudessem em breve ser conseguidas»”¹⁷⁵.

Neste seguimento, na edição do segundo dia informa o *Diário de Notícias* que o MDE-S é um “agrupamento de alguns industriais independentes, especialmente do Norte, e, na sua grande maioria, de empresários ligados a grandes grupos económicos”, tendo por objetivo “reformular a empresa em termos modernos para dinamizar a economia”¹⁷⁶. Enquanto Primeiro-ministro, Vasco Gonçalves estava assim (ainda) em posição de charneira face às classes (já) em disputa, a bem da “paz social” enquanto “condição indispensável para a reconstrução nacional a operar”, não obstante, porém, as já menções diretas “às classes mais desfavorecidas” enquanto principais destinatários das políticas económico-sociais a implementar pelo Governo.

A “modernidade empresarial” já soprava, porém, noutras direções. Em artigo publicado na revista *Flama*, intitulado “Banca: A sabotagem económica é uma arma política”, é noticiado que “vários bancos têm vindo a estrangular a concessão de créditos às pequenas e médias empresas”, sendo que, “deste modo, e na opinião dos empregados bancários, o boicote económico deve ser interpretado como uma arma política utilizada pelo patronato com o fim de barrar os caminhos abertos pelo 25 de Abril”¹⁷⁷. As classes dominantes, um pouco menos “desorientadas” do que no alvorecer da Revolução portuguesa, perpetram a sua primeira ofensiva contra o processo revolucionário português sob a forma de fugas de capitais para o estrangeiro e boicotes económicos nas empresas,

¹⁷⁵ *Diário de Notícias*, n.º.38943, 22-8-1974, 2.

¹⁷⁶ *Diário de Notícias*, n.º. 38945, 24-8-1974, 9.

¹⁷⁷ *Flama*, n.º. 1380, 9-8-1974, 53.

enquanto reações endémicas pelo agudizar da conflituosidade social. Não obstante, apesar da disrupção, Vasco Gonçalves aposta ainda na conciliação.

Será, pois, no âmago deste contexto economicamente adverso e estruturalmente condicionado pelo quadro internacional e interno, que as massas populares em movimento focalizam a sua ação. Segundo Fernando Rosas, “na sua imparável dinâmica inicial, entre maio e setembro de 1974, o movimento popular revolucionário conquista na rua, nas fábricas, nos bairros populares, nas escolas, nas zonas rurais, muito do essencial” quanto à “democratização política”, entre outros aspetos¹⁷⁸. No mesmo sentido fluem as palavras de Raquel Varela, ao caracterizar esta fase como essencialmente marcada “por um período onde são determinantes as lutas sociais” e, “do ponto de vista social, pela conquista de liberdades democráticas - asseguradas logo ao fim de poucos dias do golpe - e pela permanência de uma mobilização social onde a greve é a forma de luta determinante (...)”¹⁷⁹. Trata-se, portanto, da primeira ofensiva das massas populares em movimento, tornando-se bem patente a sua fricção tectónica com a ofensiva das classes dominantes e o consequente prenúncio de uma sísmica luta de classes. Não deixa, por conseguinte, de merecer relevante destaque o fluxo político de um “poder moderador” - neste caso concreto, o MFA e o II Governo Provisório - que, perante a autoridade do Estado em crise, continua a exercer um papel “conciliante” no paradigma vigente. Elucidativamente, diz-nos Vasco Gonçalves acerca da greve na TAP, iniciada a 26 de agosto de 1974:

“A minoria activista que provocou a paralisação da TAP não está a consolidar a democracia em Portugal, e com o seu proceder só demonstra que desconhece as forças que temos de enfrentar (...). Trata-se de uma greve injusta (...) que prejudica grandemente os interesses do País e a defesa do processo democrático que desencadeámos em 25 de Abril (...). O que não podemos é admitir que uma minoria que não representa o pessoal da TAP se lance numa greve de objectivos absolutamente políticos”¹⁸⁰.

Como descrito no *Diário de Lisboa*, “o coronel Vasco Gonçalves condenou severamente a greve, «declarada por grupo reduzido de activista»”¹⁸¹. Dias antes, em

¹⁷⁸ Rosas, *O Seculo XX...*, 70.

¹⁷⁹ Varela, *História do Povo...*, 495-496.

¹⁸⁰ *Diário de Notícias*, nº. 38937, 30-8-1974, 9.

¹⁸¹ *Diário de Lisboa*, nº. 18550, 30-8-1974, 1.

comunicado dos trabalhadores da D.M.E - Divisão de Manutenção e Engenharia, que “é responsável pela verificação necessária dos aparelhos [da TAP] antes do início da viagem [dos mesmos]”, é evidenciado que “vêm os trabalhadores afirmar não permitir na autonomia da sua luta que se interponham posições dirigistas venham elas de que órgãos vierem, mesmo que esses órgãos se digam representantes dos trabalhadores”¹⁸². Assim sendo, não é inusitado que as massas populares em movimento, neste caso concreto, “em greve”, olhem ainda com alguma desconfiança para o Governo Provisório, encabeçado por Vasco Gonçalves, no sentido de o encararem, na sua plenitude, como “defensor” dos seus objetivos e aspirações de classe. Eis, portanto, outro dos tantos traços matriciais que acompanharão *ab ovo ad mala* a formação de um sujeito político em Vasco Gonçalves: a irredutível desconfiança perante movimentos das massas populares sem uma articulação ou centralização de cúpula como a CGTP-IN, mormente após a promulgação da lei da unicidade sindical. A articulação do sujeito político em Vasco Gonçalves com as massas populares em movimento repousa ainda num devir que, pela força do contexto e do processo, começará a formar-se na vigência do III Governo Provisório. Ainda assim, mesmo já consubstanciado em “agente orgânico” das massas populares, Vasco Gonçalves nunca se furtará, enquanto Primeiro-ministro, a uma autoimputação de responsabilidade e “sentido de missão” para com as mesmas, independentemente da harmonia institucional ou revolucionária do momento: não fosse ele um militar também com uma “missão” por cumprir.

Face a esta tomada de posição de Vasco Gonçalves, Francisco Bairrão Ruivo fala-nos da grande confiança política que o PCP detinha na nomeação daquele para o cargo de Primeiro-ministro, motivo pelo qual com ele “enceta um processo de crescente aproximação, para a chefia do II Governo [que] reforça a disposição do partido em se opor às mobilizações que punham em causa o Governo”¹⁸³. De facto, o PCP há já algum tempo que se demarcava e insurgia “contra o aventureirismo das reivindicações”¹⁸⁴ materializadas em algumas greves, como é caso de exemplo a onda grevista na TAP. Enquanto temperamento da fase da “indefinição” da Revolução portuguesa, o “sentido de missão” era também transversal ao PCP e demais partidos políticos, principalmente no tocante ao PCP e ao PS que se encontravam ainda relativamente harmonizados e sintonizados em termos institucionais. Em entrevista ao *Expresso*, Mário Soares esclarece

¹⁸² *Diário de Notícias*, n.º. 38947, 28-8-1974, 6.

¹⁸³ Ruivo, *Spinolismo...*, 159.

¹⁸⁴ *Expresso*, n.º. 77, 22-6-1974, 3.

a propósito da formação do II Governo Provisório que “com este novo governo, temos condições para efetivamente levar este processo por diante, com a ajuda e solidariedade que se estabelecer entre as forças democráticas, os partidos democráticos e as Forças Armadas (...)”¹⁸⁵. Enquanto materialização deste “consenso institucional”, dá-se o comício de apoio ao MFA e ao II Governo Provisório, no qual marcam presença Mário Soares, Álvaro Cunhal, mas também elementos em representação do PPD. “A reacção não passará - gritaram cerca de cem mil pessoas no comício de apoio ao M.F.A e ao Governo”¹⁸⁶, propaga enfaticamente o *Diário de Notícias*. Os partidos estavam também (ainda) em processo de definição, não obstante a consensualidade (ainda) reinante entre os mesmos e o Governo Provisório encabeçado por Vasco Gonçalves.

Retomemos, enfim, o fio às contradições ideológicas entre Vasco Gonçalves e António de Spínola, cujo tom se ia agudizando drasticamente, tornando-se em nosso entender um vetor decisivo na definição de um sujeito político em desenvolvimento relativamente ao primeiro. O mês de setembro de 1974 afigura-se, nesse sentido, crucial. Enquanto o Presidente da República proferia que “não é possível democratizar um país e restituí-lo à liberdade sem lei, sem ordem, sem disciplina e sem uma forte autoridade”¹⁸⁷ em discurso no Quartel do Carmo, mantendo a toada discursivamente alarmista que o vinha a caracterizar, já o Primeiro-ministro, por seu turno, solicitava “vivas” à “unidade do Povo Português e das Forças Armadas”¹⁸⁸ e declarava encarar “o futuro de Portugal com optimismo, apesar de todas as dificuldades que vamos ter de vencer”¹⁸⁹. O antagonismo era já indisfarçável e por demais explícito.

Ainda assim, a crispação parece ter serenado um pouco do lado do general Spínola, no seguimento da promulgação da Lei nº. 7/74 a 27 de julho de 1974 com a sua anuência, em que se consigna o valor de “lei constitucional” que “o princípio de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar”, e que, por conseguinte, “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos (...)”¹⁹⁰, e, mais tarde, após declarar publicamente, segundo o *Expresso*, a sua “posição socializante” num âmbito político-

¹⁸⁵ *Expresso*, nº. 81, 20-7-1974, 5.

¹⁸⁶ *Diário de Notícias*, nº. 38920, 26-7-1974, 1.

¹⁸⁷ *Diário de Notícias*, nº. 38961, 13-10-1974, 1.

¹⁸⁸ Vasco Gonçalves, “Discurso na Festa dos Emigrantes” in Gonçalves, *Discursos...*, 35.

¹⁸⁹ Vasco Gonçalves, “Entrevista ao jornal húngaro Nedszabadsag” in Gonçalves, *Discursos...*, 50.

¹⁹⁰ *Diário do Governo*, 27-7-1974, nº. 174/1974, Série I, 1º Suplemento, 1.

económico. O mesmo jornal não deixa de destacar, contudo, que a ação política do Presidente da República “deve radicar-se na observação feita pelo Chefe de Estado do coeficiente negativo que resultaria para a sua posição de uma ligação com correntes sobre as quais se projecta o rescaldo negativo do antigo regime”¹⁹¹. Com efeito, recuperando as palavras de Melo Antunes, “sob a capa das liberdades e da democracia, como retórica de discurso, havia, de facto, um projeto de poder pessoal” que animava o general Spínola, projeto esse que se intentou materializar a 28 de setembro de 1974 com a convocação da manifestação da “maioria silenciosa”.

É neste contexto de instabilidade que, na antecedência do intento golpista a 28 de setembro de 1974 que culminou na manifestação da “maioria silenciosa” convocada pelo general Spínola, ocorre a 26 de Setembro de 1974 um incidente na Praça de Touros do Campo Pequeno que, a nosso ver, se impõe modelar na formação de um sujeito político em Vasco Gonçalves. Sobre esse afamado episódio conta-nos Phil Mailer:

“Os bilhetes [para a tourada] haviam sido pagos por Champalimaud e José de Mello e distribuídos gratuitamente... àqueles a quem tinham convencido de que o país caminhava para a ruína económica. (...) Quando o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, entrou no recinto, a multidão aplaudiu pensando que era Spínola. Na realidade, mais tarde, Vasco Gonçalves seria vaiado. No final da noite, a multidão aclamou um cavaleiro, enquanto ele dava voltas à praça erguendo um cartaz a anunciar a manifestação [da «maioria silenciosa»]”¹⁹².

Já Vasco Gonçalves esclarece que foi para o evento em questão

“perfeitamente consciente de que podia ser objeto de provocação (...), [mas] decidi aproveitar o convite de Spínola, procurando esgotar todas as possibilidades de entendimento e sobretudo para evitar a manifestação da maioria silenciosa... depois as coisas correram ao contrário, porque, no fundo, já estava tudo preparado ao pormenor, e nada alteraria a decisão do general. (...) Aproveitaram a oportunidade e vaiaram-me [durante a tourada], enquanto aplaudiam Spínola, mas os apupos não me impressionaram porque sabia que era uma orquestração reacionária. O general Spínola é que aproveitou logo: «Vê, vê? Afinal o povo está comigo!»”¹⁹³.

¹⁹¹ *Expresso*, n.º. 89, 14-9-1974, 2.

¹⁹² Phil Mailer, *Portugal, a revolução impossível?* (Lisboa: Antígona, 2018), 90.

¹⁹³ *Cruzeiro*, Vasco Gonçalves..., 100.

O *Expresso* declara, a propósito, que “a tourada de quinta-feira no Campo Pequeno iria servir de «balão de ensaio» à maioria silenciosa”, acrescentando terem sido bradados “gritos de «Viva Spínola» [e] «Ulamar, Ulamar», misturados com insultos ao primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves” que “forneceram indicações sintomáticas dos verdadeiros intuitos dos “silenciosos” manifestantes”¹⁹⁴.

O turbulento episódio do Campo Pequeno é, do nosso ponto de vista, definidor quanto à formação de um sujeito político em Vasco Gonçalves por três motivos essenciais. Primeiramente, porque sinaliza fortemente ao Primeiro-ministro que nem “todos” os portugueses estavam “empenhados” na “construção de um Portugal democrático” e em concordância com o MFA e o seu Programa. Segundo Ricardo Noronha, “a composição da assistência [para a tourada] havia sido cuidadosamente seleccionada, uma vez que um dos organizadores da manifestação tinha adquirido todos os bilhetes, com o apoio financeiro da família Espírito Santo e do banqueiro Jorge de Brito, que seriam depois distribuídos pelo Partido Liberal”¹⁹⁵. Enquanto isso, o “povo” num sentido abrangente, ou mais concretamente, o “todos”, enquanto ente genericamente abstrato, dilui-se por momentos na voragem do acontecimento, tanto aos olhos de Vasco Gonçalves como do próprio processo revolucionário português. A luta de classes jogava-se também nas bancadas do Campo Pequeno, bem como a própria Revolução portuguesa em vias de definição.

Além disso, como segunda razão, este episódio revela um Primeiro-ministro cujo “voluntarismo” importa destacar quanto a um sujeito político em vias de definição e que, em plano idêntico, buscava legitimidade político-institucional. Nas palavras de Vasco Lourenço, no tocante ao evento em questão, “estou mesmo a «ver» o Vasco Gonçalves, voluntarioso, a dizer que não fugia a desafios e a decidir ir”, sendo que “foi... e sujeitou-se aos apupos, aos enxovalhos, às provocações previamente preparados”¹⁹⁶. Este “voluntarismo”, que enforma também o multifacetado perfil de um militar, irá acompanhar modelarmente o desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves, cuja *persona* política se transcendia em momentos críticos, tal como ocorreu neste caso concreto. A título ilustrativo, conta-nos o mesmo que a 27 de setembro de 1974, numa fase de irremediável crispação no ceio do MFA, “há uma nova discussão

¹⁹⁴ *Expresso*, n.º. 91, 28-30/9/1974, 16.

¹⁹⁵ Noronha, *Banca...*, 123-124.

¹⁹⁶ *Cruzeiro, Do interior...*, 305.

exaltada com os generais (exceptuando sempre Costa Gomes), que exigem a minha demissão”, ao que lhes terá respondido “que era primeiro-ministro com a confiança e em representação de uma entidade muito superior a eles, o Movimento das Forças Armadas, e que só este me podia exigir essa demissão”¹⁹⁷.

A terceira e última razão prende-se com a irreversível separação institucional que ainda ligava Vasco Gonçalves a António de Spínola. Atendendo às palavras do primeiro, “até ao 28 de Setembro, estava convencido de que era possível chegar a um entendimento com ele, com cedências mútuas, mas de maneira que se preservasse o processo e consolidasse a democracia até à eleição para a Constituinte, mas, neste momento [numa reunião a 28 de setembro entre Vasco Gonçalves, Costa Gomes e Spínola], cheguei à conclusão de que não era possível”¹⁹⁸.

No dia que se seguiu à buliçosa tourada é então intentada a “manifestação da maioria silenciosa” nas ruas. Segundo a imprensa à época, que dedicou vasta atenção ao acontecimento (falhado), “malogrou-se a tentativa reaccionária contra o M.F.A e o Governo Provisório”¹⁹⁹. É feita também referência a “uma manifestação que não houve” e “conspiração descoberta”²⁰⁰, sendo que “a versão de que a “manifestação da «maioria silenciosa» [que] iria servir de pano de fundo da operação conspirativa montada pelas forças reaccionárias para liquidar o processo iniciado pelo 25 de Abril, ganha cada vez mais consistência”²⁰¹. Ainda segundo a edição especial do *Expresso*:

“Uma coisa é pelo menos certa: para alguns observadores políticos, uma expressão pode cair em desuso com o 28 de Setembro. E essa expressão é «Spinolismo». Com tudo o que muitos lhe emprestavam de significado possível (esperanças, ilusões e temores). E isto mesmo que o Presidente da República continue a ser o General António de Spínola”²⁰².

Não continuou. Após o 28 de Setembro, com a demissão do general Spínola do cargo de Presidente da República, as classes dominantes, conjuntamente com este, passaram a representar a personificação cada vez mais ressentida de um persistente

¹⁹⁷ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 103.

¹⁹⁸ *Idem*, 108.

¹⁹⁹ *Diário de Notícias*, n.º. 38974, 29-10-1974, 1.

²⁰⁰ *Expresso*, n.º. 91, 30-9-1974, 2.

²⁰¹ *Idem*, 16.

²⁰² *Idem*, 2.

“entreve” ao processo revolucionário em desenvolvimento, enquanto as massas populares compareciam como “forças propulsoras” do mesmo. É neste ambiente dilacerado e tenso que a comissão política do PS emite um comunicado em que esclarece que “a acção contra os reaccionários tem que ser dirigida pela classe trabalhadora como vanguarda verdadeiramente progressista, e pelos partidos políticos pois só desta forma o processo democrático, iniciado a 25 de Abril, poderá atingir os objectivos assinalados no programa do MFA, em particular os que apontam para uma acção decisiva contra o grande capital monopolista”²⁰³, e, em idêntico alinhamento, Vasco Gonçalves evidencia que “verificou-se claramente, na madrugada de 28, que tínhamos connosco as massas populares, os trabalhadores, e esse facto pesou decisivamente na avaliação de forças dentro e fora do Movimento”²⁰⁴. Nas palavras de Fernando Rosas, “foi a força desse movimento [popular] que se mostrou decisiva na derrota da primeira tentativa contrarrevolucionária do spínolismo, em 28 de setembro de 1974, impondo o MFA como força político-militar hegemónica no processo”²⁰⁵. A Revolução portuguesa começava, então, a definir-se segundo as massas populares em movimento, tendo em conta as suas aspirações e a sua real importância quanto às conquistas políticas, económicas e sociais já alcançadas.

Em alocução ao país no dia 29 de Setembro, “visivelmente emocionado”²⁰⁶ e “falando de improviso”²⁰⁷, Vasco Gonçalves esclarece que

“É precisamente num momento destes que as forças da reacção se empenham em nos combater. Mas nós, M.F.A., e Forças Armadas e o povo português estamos vigilantes. Esta crise fortaleceu mais essa unidade, fortaleceu mais as condições de desenvolvimento da democracia em Portugal”²⁰⁸.

Acrescentando adiante:

“E daqui mesmo nós exortamos o nosso povo que, para comemorar esta vitória sobre a reacção, que o próximo domingo seja um domingo de trabalho nacional, um domingo em que o povo vá para as oficinas, vá para os campos, vá para as fábricas

²⁰³ *Idem*, 3.

²⁰⁴ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 107.

²⁰⁵ Fernando Rosas, “Os Quatro Regimes” in Rosas *et al.* *O século XX...*, 74

²⁰⁶ *Expresso*, n.º. 91, 30-9-1974, 4.

²⁰⁷ *Diário de Notícias*, n.º. 38975, 30-9-1974, 1.

²⁰⁸ Vasco Gonçalves, “Alocução ao País” in Gonçalves, *Discursos...*, 56-57, sublinhados nossos.

trabalhar, como manifestação de alegria por esta vitória que obtivemos sobre a reacção”²⁰⁹.

Esfuma-se então o pronome *indefinido* “todos”, e, em sua substituição, consubstancia-se um “nós” - MFA e povo português. Além do mais, Vasco Gonçalves estreita o ângulo de incidência de uma “reconstrução nacional a operar” para “as massas, quer do campo quer da cidade”²¹⁰, sem qualquer menção, a título de exemplo, aos “empresários”. É então que as classes trabalhadoras emergem das barricadas do 28 de Setembro para os seus locais de trabalho enquanto sujeitos-agentes objetivos da Revolução portuguesa. A “indefinição” da Revolução portuguesa, pelo menos em certa medida, diluiu-se no seu movimento e a articulação entre Vasco Gonçalves e as mesmas é, desta forma, irreversivelmente encetada

Cabe ainda, em jeito conclusivo, aludir à opinião da imprensa portuguesa quanto ao “sujeito discursivo” em Vasco Gonçalves, na vigência do II Governo Provisório. De “um homem simples, só aparentemente pouco comunicativo”²¹¹, bem como “da deficiência de forma de expressão visível na fala do primeiro-ministro”²¹², que o caracterizaram até esta alocução, sucede-se um período temporal ascendente que culmina num “salto” qualitativo operado tanto no processo revolucionário português como no sujeito político em Vasco Gonçalves após o 28 de Setembro de 1974. A errância discursiva, ora recorrendo aos seus apontamentos, ora falando de improviso com um gesticular frenético, bem como a secundarização da forma em prol do conteúdo no tocante à estruturação e eficácia da mensagem, são duas características de máxima relevância que, enquanto matrizes constitutivas do sujeito discursivo, enformam também o inerente sujeito político. O improviso e comoção da dita alocução, somados a uma espontaneidade contrastante à rigidez institucionalista inerente à alta função executiva de que estava incumbido, são também elementos nucleares para entender o início de uma orgânica articulação que, em gradual ascensão, uniu num elo o general Vasco Gonçalves e as massas populares em movimento.

Por essa altura, proveniente de Nova Iorque, é endereçada uma carta a Vasco Gonçalves na qualidade de Primeiro-ministro do II Governo Provisório, acompanhada de

²⁰⁹ *Idem*, 58.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ *Diário de Notícias*, n.º. 38910, 15-7-1974, 7.

²¹² *Expresso*, n.º. 86, 24-8-1974, 2.

um curioso anexo: uma reportagem sobre ele mesmo, publicada pelo *New York Times* na edição de 18 de Julho de 1974, dia em que a carta foi redigida; sob o título “Unpretentious Portuguese Leader - Vasco dos Santos Gonçalves”, nela consta o seguinte:

“Colonel Gonçalves comes from that small body known as the Armed Forces Movement, which carried out a revolution April 25. It has since hovered in the background watching carefully as the generals and civilian politicians tried to carry out the movement’s program of bringing democracy to Portugal. The colonel, at 53 year somewhat older than the captains and majors who make up bulk of the movement, is believed to represent the *idealism* that prompted the movement to take its big step, and which is embodied in the program that he helped draw”²¹³.

Eis chegado, pois, o momento de um novo e (re)significante “big step” na Revolução portuguesa. Graças a essa decisiva mutação de nível e de escala, a articulação de Vasco Gonçalves com as massas populares em movimento *latu sensu* será essencialmente definidora, não apenas do desenvolvimento de um sujeito político, mas também do processo em que o mesmo está envolvido. Atendendo às condições objetivas e subjetivas que se esboçavam na sociedade portuguesa no pós 28 de Setembro, pode-se dizer que o “idealismo” indefinido de Vasco Gonçalves se metamorfoseia em “imperativo” circunstanciado e enraizado na situação concreta da dinâmica política, social e económica do processo revolucionário português.

²¹³ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Atividade Pública/Correspondência, 18-7-1974.

3. O III Governo Provisório: a “consolidação”

“À saída de um período cheio de reuniões políticas (com relevo para o Conselho dos 20 e a Assembleia do MFA) a personalidade (que o mesmo é dizer, neste caso, a linha) que sobressai como momentaneamente vencedora é o Brigadeiro Vasco Gonçalves, Primeiro Ministro do Governo Provisório, que tem sempre contado com o apoio e confiança do MFA”²¹⁴.

Marcelo Rebelo de Sousa, *Expresso*, 22-2-1975.

O desenvolvimento qualitativo gerado no sujeito político em Vasco Gonçalves, após o 28 de Setembro de 1974, e no decurso de um processo que o levará a uma “consolidação” efetiva, acompanha igualmente o rumo da Revolução portuguesa num sentido de uma “pretensão revolucionária”. Ao deflagrar da necessidade imperativa de clarificar e definir um novo paradigma, a “pretensão revolucionária” pretende-se alinhada com a urgência de clarificar o processo que a patenteia, bem como os sujeitos que, a partir da suas experiências efectivas, atuam no seu âmago. Nesse sentido, a “experiência” constitui, pois, um elemento estrutural da vivência humana no “mundo real”, tal como assinala E. P. Thompson:

“A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras de trincheiras, desemprego, inflação e genocídio. Pessoas morrem de fome: seus sobreviventes pensam o mercado de novas maneiras. Pessoas são presas: na prisão, pensam de novos modos sobre as leis. Diante dessas experiências gerais, antigos sistemas conceptuais podem ruir e novas problemáticas insistir em impor sua presença”²¹⁵.

Ora, a Revolução portuguesa foi o gesto primeiro que inaugurou (novos) “sistemas conceptuais” tendentes não só a superar lógicas tardo-fascistas que, na sua na pulsão de sobrevivência, ainda afligiam o país, mas também a erigir um novo sistema político-económico em moldes totalmente opostos aos que até então vigoravam. Foi, portanto, com base na “experiência geral” de um processo dinâmico que se desenvolvia, que a Revolução portuguesa se foi materializando em termos objetivos e subjetivos no *modus vivendi* de Portugal durante o biénio 1974-1975. Destarte, a pretensão de um processo

²¹⁴ *Expresso*, n.º. 112, 22-2-1975, 2.

²¹⁵ E.P. Thompson, “A miséria da teoria ou um planetário de erros” in Thompson, *A miséria da teoria e outros ensaios* (Rio de Janeiro: Vozes, 2021), 30.

revolucionário disruptivo face ao antigo regime e às suas lógicas capitalistas dominantes, surgiu da consciencialização coletiva em institucionalizá-lo, no horizonte dessa (nova) experiência (revolucionária) que a transforma num ato socialmente irreversível e político-economicamente necessário. É precisamente nesse sentido que o *Expresso* torna público um artigo intitulado “A luta de classes: papel fundamental na bipolarização política” no início do mês de Outubro, proporcionando uma translúcida descrição que, a nosso ver, permite clarificar e desmistificar a eclosão de uma “nova fase” da Revolução portuguesa no pós 28 de Setembro de 1974:

“Temos pois um poder político-militar que optou pela leitura de “esquerda” do Programa do MFA num país economicamente “ancien regime”. Está criado o ambiente óptimo para o papel crescente da luta de classes”²¹⁶.

A partir de um conjunto de questões a exigir respostas, o fio descritivo não se detém:

“Quer isto dizer que, a luta de classes poderá ser fundamental, no agudizar do equilíbrio instável e na definição classista da posição futura do Centro? Quer isto dizer que ela poderá criar condições para uma próxima ampla socialização em Portugal? (...) É bem possível que a resposta a todas estas questões passe, doravante, pelo mundo do trabalho, de forma decisiva. Embora não exclusiva. O MFA continua um árbitro da situação.”²¹⁷.

É neste contexto de progressiva clarificação de posições em jogo que, vigente ainda o II Governo Provisório, é publicado o primeiro *Boletim Informativo das Forças Armadas*, a 9 de Setembro de 1974, sob o título *Movimento*. Editado pela 5ª Divisão do EMGFA, o *Boletim do MFA* (doravante assim designado) assume-se desde logo como “um meio de comunicação de mensagens, [e] aí surgiam os objectivos almejados pelos militares [da 5ª Divisão e da CCP do MFA] que o produziam”²¹⁸. No editorial de estreia da referida edição, o tom é inteiramente elucidativo:

“Na defesa do cumprimento do Programa do MFA e do Governo Provisório, não permitiremos que se confunda a necessária isenção partidária das Forças Armadas

²¹⁶ *Expresso*, n.º. 92, 2-10-1974, 2.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ Ivo Veiga, *O Boletim do MFA e o Processo Revolucionário Português (Setembro 1974-Agosto 1975)* (Lisboa: Tese de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008), 110.

com a chamada «isenção política» (...). Ao realizar o 25 de Abril, ao empenhar-se numa acção revolucionária que visa restituir ao povo português as liberdades fundamentais de que havia sido despojado pelo regime deposto, o Movimento das Forças Armadas empenhou-se numa opção política, claramente definida no seu Programa, em defesa da qual se mantém firme e intransigente. Difundir no seio das forças armadas este correcto conceito de isenção política, é um dos objectivos fundamentais do presente Boletim.”²¹⁹.

A mutação de paradigma político que o golpe de Estado encetado a 25 de Abril de 1974 tinha consumado, propiciando a experiência de uma nova fase (agora muito mais definida) da Revolução portuguesa, colhia na percepção pública, tanto civil como militar, amplo consenso. Enquanto que, por um lado, o artigo do *Expresso* destaca as condições objetivas e subjetivas emergentes após o 28 de Setembro de 1974, assinalando a oportunidade de assalariados rurais e urbanos assumirem a “vanguarda” do processo revolucionário que se ia consolidando e definindo em Portugal, por outro, o editorial do *Boletim do MFA* evidencia a necessária transformação das Forças Armadas (e *ipso facto* dos seus “sistemas concetuais”), num organismo politicamente interligado em simbiose com o povo e com a Revolução portuguesa. Com efeito, durante o período de vigência do III Governo Provisório, a “experiência” (em termos thompsonianos) será indiscutivelmente o elemento definidor e dinâmico da pretensão de um processo revolucionário objetivo, quer relativamente aos seus autores, quer relativamente aos seus desígnios. O sujeito político em Vasco Gonçalves - no seu processo de “consolidação” -, as massas populares em movimento e o próprio MFA reverberam em uníssono essa “experiência” instauradora de sentido.

Após o malogrado golpe de Estado intentado a 28 de Setembro de 1974, Vasco Gonçalves é reempossado Primeiro-ministro pelo agora Presidente da República, general Costa Gomes, após a renúncia ao cargo do general Spínola. Na cerimónia de empossamento do III Governo Provisório no dia 30 de setembro de 1974, discursaram para o efeito o Primeiro-ministro e o Presidente da República. Nas palavras do general Costa Gomes, num discurso onde mostrou destoar em absoluto da pauta semântico-discursiva e ideológica do seu antecessor, afirma, voltando-se na direção de Vasco Gonçalves, que “o povo precisa do nosso acordo e da nossa convergência de esforços”²²⁰,

²¹⁹ *Movimento*, n.º. 1, 9-9-1974, 1.

²²⁰ *Diário de Notícias*, n.º. 38976, 1-10-1974, 8.

numa implícita alusão às cicatrizes político-militares deixadas pelo intento da manifestação da maioria silenciosa, que remeteu o Primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, e o então Presidente da República, António de Spínola a um antagónico choque de forças, num momento crítico de pré-rutura institucional. O tom discursivo do general Costa Gomes, desta feita sereno e aglutinador, augurava não só um distanciamento político-institucional do antigo Presidente da República, mas era também sintomático de uma nova fase da Revolução portuguesa, em que a harmonia político-institucional entre Primeiro-ministro e Presidente da República seria fulcral para o seu desenlace. Neste sentido, evidencia ainda o *Diário de Notícias* que “depois de ter proferido o seu discurso, o Presidente da República abraçou o brigadeiro Vasco Gonçalves e, a seguir, cumprimentou o Governo e os sete membros da Comissão Coordenadora do MFA”²²¹. O “abraço” materializava a tentativa de unidade e harmonia institucional entre os dois cargos, e esse será, simbolicamente, um dos garantes fundamentais do promissor salto qualitativo que o processo revolucionário português estava prestes a experienciar.

Ainda nessa cerimónia, Vasco Gonçalves, “profundamente comovido e emocionado”²²², responde a Costa Gomes, devolvendo-lhe o tom com que o Presidente da República discursara, que

“considero a maior honra da minha vida o facto de ter sido empossado hoje por V. Ex.^a [o general Costa Gomes] no cargo de Primeiro-Ministro do Governo Provisório da República Portuguesa. E considero a maior honra por dois motivos: primeiro, porque é ao serviço da nossa Pátria e do nosso Povo que acaba de me nomear; segundo, porque fui nomeado por V. Ex.^a, a quem me unem laços do mais profundo respeito e consideração, para além da amizade que foi forjada em trabalho comum, em conhecimento comum, e no apreço pelas suas altas qualidades”²²³.

O elo institucional que unia os dois cargos, rompido no Governo anterior, parecia restaurado para regozijo do MFA e do povo português *lato sensu*. Mais tarde, após a cerimónia, é concedida uma conferência de imprensa por Vasco Gonçalves aos órgãos de comunicação social, com o intuito de aprofundar alguns dos temas que marcavam o quotidiano da Revolução portuguesa. Durante a mesma, e tendo em mira o discurso de

²²¹ *Ibidem*.

²²² *Ibidem*.

²²³ Vasco Gonçalves, “Discurso no Acto de Posse como Primeiro-Ministro do III Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 63.

resignação do general Spínola, o novamente empossado Vasco Gonçalves insiste em esclarecer que Portugal “é um País de ordem, não de anarquia”²²⁴, reforçando ainda que “vivemos mais uma situação democrática do que uma democracia institucionalizada”, pois “não podemos de um dia para o outro dar o céu e a terra ao nosso povo”, sendo que para isso “temos, todos em conjunto, de trabalhar muito”²²⁵.

No intuito de dissipar do horizonte quaisquer ambiguidades, Vasco Gonçalves mais dirá:

“Estabelecemos uma *legalidade revolucionária* baseada no Movimento do 25 de Abril, que tem diversos órgãos institucionalizados. Temos um objectivo fundamental: cumprir e fazer cumprir o Programa do M.F.A.. É isso que nos move, é esse o nosso objectivo e todos os nossos esforços são encaminhados nesse sentido”²²⁶.

Na mesma linha de raciocínio prosseguirá, reafirmando inequivocamente:

“A unidade entre o povo e o M. F. A. constitui, de facto, *uma condição fundamental do nosso progresso*. Mas deve ter-se em conta que, em nosso entender, estratégia anti-monopolista não quer dizer estratégia anti-capital privado. Queremos, de facto, uma maior justiça social mas há muitas distorções, de toda a ordem, a vencer”²²⁷.

Estas palavras, na pretensão de realçar o salto qualitativo que o sujeito político em Vasco Gonçalves conheceu após o 28 de Setembro, são absolutamente sinalizadoras e clarificadoras desse desenvolvimento, dinamicamente expresso ao longo dos seis meses de vigência do III Governo Provisório. Se não, vejamos.

Primeiramente, Vasco Gonçalves referencia explicitamente a “legalidade revolucionária” (pré) estabelecida que irá pautar o debate interno no MFA durante o período temporal referido. Tal será determinante para a evolução qualitativa da Revolução portuguesa. Com efeito, ao ser “institucionalizada” a dinâmica revolucionária acabará por elevar as Forças Armadas portuguesas, enquanto MFA, a um plano de “vanguarda” no processo revolucionário português e não mais a uma mera função “estática” de supervisão do cumprimento escrupuloso do ideário e das medidas plasmadas

²²⁴ Vasco Gonçalves, “Conferência de Imprensa Após Ter Sido Reempossado nas Funções de Primeiro-Ministro” in Gonçalves, *Discursos...*, 65.

²²⁵ *Idem*, 67.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ *Ibidem*, sublinhados nossos.

no seu próprio Programa. Ainda que a 5 de Outubro de 1974, Vasco Gonçalves refira, num discurso proferido no Porto aquando da comemoração da implantação da Iª República, que “o Movimento das Forças Armadas só fixa um objectivo: lançar os fundamentos para que o povo português possa escolher livremente as instituições por que se quer reger” e “depois recolherá aos quartéis para defender as conquistas democráticas”²²⁸, a progressão evolutiva constante e incessante que o seu sujeito político experiencia - a par do processo revolucionário português, na sua singular e irreversível dinâmica - fá-lo-á paulatinamente consciencializar-se do papel duradouro que o MFA poderia vir a alcançar na prossecução dos objetivos e desígnios que a Revolução portuguesa ia consolidando. Como mais tarde confidenciará a Maria Manuela Cruzeiro, “verificávamos [MFA] que não podíamos abandonar os destinos do país, de acordo com aquele esquema de organização política que tínhamos elaborado para o período transitório, no Programa do MFA, porque, para além de traírmos as expectativas mais profundas da população, receávamos que as lutas e os interesses partidários se instalassem demasiado rapidamente”²²⁹. Na mesma senda de pensamento prosseguirá no “discurso no Sabugo”, 4 meses após a sua intervenção no Porto:

“Uma das vias fundamentais é a institucionalização do MFA. Quem vos está a falar é a mesma pessoa que no dia 5 de Outubro do ano passado disse, no Porto, que uma vez instituídas as novas organizações do Estado, o MFA recolhia aos quartéis e, democratizadas, as FA defenderiam a todo o custo a Democracia. Simplesmente, *a evolução, a experiência histórica dos meses decorridos mostra que o MFA tem mais alguma coisa a fazer do que isso*; que as FA devem ser um impulsionador e um garante da Revolução Portuguesa”²³⁰.

A fricção tectónica entre “legitimidade revolucionária” e “legitimidade eleitoral”, cujas ondas se repercutiram nas eleições de 25 de Abril de 1975 para a Assembleia Constituinte - marco indelével da Revolução portuguesa - antecipa o seu primeiro abalo a partir destas palavras de Vasco Gonçalves, um dos apologistas mais convictos na força material e ideológica da primeira forma de legitimidade.

²²⁸ Vasco Gonçalves, “Discurso na Câmara do Porto nas Comemorações do 5 de Outubro” in Gonçalves, *Discursos...*, 77.

²²⁹ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 116.

²³⁰ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sessão de Dinamização Cultural do M.F.A. no Sabugo” in Gonçalves, *Discursos...*, 160, sublinhados nossos.

Além do primeiro aspeto que se acabou de dissecar acerca desta nova fase de definição em curso, acresce um segundo, cujo vislumbre se liga à tipologia discursiva a que o sujeito político em Vasco Gonçalves recorre na sua comunicação política: claro, direto e incisivo - o oposto, portanto, do incompreensível hermetismo e do rebuscado formalismo do linguajar político convencional. É disso paradigmático não apenas este discurso proferido na cerimónia de empossamento do III Governo Provisório, bem como as palavras proferidas na conferência de imprensa que se seguiu ao ato: a estes podemos juntar o discurso no Porto, já anteriormente referido, o “discurso do Sabugo”, em fevereiro de 1975, e o discurso na abertura solene das aulas, na Academia Militar, em Novembro de 1974. Quanto a este último, cujos destinatários eram os cadetes da mesma, destaquemos algumas passagens ilustrativas do informalismo semântico-discursivo de Vasco Gonçalves para com os (futuros) militares:

“Não posso deixar de começar por dizer que estou *profundamente comovido* ao vir aqui a esta Escola onde entrei em 1942 e onde hoje se pode falar livremente. Dizer como éramos educados entre 42 e 46 num regime em que a regra era a repressão fascista, não obstante haver aqui raros oficiais que assim não procediam”²³¹.

Prosseguindo:

“Qual é o futuro que nos oferece a situação do 25 de Abril? Nós falamos hoje muito em democratização nas Forças Armadas, e há gente que se assusta com isso. *Mas vamos lá ver uma coisa.* Há duas maneiras gerais *de guiar uma empresa, quer militar quer civil, ou duma maneira autocrática ou democrática* e muitos dos militares que estão entre nós se habituaram na sua vida militar a guiar as suas unidades de maneira democrática. O que é preciso é ligar as coisas”²³².

E por último:

“É necessário que os oficiais andem bem uniformizados, bem engraxados, com os botões limpos, mas é muito mais necessário que andem com as consciências tranquilas e senhores dos seus deveres para com a sua Pátria. Uma coisa não é incompatível com a outra, *mas não se deve dar relevo às botas em relação à*

²³¹ Vasco Gonçalves, “Discurso na Abertura Solene das Aulas, na Academia Militar” in Gonçalves, *Discursos...*, 123, sublinhados nossos.

²³² *Idem*, 128, sublinhados nossos.

*consciência e no meu tempo havia gente que dava relevo às botas em relação às consciências”*²³³.

Atendendo aos trechos citados, ressalta desde logo a exteriorização de um *pathos* discursivo sem filtros, alinhado com o temperamento do orador; o uso de expressões coloquiais e analogias simples, gerando um imediato elo de identificação e uma instantânea adesão do auditório à *persona* do orador; e, por fim, a desmistificação de apriorismos socioculturais historicamente condicionados e apreendidos que já não se coadunavam com o contexto específico em que ainda são professados. São estas três camadas discursivas que, em nosso entender, modelam eficazmente o impacto oratório do sujeito político em Vasco Gonçalves ao longo do processo revolucionário português enquanto Primeiro-ministro, e que, de outubro de 1974 até março de 1975, contribuem decisivamente para estruturar a *sui generis* comunicação pública de um sujeito político em “consolidação”.

Finalmente, como terceiro aspeto a sublinhar no tocante à qualificação do impacto discursivo de Vasco Gonçalves, não há como omitir a alusão à “unidade entre o povo e o MFA” enquanto “condição fundamental do nosso progresso”. Ainda que, após estas palavras, Vasco Gonçalves clarifique que “anti-monopolismo” não desemboca necessariamente numa estratégia “anti-capital privado”, há uma separação latente e subliminar entre “povo” e entre os agentes orgânicos do “capital privado”, pois caso não existisse a necessidade de uma clarificação ou distanciamento a este nível, esta clarificação seria prescindível no discurso do mesmo. Ou seja, já não há um “todos” no discurso de Vasco Gonçalves, mas sim uma “unidade entre o povo e o MFA”, da qual o “capital privado”, nas palavras do mesmo durante a vigência do III Governo Provisório, é sub-reptícia e gradualmente silenciado.

Posto isto, a “unidade entre o povo e o MFA” será, em jeito epigráfico, o elemento definidor e catalisador do salto qualitativo do processo revolucionário português nesta fase decisiva, bem como do sujeito político emergente em Vasco Gonçalves numa fase em que se torna bem patente uma espécie de simbiose entre o Primeiro-ministro e as massas populares em movimento. Importa, pois, a esse respeito, retornar às palavras proferidas pelo mesmo a 29 de Setembro, exortando o povo a lançar-se num “domingo de trabalho nacional”, no intuito de viabilizar e consolidar a unidade entre as classes

²³³ *Idem*, 131-132, sublinhados nossos.

trabalhadoras portuguesas e o MFA, mediante um processo revolucionário em que aquelas e este se iam paulatina e mutuamente entrelaçando. Na edição do dia 4 de outubro de 1974, dois dias antes do dito repto, o *Diário de Notícias* fala em “adesão esmagadora” e refere que “todo o país está de acordo em trabalhar no domingo”, destacando ainda o seguinte:

“De todos os pontos do País continuam a chegar ao nosso jornal centenas de mensagens de aplausos e concordância ao apelo formulado ao povo português pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves, para que o próximo domingo seja uma jornada de trabalho e regozijo pela vitória alcançada sobre as forças reaccionárias”²³⁴.

Em menção ao “domingo de trabalho nacional”, Vasco Lourenço dá nota que “(...) logo a seguir ao 28 de Setembro, há uma acção que, na altura, foi utilizada inclusivamente para uma grande mobilização de massas, de apoio à Revolução, que foi um Dia de Trabalho para a Nação”²³⁵. A alusão de Vasco Lourenço não é despicienda. De facto, no discurso a 5 de Outubro de 1974 na cidade do Porto, que o *Diário de Notícias* adjectiva como “o patriótico discurso de Vasco Gonçalves”²³⁶, o Primeiro-ministro realça preliminarmente que “só o trabalho do Povo Português pode reconstruir esta Nação tão abalada por 50 anos de fascismo”²³⁷, para adiante desferir a questão que se impunha de momento: “o que significa a jornada de trabalho de amanhã?”. A resposta flui sem rodeios:

“(...) Significa que não vamos para o caos e para a anarquia. Significa que o povo compreende que é preciso construir este País e, para a sua construção todos são poucos. É o povo que livremente decide que vai trabalhar e vai trabalhar voluntariamente, não vai trabalhar metido em caixotes, pago a tanto por cabeça para se ir manifestar. O povo, ao trabalhar amanhã, vai dizer a toda a Nação, vai dizer aos alarmistas, vai dizer aos medrosos: aqui estão as forças que são capazes de reconstruir Portugal. Não é só o povo que vai trabalhar, amanhã. Vão trabalhar, amanhã, os estudantes. Vão trabalhar, amanhã, os funcionários públicos. Vão trabalhar, amanhã, todos os portugueses de recta intenção que têm a consciência do momento que vivemos”²³⁸.

²³⁴ *Diário de Notícias*, nº. 38979, 4-10-1974, 9.

²³⁵ Cruzeiro, *Do interior...*, 328.

²³⁶ *Diário de Notícias*, nº. 38981, 6-10-1974, 9.

²³⁷ Vasco Gonçalves, “Discurso na Câmara do Porto nas Comemorações do 5 de Outubro” in Gonçalves, *Discursos...*, 75.

²³⁸ *Idem*, 81.

Chegado o dia da medida anunciada, o *Diário de Lisboa* refere que “todo o País respondeu ao apelo de Vasco Gonçalves”, sendo que o repto “encontrou a mais profunda adesão junto das massas trabalhadoras”²³⁹. Já o *Diário de Notícias*, numa crónica intitulada “Um Domingo Vestido de Povo”, da autoria de José Carlos de Vasconcelos, destaca que “pela primeira vez vimos uma cidade em festa no trabalho, trabalho não alienante, mas verdadeiramente recompensador, criador, patriótico”²⁴⁰. A mesma edição menciona ainda, numa notícia intitulada “discreto passeio de Vasco Gonçalves”, o seguinte:

“Vasco Gonçalves pôde sentir-se plenamente feliz ao ter notícias da forma espantosa - e que ele próprio nos declarou haver excedido as melhores expectativas - com o povo correspondeu ao seu tão oportuno apelo. Aliás, no meio de mais um intendo dia de trabalho, como foi o seu, depois de poucas horas de sono que lhe possíveis após o regresso da visita ao Porto (a revolução continua também a ser dos «homens sem sono»), o primeiro-ministro deu, discretamente, uma volta por Lisboa, para apreciar com os seus próprios olhos o dia de trabalho na cidade”²⁴¹.

Como evidenciado, o “domingo de trabalho nacional” foi um êxito a diversos níveis, principalmente no que concerne à força institucional e político-ideológica que a figura de Vasco Gonçalves passaria efetivamente a deter e a inspirar. Na verdade, o “rosto” do apelo às classes trabalhadoras fora ele próprio, conferindo-lhe uma imensurável legitimidade político-institucional na manutenção da função de Primeiro-ministro. Essa legitimidade não era apenas formal e circunstancial, mas obtida e consolidada numa inequívoca convergência com as massas populares em movimento que corresponderam de forma decisiva ao seu repto, e cujo êxito foi amplamente veiculado pela imprensa que formava e moldava a opinião pública durante a Revolução portuguesa.

Contudo, é também através desta campanha política e noticiosa que verificamos que a articulação de Vasco Gonçalves com as massas populares em movimento - enquanto fator essencial para a definição de um sujeito político em desenvolvimento - revela também uma índole inegavelmente “instrumental”, na medida em que a iniciativa favorece a *persona* do Primeiro-ministro, criando laços de empatia e confiança popular imprescindíveis para o exercício bem-sucedido das suas funções. Mais do que isso, até: o

²³⁹ *Diário de Lisboa*, n.º. 18579, 6-10-1974, 1.

²⁴⁰ *Diário de Notícias*, n.º. 38981, 6-10-1974, 1.

²⁴¹ *Idem*, 9.

repto de uma jornada laboral realizada a um domingo - com a carga simbólica (religiosa e de lazer) que esse dia tem para a sociedade portuguesa ao tempo - consagra em sentido denso o valor ontológico do trabalho como condição *sine qua non* da “reconstrução da pátria” e, inerentemente, do desenvolvimento do processo revolucionário português. Importará, todavia, realçar que o apelo patriótico ao trabalho não está isento de ambiguidades. Com efeito, a espontaneidade do movimento popular de massas, após a avassaladora onda grevista da primavera e do verão de 1974 e à qual Vasco Gonçalves se opôs, constituía um óbice decisivo ao “interesse nacional” enquanto ideia dominante e transversal a toda a Revolução portuguesa, e da qual o “trabalho” dependia determinantemente. Será na célebre campanha da “batalha da produção”, durante a vigência do IV Governo Provisório, que o “trabalho” e a “produção” se constituirão como categorias instrumentais não apenas para a superação da crise económica que se avizinhava e já se pressentia, mas também para a contenção do voluntarismo revolucionário das massas populares em movimento que escapavam ao controlo do MFA, voluntarismo esse acicatado pelos movimentos e partidos de extrema-esquerda. “Ordem” e “trabalho” e “patriotismo”, entendidos como expoentes da “reconstrução nacional” - tarefa vital da Revolução portuguesa aos olhos de Vasco Gonçalves - afiguravam-se ainda como conceitos demasiado fluidos e marginais aos quais o “esquerdismo”, na mundivisão do Primeiro-ministro, não aderiria.

Não obstante a heterogeneidade ideológica das massas populares em movimento, o elo que assegurava a identificação das mesmas para com Vasco Gonçalves revelava-se dia após dia cada vez mais forte, como demonstraremos nos subpontos adiante. Os meses de vigência do III Governo Provisório, que segundo Vasco Lourenço foi “um Governo claramente mais à esquerda que o Segundo Governo Provisório”²⁴², serão determinantes para a “consolidação” - plenamente sinalizada no “discurso do Sabugo” em fevereiro de 1975 - de um sujeito político em Vasco Gonçalves, bem como para a definição e clarificação dos fundamentos militares e político-ideológicos sob os quais a Revolução portuguesa progredirá - bem como o próprio MFA -, através de um intenso debate interno sobre questões transversais à vida político-económica e social do país.

3.1 - O desenvolvimento centrípeto do MFA

²⁴² Cruzeiro, *Do interior...*, 327.

Partindo de uma perspetiva historiográfica, centremo-nos nas interpretações analíticas de diversos autores quanto ao período de vigência do III Governo Provisório (setembro de 1974 - março de 1975), designadamente no que concerne aos avanços qualitativos que o mesmo exhibe quanto à Revolução portuguesa. António José Telo considera que a trama em que se urdem os eventos sociais e políticos entre outubro de 1974 e novembro de 1975, patenteia no seu fluxo acontecimental uma “deriva comunista”²⁴³. Nas palavras do autor, “deriva, porque se trata de um desvio da rota inicial, um afastamento em relação ao programa do MFA e ao sentido central da evolução seguida até aí, na transição para uma democracia pluralista de tipo ocidental”, mas “também, porque, para além de ser um desvio, tem rumo errático (...)”, pelo que se conclui que “a deriva é « comunista » porque é profundamente marcada, em termos económicos e sociais, pela rápida coletivização da sociedade portuguesa a partir do momento em que se adopta a « via socialista » (...)”²⁴⁴. Maria Inácia Rezola, por seu turno, sublinha que “a tomada de posse de Costa Gomes como Presidente da República, a reestruturação da JSN e a formação do III Governo Provisório (30/9/1974-26/3/1975) assinalam o início de uma nova fase do processo revolucionário”, sendo que o “discurso político desses momentos, através do qual se procurou transmitir uma imagem de normalidade, foi dominada pela denúncia do « desvio spínolista » e pela ideia de um regresso aos princípios fundamentais do Programa do MFA”²⁴⁵. Já Paul Sweezy não hesita em defender que “a história do terceiro Governo Provisório foi em muitos aspectos idêntica à dos anteriores”, pois “em todos, a luta no seio do Governo era essencialmente um reflexo da luta de classes que desenvolvia na sociedade em geral, com a classe operária em manifesto crescendo de militância e de força organizativa e a burguesia esforçando-se por reconquistar o domínio da situação”²⁴⁶.

Parece-nos evidente que António José Telo procura categorizar o período compreendido entre outubro de 1974 e novembro de 1975 recorrendo ao apriorismo essencialista de “deriva” e “desvio” face a uma “rota inicial”, o que, em nosso entender, redundaria numa exegese porventura unilateral, na medida em que reduz drasticamente a complexidade das variáveis e dos fatores em jogo através de uma lente “desviacionista”

²⁴³ António José Telo, *História Contemporânea de Portugal - do 25 de Abril à Actualidade* (vol. I) (Lisboa: Editorial Presença, 2007), 93.

²⁴⁴ *Ibidem*.

²⁴⁵ Maria Inácia Rezola, “Definindo o poder político-militar” in Fernando Rosas (coord.), *Revolução Portuguesa, 1974-1975* (Lisboa: Tinta-da-china, 2022), 64-65.

²⁴⁶ Paul Sweezy, *A luta de classes em Portugal* (Lisboa: Arcádia, 1975), 17.

que, em face de um processo multipolar, apenas concede significado e relevo à “deriva” e ao “desvio” de uma das forças nele ideologicamente envolvidas, o “comunismo”. Já Maria Inácia Rezola e Paul Sweezy colocam, respetivamente, a tónica da problemática na crescente centralidade do MFA e das massas populares em movimento na qualidade de “forças motrizes” para o desenvolvimento qualitativo do processo revolucionário português. Em nosso entender, é a emergência conjugada de (novos) fatores objetivos e subjetivos que propicia e determina a processos históricos em “novas fases” de desenvolvimento qualitativo que põem em marcha o “comboio da história”: uma marcha por vezes subordinada, porque não dizê-lo, à errância e volatilidade dos sujeitos agentes e do próprio processo histórico em que estes atuam.

Ao recordar o período que mediou o 28 de Setembro de 1974 e o 11 de Março de 1975 - janela temporal que coincidiu com a vigência executiva do III Governo Provisório - assinala-nos Vasco Lourenço que “foi a luta contra a tentativa dos spinolistas, que congregou todo o MFA”²⁴⁷. Esta “congregação” do Movimento afigurou-se, todavia, mais aparente que substancial. Impõe-se explicar porquê. Todos os atos e factos, decisões e medidas, intervenções e contraposições, formam, na sua temporalidade experienciada, um texto da ação cuja legibilidade permite, mediante as fontes disponíveis e acessíveis, compreender em que medida o “alinhamento” do MFA, durante este período, resultou sobretudo da perceção de uma força antagónica (mais do que meramente adversa e dificultadora) ao avanço qualitativo do processo revolucionário português, a saber-se, o general Spínola e os “spinolistas”, e não propriamente da uniformização ideológica das diversas correntes que, concertadamente, começavam a sedimentar reflexão crítica no seu interior e a divergir entre si. A unidade do MFA não se materializava, portanto, numa unanimidade de ação ou pensamento daqueles que o integravam, e isso ficará patente nos debates que sucessivamente se multiplicaram no interior do Movimento durante esse período de vigência do III Governo Provisório.

Neste sentido, a 24 de dezembro de 1974, o *Boletim do MFA*, no seu editorial intitulado “As Forças Armadas e a Nação”, explicitava que “libertar um povo não se resume a fazer-se um golpe militar”, mas, em sentido diverso, “significa assegurar até ao final a realização de um corpo de reformas que, indo ao cerne dos problemas, liberte de facto o povo da miséria, da operação, da exploração”, pelo que “nenhuma revolução real

²⁴⁷ Cruzeiro, *Do interior...*, 331.

é realizável sem umas Forças Armadas de ideologia democrática e progressista e aliadas ao povo trabalhador”²⁴⁸. A metamorfose do “golpe militar” em “revolução real”, enquanto processo no qual a segunda visa transcender incessantemente o primeiro, era assim encarada pelo MFA como um imperativo sistémico na superação da crise transversal que afetava o país, desde o Estado à economia, e que igualmente não poupava, há que dizê-lo, os interesses do tardo-fascismo português, cujas rotinas instaladas persistiram até às vésperas do 25 de Abril de 1974, e ainda tentavam subsistir para além dele. Em retrospectiva, Vasco Gonçalves referirá sobre esta fase da Revolução portuguesa que “se percebermos o que são os processos históricos de desenvolvimento, verificamos que uma coisa era aquele esquema que nós [MFA] delineámos, e que até era muito simplificado (pretendia que tudo fosse feito sem uma agudização da luta de classes), e outra a própria realidade”, concluindo que “essa ultrapassava-nos a cada dia”²⁴⁹.

A “própria realidade”, em finais de 1974 e princípios de 1975, insuflada pela agudização de uma luta de classes objetivamente constitutiva da mesma impôs, por um lado, é certo, um agravamento de dificuldades económico-financeiras e sociais já anteriormente sentidas, mas, por outro lado, não deixa de ser verdade também que, enquanto correlato desse fator objetivo, a mesma contribuiu para impelir as massas populares em movimento para uma radicalização da sua ação no cerne da Revolução portuguesa. É deveras elucidativo, por conseguinte, que, segundo Raquel Varela, “(...) provavelmente há uma evolução do número de ocupações [operárias em empresas] que vai sensivelmente de julho de 1974 a março e abril de 1975”²⁵⁰, atendendo ao contexto descrito. Sintomaticamente, em dezembro de 1974, César de Oliveira escreve em artigo publicado no *Expresso* em finais de dezembro de 1974, intitulado “Portugal 75 - transição para o socialismo”, que

“dado a não correspondência entre o poder político e o bloco social dominante, parece evidente que a instância superestrutural (poder político, aparelho de Estado, etc.) é sobredeterminante no processo da luta política revolucionária. Isto é, a transformação nas superestruturas é susceptível de acelerar o processo e a expressão da luta de classes em Portugal, de modo a que avanços qualitativos da luta dos trabalhadores possam exprimir-se”²⁵¹.

²⁴⁸ *Movimento*, n.º. 7, 24-12-1974, 1.

²⁴⁹ *Cruzeiro, Vasco Gonçalves...*, 115.

²⁵⁰ *Varela, História do Povo...*, 188.

²⁵¹ *Expresso*, n.º. 102, 14-12-1974, 32.

Ainda no mesmo jornal, desta feita em fevereiro de 1975, não deixa de ser indiciador que, sob o título “Saneamentos e ocupações em empresas anunciam nova crise política?”, surja pressagiado o seguinte:

“Estará iminente uma «explosão social» de proporções semelhantes à que ocorreu algumas semanas depois do 25 de Abril? A sucessão em cadeia de movimentos reivindicativos de trabalhadores que se tem vindo a assistir nas últimas semanas, assinala, para já o reactivar de um processo que até Dezembro de 1974, e após a irrupção inicial de Maio-Junho, para pôr uma fase de trégua prolongada”²⁵².

Que ilações extrair do teor noticioso do excerto? Desde logo, as classes dominantes vão, em contraciclo e a contragosto, sendo remetidas a uma posição mais defensiva e reativa no quadro da luta de classes, ou seja, já não detêm sobre ele qualquer controlo no sentido de torná-lo convergente (e muito menos ainda subjugado) aos seus interesses. A CIP, neste contexto, após o 28 de Setembro de 1974 e o discurso de renúncia do general Spínola, em que este alude a uma “crescente deterioração do clima social, económico e político, ultimamente mais acentuado”²⁵³, tenta demarcar-se politicamente do antigo Presidente da República, ao referir num telegrama endereçado a Vasco Gonçalves, tornado público pelo *Diário de Notícias*, que “não estamos à beira do caos económico e os boatos postos a circular na Imprensa estrangeira são manobra da reacção”²⁵⁴. Ainda na mesma edição, o mesmo jornal publica um comentário ao discurso do general Spínola, por parte de alguns dos membros da CIP, entre eles António Vasco de Melo, Miguel Stau Monteiro, José Manuel Cabral e Basílio Horta:

“Compreendemos a posição do general, mas achamo-la francamente exagerada. Não foi suficientemente objectivo, nem concretizou a sua análise ao momento que vivemos. Em nossa opinião, as empresas industriais portuguesas enfrentam problemas, mas se for adoptado um conjunto de medidas podem ultrapassá-los”²⁵⁵.

À luz do exposto, importa não perder de vista até que ponto as classes dominantes e os seus “agentes orgânicos” procuravam enquadrar-se no espírito dos novos tempos, não obstante a tácita aliança que, durante a vigência do I e II Governos Provisórios, mantiveram com o general Spínola, assumindo-se como base de sustentação do seu mandato presidencial. Ainda que a manifestação da maioria silenciosa a 28 de setembro

²⁵² *Expresso*, n.º. 112, 22-2-1975, 5.

²⁵³ *Diário de Notícias*, n.º. 38976, 1-10-1974, 1.

²⁵⁴ *Diário de Notícias*, n.º. 38979, 4-10-1974, 1.

²⁵⁵ *Idem*, 9.

de 1974 - que contou com o apoio político e financeiro das classes dominantes - tivesse sido travada nos seus intentos, o elo e de identificação entre o general Spínola e as mesmas permanecia intato, motivo pelo qual as classes dominantes ainda procurarão tirar dividendos dessa conexão por via da intentona militar a 11 de Março de 1975. Os meses que abrangem temporalmente o período executivo do III Governo Provisório serão, por conseguinte, reveladores da atitude defensiva das classes dominantes. Nesse sentido, a ação que estas desenvolvem no horizonte do novo paradigma emergente revela um cariz ofensivo de tipo reativo, aparente paradoxo que, na prática, se traduzia nos boicotes económicos e fugas de capitais para o estrangeiro, como reação ao receio não só gerado pelo dinamismo das massas populares em movimento, mas ainda mais agravado pelas ocupações nas empresas a subirem a um ritmo exponencial. Uma notícia do *Diário de Notícias* a 14 de dezembro de 1974 é disso bem exemplificativa: “estão [presos] em Caxias dez capitalistas dos doze mandados prender por «actos de sabotagem económica»”, sendo estes imputáveis ao “recebimento de cerca 800000 contos a título de adiantamento para novo aumento de capital, operação esta não autorizada e nem tão pouco requerida ”e igualmente ao facto de ter ocorrido “no Banco Intercontinental Português (B.I.P), a transferência para o estrangeiro de cerca de 41000 contos, sem que para tal possuísse a devida autorização do Banco de Portugal”²⁵⁶. Num quadro de acesa e generalizada luta de classes - inevitavelmente inflamada por casos como este - esclarece o *Movimento*:

“Voltamos a frisar que foi a sólida identificação entre o M.F.A e as massas populares quem permitiu levar de vencida o 13 de Junho, a crise do 1º Governo Provisório, o processo de descolonização e consequentemente o 28 de Setembro”²⁵⁷.

E mais acrescenta:

“A reacção visa sempre na sua estratégia, mesmo que esta se revista de agressão ideológica, ou boicote económico, quebrar a aliança entre o M.F.A. e as massas populares, por isso devemos estar vigilantes. Essa vigilância é no fundamental o reforço dessa aliança”²⁵⁸.

É neste contexto de efervescente dinamismo que o MFA procura consolidar-se enquanto “novo centro do poder político” articulado com as “massas populares”. Após a

²⁵⁶ *Diário de Notícias*, nº. 39040, 14-12-1974, 1.

²⁵⁷ *Movimento*, nº. 9, 28-1-1975, 1.

²⁵⁸ *Ibidem*.

sua definição nestes termos, e atendendo à necessidade de congregar todos os militares do Movimento num único organismo para o efeito, o Conselho dos Vinte é instituído. Nas palavras de Vasco Lourenço, “criámos um órgão não oficial, que, aliás, nunca chegou a ser institucionalizado, mas que se tornou no órgão com mais poder em Portugal: o Conselho dos Vinte (...)”, pois “sentimos a necessidade de criar um órgão, mesmo que não institucional, que reunisse apenas os militares do MFA”²⁵⁹. Ora, o Conselho dos Vinte agregava os sete militares da JSN, os sete militares da CCP, aos quais se juntariam mais cinco militares do MFA que até à data tivessem desempenhado altas funções políticas (nesses cinco, haveriam de estar incluídas personalidades de referência como Vítor Alves, Melo Antunes ou o próprio Vasco Gonçalves) e a título unipessoal o comandante-adjunto do COPCON, reunindo “num mesmo organismo todos os oficiais com funções político-militares”, o que “permite-nos concluir que um dos objectivos que presidiu à sua constituição terá sido o de coordenar a actividade de todos estes militares, actuando em áreas e organismos tão diversos, tendo em vista uma maior integração das hierarquias no processo revolucionário (...)”²⁶⁰.

Com a criação deste novo organismo gera-se, pois, aquilo que nos permitimos e sugerimos designar de “desenvolvimento centrípeto do MFA”, enquanto categorização de uma unidade militar e político-ideológica na ação e discurso do mesmo. As influências exógenas de índole social, política e económica, são absorvidas “de fora para dentro”, contribuindo para consolidar um desenvolvimento encetado no período de vigência do III Governo Provisório. Tal “centripticidade” não corresponde a uma clausura ou encapsulamento, mas obedece ao desígnio de ir ao encontro do senso de “pretensão” de um processo revolucionário “institucionalizado” e objetivo quanto aos seus desígnios e, por consequência, levando o Movimento a definir-se enquanto centro do poder político *de facto*. Neste sentido, diz-nos Melo Antunes que “ao fim e ao cabo, o ritmo a que os factos aconteceram acompanhou o curso da própria história do processo revolucionário”²⁶¹.

Com o intuito de contribuir para clarificar um pouco mais a complexidade inerente a toda esta dinâmica, bem como os debates que ocorriam no seio do MFA à época, procuraremos centrar a nossa atenção na magna tarefa que envolveu “centripticamente” o

²⁵⁹ Cruzeiro, *Do interior...*, 335.

²⁶⁰ Rezola, *Os Militares...*, 51.

²⁶¹ Cruzeiro, *Melo Antunes...*, 120.

Movimento dentro do novo paradigma político e socioeconómico do país: a feitura e execução do Programa de Política Económica e Social - PPES - sob a direção de Melo Antunes, com o propósito declarado de vir a tornar-se num “novo Programa do M.F.A.”²⁶². O debate empreendido no cerne do MFA no respeitante ao PPES torna-se crucial para a “nova fase” da Revolução portuguesa, uma vez que conjuga e cruza em si mesmo temáticas e fatores de capital importância quanto ao desenvolvimento qualitativo que o processo revolucionário assimilaria daí por diante, como por exemplo a) a futura institucionalização do MFA; b) a definição de uma política económica em conformidade com o Programa do MFA, dada a generalização e agravamento da crise económico-financeira do capitalismo internacional; c) a estabilização da crescente entropia dos acontecimentos potenciada por imprevisíveis impasses motivados pela luta de classes; e por fim, mas não menos importante, d) a exposição de diferentes opções militares e político-ideológicas que emergiam no cerne do MFA. Este último ponto afigura-se-nos essencial na medida em que a feitura e execução do PPES constituíram o primeiro de muitos confrontos entre Vasco Gonçalves e Melo Antunes “que acabará por envolver muitos outros actores e protagonistas, e cujo desenlace transcende a própria aprovação do Programa de Política Económica e Social (...)”²⁶³. Em suma, tendo por base os debates motivados pelo PPES, procuraremos, sem pretender entrar nos detalhes do seu conteúdo formal e técnico, demonstrar até que ponto o documento elaborado sob a égide de Melo Antunes, mais que formalizar uma estática e definitiva panaceia económica para o futuro, é um espelho da época, cujo extraordinário interesse reside em refletir a partir de si mesmo as contradições ideológicas que iam sendo preconizadas dentro do MFA e da sociedade portuguesa no seu todo. Ou seja, o PPES não foi forjado à margem da conjuntura social e político-ideológica germinante, não paira indiferente às tensões generalizadas, embora, subliminarmente, quisessem expô-lo assim: antes é uma expressão “supraestrutural” e fidedigna do paradigma dinâmico com o qual está entrelaçado. Todavia, Melo Antunes procura apresentar o PPES ao país como um documento arredado das visões ideológicas e militares cujos matizes se iam intensificando. A 27 de fevereiro de 1975, no programa “Responder ao País” transmitido pela RTP, profere a seguinte declaração sobre o Programa de Política Económica e Social:

²⁶² *Diário de Notícias*, n.º. 39044, 19-12-1974, 1.

²⁶³ Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes - Uma Biografia Política* (Lisboa: Âncora Editora, 2013), 219.

“É que o projecto é nacional, é predominantemente nacional, quando pretendo definir uma linha política e ideológica em completa autonomia relativamente aos grupos e às formações políticas neste país, sejam quais forem as construções ideológicas em que se baseiam”²⁶⁴.

Quanto ao Programa de Política Económica e Social em si, destacamos as duas críticas que, porventura, terão sido as mais contundentes durante o processo da sua feitura e apresentação. A primeira, da autoria de João Martins Pereira, surge a 6 de março de 1975, publicada na revista *Vida Mundial*, tendo por título “Carta aberta Melo Antunes”. No seu estilo crítico e costumeiramente cáustico, o economista rotula o PPES como “um documento frio”²⁶⁵, justificando a metáfora térmica na medida em que “tem-se a sensação que, enquanto «cá fora» a temperatura subia, e com toda a evidência se constatava a falência, não de uma empresa, mas de um *sistema de produção*, o grupo de trabalho do «Plano» se preocupava em elaborar um documento exaustivo, a redigi-lo numa impecável linguagem técnica, despoletando-o, digamos, politicamente”²⁶⁶. A segunda, oriunda do campo político-militar, é publicada na edição do dia 12 de novembro de 1975 do *Boletim do MFA*. Antes ainda do PPES estar sequer concluído, o artigo intitulado “O M.F.A - Do Político ao Económico” evidencia que “julgamos que esse Plano deve assumir carácter de excepção, prever medidas de curto prazo (conjuntura) e lançar as bases para reformas indispensáveis ao nível estrutural”, assinalando ainda que “as características, quer de elaboração, quer de execução e “contrôle” deste Plano, exigem que ele se processe fora dos mecanismos burocráticos-tradicionais dos Ministérios, e em especial do Ministério da Economia, devendo passar sobretudo pelo Primeiro Ministro ou um Ministro sem pasta (...)”²⁶⁷. Em suma: “traduzirá este Plano as preocupações de justiça social que desde sempre informaram o M.F.A. e o levaram de encontro às aspirações profundas do Povo Português? O Povo aguarda. O M.F.A. confia e está atento”²⁶⁸.

São duas as ilações que podemos extrair das críticas aqui expostas e dirigidas ao PPES. Primeiramente, e, quiçá, a mais óbvia, prende-se com o défice político-ideológico do conteúdo programático em prol de uma visão mais tecnocratizada e, nesse âmbito, menos estrutural. Ainda que a “Introdução” ao Programa de Política Económica e Social

²⁶⁴ Melo Antunes, “Responder ao País” in AAVV, *Debate sobre o Programa de Política Económica e Social* (Lisboa: Moraes, 1975), 96.

²⁶⁵ João Martins Pereira, “Carta aberta a Melo Antunes” in AAVV, *Debate...*, 47.

²⁶⁶ *Idem*, 50, sublinhados do texto.

²⁶⁷ *Movimento*, nº. 4, 12-11-1974, 3.

²⁶⁸ *Ibidem*.

contenha alguns elementos e considerações que contrariam essa visão, como, a título de exemplo, “sem uma democracia económica e social é utópica a realização da democracia política”²⁶⁹, ou o “«25 de Abril» trouxe de novo, foi a determinação de pôr em marcha uma «nova política económica e social» que orientará o País no sentido de uma *sociedade mais igualitária e mais justa*”²⁷⁰, nomeadamente para João Martins Pereira, a semântica introdutória não acompanha o espírito imanente do documento na sua globalidade, e para o artigo no *Movimento*, o futuro conteúdo teórico-programático do PPES não será ideologicamente consonante às premissas evidenciadas se não atender “às aspirações profundas do Povo Português”. A segunda crítica apontada pelos autores prende-se com a ausência de uma clara identificação das massas populares e do povo português com o PPES em consequência de uma abordagem excessivamente abstrata do paradigma económico vigente e, portanto, desligada do contexto social em emergência. Pese embora a “Introdução” do programa vincar que a “reconstrução nacional” depende de “uma profunda e generalizada convicção por parte das classes trabalhadoras de que o fruto do seu trabalho e da sua dedicação reverterá, em última instância, em seu próprio benefício”²⁷¹, citando João Martins Pereira no tocante ao PPES, o “«subalternizar a luta de classes»” revela-se uma impossibilidade”, pois “não há campo da «vida social e política» onde [esta] não esteja presente”²⁷².

É precisamente neste momento que deflagram uma série de dissonâncias entre Vasco Gonçalves e Melo Antunes, o qual, a par de Vítor Alves, sobressai na restritíssima lista dos principais ideólogos do Movimento das Forças Armadas. O PPES foi indubitavelmente o ponto de rotura entre o Primeiro-ministro e o Ministro sem pasta do III Governo Provisório, pelas visões distintas que ambos apresentavam relativamente ao grau de alcance e intervenção que o Programa de Política Económica e Social deveria conter. De acordo com Maria Inácia Rezola, “Melo Antunes não esconde [à época] que as suas relações com Vasco Gonçalves já eram tensas e que, para tal, muito contribuiu a sua divergência quanto aos contornos que o PPES deveria assumir”²⁷³. No “discurso do Sabugo”, proferido a 20 de fevereiro de 1975, Vasco Gonçalves ressalva, contudo, o seguinte:

²⁶⁹ Governo Provisório da República Portuguesa, *Programa de Política Económica e Social* (Lisboa: (s.ed.), 1975), 8.

²⁷⁰ *Idem*, 9, sublinhados do texto.

²⁷¹ *Idem*, 11.

²⁷² João Martins Pereira, “Carta aberta a Melo Antunes” in AAVV, *Debate...*, 62.

²⁷³ Rezola, *Melo Antunes...*, 238.

“Nós, dentro de dias apresentaremos um Programa Económico e Social. Pois bem: para que este Programa possa ir para a frente é necessária uma participação activa e impulsionadora do MFA em aliança com todos aqueles que estejam dispostos a ir para a frente connosco. Mas nós pensamos que é fundamental que sejamos impulsionadores e garantes desse Programa Económico e Social. Esse Programa que, dentro de pouco, tereis conhecimento, define orientações gerais; é um instrumento de trabalho, é uma plataforma de compromisso entre o MFA e os Partidos da Coligação. Sobre esse Programa nós devemos ter uma participação activa; nós, o MFA, para garantirmos que ele vá dentro do sentido segundo o qual foi concebido.”²⁷⁴.

Não obstante o tom conciliante e esperançoso quanto ao PPES, Vasco Gonçalves assumirá mais tarde um objetivo distanciamento crítico face ao documento, afirmando que “aceitei-o com muitas reservas”, na plena convicção de que “o plano tinha, de facto, esta ambiguidade, porque pretendia controlar o capital, criar condições para o poder político dominar o poder económico, mas não continha, pela sua própria natureza, pela situação real em que nos encontrávamos, as medidas economicamente eficazes para atingir tal objectivo, como dismantelar os grupos monopolistas, fazer nacionalizações, etc.”²⁷⁵. Já Melo Antunes, por seu turno, admite e reconhece, também perante Maria Manuela Cruzeiro, que “tínhamos legitimidade para introduzir as reformas necessárias para que a economia não se afundasse e que desse margem de manobra para que no futuro, democraticamente, o povo escolhesse aquilo que quisesse”, na medida em que “(...) não devíamos impor um programa completamente socializante, nem optarmos por um modelo capitalista puro de gestão”²⁷⁶. Quanto às crescentes quezílias entre si e Vasco Gonçalves afiança que “a partir dessa fase de elaboração do plano, nomeadamente a do início de Fevereiro, vão surgir discordâncias entre mim e o Vasco Gonçalves, que representam a agitação dos conflitos entre aquilo que eu representava e as ideias de certos sectores da esquerda”, sendo que “os chamados sectores da esquerda militar muito próximos do Partido Comunista (...) com o qual o Vasco Gonçalves se identificava cada vez mais, começam a perceber que aquilo que eu defendia e representava não era passível de ser eliminado assim de uma penada, quer dizer, ganhava consciência”²⁷⁷.

²⁷⁴ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sessão de Dinamização Cultural do M.F.A. no Sabugo” in Gonçalves, *Discursos...*, 162-163.

²⁷⁵ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 134-135.

²⁷⁶ Cruzeiro, *Melo Antunes...*, 139.

²⁷⁷ *Idem*, 140.

Alea jacta est... a 21 de dezembro de 1974, o Conselho dos Vinte reúne-se para debater o PPES, sendo noticiado pelo *Diário de Notícias* que o mesmo órgão “iniciou a discussão na generalidade do Plano Económico e Social”²⁷⁸. As “reservas” de Vasco Gonçalves afloram na reunião. Nos apontamentos manuscritos que conserva do evento, são anotados os seguintes considerandos no tocante ao Programa de Política Económica e Social: 1) “compromisso entre diversas facções que apoiam o MFA”; 2) “não é uma opção sobre a sociedade futura - não define uma sociedade - não obstante certas medidas socializantes”; 3) “pode ser um programa neo-capitalista (...)”²⁷⁹. Vasco Gonçalves toma ainda nota de algumas intervenções dos seus pares do MFA nessa mesma reunião, destacando-se a de Franco Charais que, segundo Vasco Gonçalves, enfatiza que “este plano parece não corresponder às necessidades do momento”; também a de Costa Gomes que admite ser “o plano possível entre o desejável e o que podemos fazer”; e igualmente a de Almada Contreiras que inquire veementemente “venceremos ou não venceremos?”, e, ato contínuo, dando a resposta: “espera-se com este programa que o MFA mostre o que quer ser”²⁸⁰. Nesse mesmo dia, a edição do *Expresso* destaca que “os observadores políticos qualificam o presente programa [de Política Económica e Social], nas suas linhas gerais, de um típico documento “social democrata”²⁸¹.

São, portanto, duas as visões distintas que se digladiaram quanto ao teor intervencionista e temporal do PPES, induzindo uma “separação de águas”: enquanto em Vasco Gonçalves o documento programático reclama uma urgência mais imperativa e “imediatista” face ao paradigma económico deteriorado e em efervescência - estando em consonância prospetiva com o já citado artigo do *Movimento*, publicado em novembro de 1974 -, já em Melo Antunes, ao invés, o mesmo insemna um projeto “inacabado” - não refém de uma única solução - no intuito de que, mais tarde, através do voto, o povo português decidisse o caminho a trilhar. A tensão latente entre Vasco Gonçalves e Melo Antunes marcará também indelevelmente o Programa de Política Económica e Social, não apenas quanto ao seu conteúdo teórico e objetivo, mas também quanto a uma inequívoca “superação” deste face à intentona militar encetada a 11 de Março de 1975, bem como de tudo quanto dela despoletou em contradição com os limites técnico-programáticos do PPES. As intervenções dos militares na evidenciada reunião do

²⁷⁸ *Diário de Notícias*, n.º. 39047, 23-12-1974, 11.

²⁷⁹ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Manuscritos, 20-12-1974.

²⁸⁰ *Ibidem*.

²⁸¹ *Expresso*, n.º. 103, 21-12-1974, 1.

“Conselho dos 20” fazem-nos crer, para além do mais, que o Programa de Política Económica e Social não constituía o tal “ponto de conciliação” dentro do MFA que Vasco Gonçalves fez transparecer no “discurso do Sabugo” no concernente ao PPES.

Seja como for, entre as duas visões, acabará por prevalecer a de Vasco Gonçalves, não por mera disputa num endógeno debate político-ideológico, mas antes porque, em bom rigor, o “inimigo comum” que congregava o MFA na defesa do processo revolucionário português, o general Spínola, engendrou e encetou um golpe militar intentado a 11 de Março de 1975, com o professo intuito de estancar e reverter o fluxo revolucionário que o país experienciava até então. A execução da “manobra contra-revolucionária”²⁸², assim categorizada pelo *Diário de Notícias*, sustentava apenas, em termos de condições objetivas e subjetivas, a ideia comum, já relativamente disseminada por toda a sociedade portuguesa, da premente necessidade - não prevista, aliás, no PPES - da nacionalização da banca. Tal medida impunha-se como imperativo não só circunstancial e conjuntural, mas sobretudo sistémico e estrutural em face da dinâmica revolucionária em consolidação, no suposto de que “a nacionalização da banca se apresentava como um prolongamento lógico da queda da ditadura, operando uma ruptura decisiva com a configuração económica herdada do Estado Novo”²⁸³.

A indisfarçável crispação entre Melo Antunes e Vasco Gonçalves, no tocante ao PPES, é, por conseguinte, deveras elucidativa quanto a um MFA ecuménico, mas não, ao contrário do que se dava a entender ou se esperaria, propriamente unânime, dada a disparidade de mundivisões político-ideológicas que se começavam a plasmar e a reivindicar preponderância hegemónica no seu interior. O desenvolvimento centrípeto do MFA exhibe de facto um processo marcado por incompatibilidades mais ou menos ostensivas e por hostilidades mais ou menos camufladas; todavia essa complexidade conflitual contribuirá em certa medida por adensar e definir, do nosso ponto de vista, o “desenvolvimento centrípeto” do Movimento, não obstante a sua implantação enquanto “centro de poder político” *de facto* - durante a vigência do III Governo Provisório - e, após o 11 de Março, *de jure*. Posto isto, o gorado Programa de Política Económica e Social e a sua consequente “ultrapassagem” e “superação” empoderam a *persona* de Vasco Gonçalves, enquanto Primeiro-ministro, bem como o carismático simbolismo que este transmitia e inspirava às massas populares em movimento, conferindo-lhe (ainda)

²⁸² *Diário de Notícias*, nº. 39110, 11-3-1975, 1.

²⁸³ Noronha, *A banca...*, 196.

mais legitimidade na condução do IV Governo Provisório. Nesse sentido, vislumbramos no “discurso do Sabugo” a alvorada, por assim dizer, de uma “consolidação” mais nitidamente “definível” de um sujeito político em Vasco Gonçalves. Por fim, do nosso ponto de vista, a elaboração e execução do PPES extravasou, e muito, a visão estritamente técnico-económica de um programa financeiro para o país: era também, e sobretudo, a dinâmica imanente da própria Revolução portuguesa, bem como os seus fundamentos e desígnios enquanto “projeto global”, o que nele ecoava e se debatia.

3.2 - O “discurso do Sabugo”: a “consolidação”

A 30 de dezembro de 1974, o gabinete do Primeiro-ministro do III Governo Provisório, Vasco Gonçalves, receciona uma carta escrita a 21 de dezembro desse mesmo ano. Nela, o remetente, Celestino Alves Matias, recorda o seu destacamento militar em Goa, em janeiro de 1956. Ao tempo da data aludida, na “Índia Portuguesa” - assim designada pelo mesmo - Vasco Gonçalves detinha a patente de capitão do exército, sendo um dos oficiais mais graduados do Destacamento de Engenharia da Índia, para o qual Celestino Alves Matias tinha sido igualmente mobilizado. Na carta encontra-se escrito que “podia aqui enumerar inúmeros episódios que observei, outros em que participei, todos tendo como personagem principal o sr. Brigadeiro [Vasco Gonçalves]”, sendo “fastidiosa a sua narração [e] por isso o não faço”²⁸⁴, declara o remetente. Prosseguindo, “acrescento apenas que, dessa observação, dessa participação, me ficou a certeza duma grande confiança e dum profundo respeito por V. Exa”, afiançando ainda que “senti, ainda com a inexperiência dos verdes 20 anos, que estava perante um verdadeiro chefe (...) que era exigente na disciplina, duro no castigo à indisciplina, mas admiravelmente humano e autêntico camarada entre os seus soldados”²⁸⁵. Continuando o seu pessoal tom epistolar, após um rol de elogios dirigidos a Vasco Gonçalves, no que concerne à sua estatura enquanto militar, e igualmente no tocante às suas qualidades pessoais, Celestino Alves Matias rememora ainda:

“Nas suas palestras com a tropa em parada, apercebi-me da grande força anímica que delas transparecia. O modo directo e objectivo, sem frases obscuras, como V. Exa. falava aos seus subordinados, era a definição aberta de um verdadeiro carácter de

²⁸⁴ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Atividade Pública/Correspondência, 30-12-1974.

²⁸⁵ *Ibidem*.

condutor de homens. Cedo me apercebi que “o nosso capitão Gonçalves”, pela sua personalidade ímpar, era uma figura do DEI [Destacamento de Engenharia da Índia]. Observador por natureza, constatei-o vezes sem par”²⁸⁶.

Ainda que, à data da redação da missiva, pudesse estar compreensivelmente influenciado pela percepção “atualista” de Vasco Gonçalves, entretanto elevado à função de Primeiro-ministro do II e III Governos Provisórios, a memória epistolar de Celestino Alves Matias constitui um elemento relevante para perceber até que ponto o seu perfil militar de 1956 acabará por enformar o seu sujeito político em 1974/1975. Ora, o “discurso do Sabugo” espelha bem, a esse título, “o modo directo e objectivo, sem frases obscuras” que Vasco Gonçalves transporá discursivamente de forma *sui generis* para a sua verve oratória. Nesse sentido, a carta em questão indicia antecipadamente uma característica fundamental do processo contínuo e gradual da postura político-militar de Vasco Gonçalves, em cuja *persona* se prefigura o desenvolvimento de um sujeito político durante a Revolução portuguesa. As características do militar predis põem as do político, e as do político repercutem as do militar. O “discurso do Sabugo” será modelar a esse nível, visto que, para além de patentear as “qualidades” inerentes ao *ethos* e ao *pathos* discursivo de Vasco Gonçalves enquanto Primeiro-ministro, o evento em que é proferido impõe-se igualmente como um incontornável marcador temporal da “passagem” de uma *persona* política em constante afirmação para a de um sujeito político em determinante “consolidação”.

A massa multitudinária que, a 20 de fevereiro de 1975 se congregou e apinhou na localidade sintrense do Sabugo para escutar presencialmente Vasco Gonçalves (dado que o discurso teve transmissão televisiva e radiofónica em direto) era formada na sua esmagadora maioria por pares do Movimento das Forças Armadas e por classes trabalhadoras da região. Por outro lado, a ninguém escapa que a composição do auditório oferece um (meta)texto altamente significativo, na medida em que nele se dá a ler o trinómio “Vasco Gonçalves/MFA/Povo”, cuja coesão o dito discurso se encarregou de reforçar ainda mais, garantindo em última instância a metamorfose de um “eu” individualizado - no militar e Primeiro-ministro - num “nós” coextensivamente articulado numa totalidade coletiva, condição primordial para a formação do respetivo sujeito político na sua verdadeira aceção. As palavras de Vasco Gonçalves são esclarecedoras

²⁸⁶ *Ibidem*.

nesse sentido: “é aqui que eu me sinto em minha casa, entre as Forças Armadas e o nosso Povo”²⁸⁷, dirá, com efeito, ao iniciar o seu uso da palavra no Sabugo.

Na edição de 21 de fevereiro de 1975, destaca o *Diário de Lisboa*, em relação ao discurso em questão, que “humanismo, honestidade, visão clara dos problemas e correcta perspectiva revolucionária no sentido mais digno deste termo, caracterizaram as palavras do brigadeiro Vasco Gonçalves (...)”, adiantando também que “à sua facilidade de comunicação com o povo e a evidente honestidade que ressalta de todas as suas palavras galvanizaram uma assistência constituída por povo verdadeiro e por verdadeiros trabalhadores”²⁸⁸. Numa edição do mesmo dia, o *Diário de Notícias* dá nota igualmente que “foi num clima de povo, aliás, que as palavras do brigadeiro Vasco Gonçalves se fizeram ouvir, na ampla panorâmica que traçou da situação portuguesa e do futuro próximo do nosso país”, sendo que “poderá dizer-se, mesmo, que a «solenidade» só acabou por ser marcada pela presença das camaras de televisão e dos representantes de outros órgãos de informação”. E por fim acrescenta-se:

“As palavras do primeiro-ministro foram sublinhadas, por diversas vezes, com termos tais como «é verdade!» e «apoiado», que se equivaleram às interrupções de salvas de palmas e vivas entusiásticas, permanecendo até ao fim o auditório atenta, (...) sem atitudes de reverência, que já tiveram tristemente a sua época e mais não faziam que acentuar a incapacidade de comunicação dos oradores, mestres a falarem a alunos, ouvidos por estes com o temor maior da incompreensão de quem fala outra língua. No Sabugo, ontem, não houve nada disso. Os abraços e as palmadas nas costas, que não foram poucas, eram de amigos para amigos, de igual para igual”²⁸⁹.

Os ecos da imprensa no tocante ao “discurso do Sabugo” são elucidativos quanto à questão formal e substancial do evento em análise. É que, como evidenciam o *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias*, o “verdadeiro povo” foi parte constitutiva e indissociável do gesto discursivo de Vasco Gonçalves, não apenas pelo poder simbólico que dele emanava enquanto emitente da mensagem, uma vez que este estava inserido numa Sessão de Dinamização Cultural do MFA, mas também porque, no horizonte mais interpelador da sua alocução, o povo foi um “agente” (ativo) capaz de induzir diretamente o rumo das palavras do Primeiro-ministro. A formação e, nesta fase concreta, a “consolidação” de

²⁸⁷ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sessão de Dinamização Cultural do M.F.A. no Sabugo” in Gonçalves, *Discursos...*, 139

²⁸⁸ *Diário de Lisboa*, n.º. 18695, 21-2-1975, 1.

²⁸⁹ *Diário de Notícias*, n.º. 39095, 21-2-1975, 11.

um sujeito político baseou-se na influência recíproca - e, portanto, não subordinada - entre Vasco Gonçalves e as massas populares em movimento: na verdade, os dois polos da relação interagem articuladamente. A totalidade concreta que é o sujeito político em Vasco Gonçalves consolida-se nessa conexão dialética. Como o próprio expressou exuberantemente nesse mesmo dia, “nós desejamos que o Povo Português seja um sujeito ativo da sua própria História; quer dizer: que ele próprio forje o seu destino e que não seja apenas um objeto passivo na História”²⁹⁰. Assim, o repto lançado é-lhe também devolvido, pois ao ser “um sujeito ativo da sua própria História”, o “Povo Português” impele e consagra dialeticamente Vasco Gonçalves como um *proto* “agente orgânico” das massas populares em movimento, retroação essa que transforma Vasco Gonçalves num sujeito político consolidado.

O “discurso do Sabugo” é, destarte, determinante desse movimento dialético que consolida e define a apropriação política de Vasco Gonçalves pelo povo e por ele mesmo. Os “é verdade!” e “apoiado!” bradados pela plateia no “discurso do Sabugo”, como descrito pelo *Diário de Notícias*, mais do que meras interrupções informais, revelam cabalmente uma espontânea identificação entre orador e assistência, pois do primeiro não depende em exclusivo o controlo do ato discursivo: o auditório controla pelo menos a forma como este é percecionado e, nesse sentido, influencia e condiciona igualmente o modo como a mensagem modela a imagética que será politicamente percecionada pelo *corpus* político-social presente ou que dela vier a ter conhecimento. Partiremos para a análise do discurso em si segundo esse pressuposto, mas procuremos também interpretá-lo segundo um campo analítico mais abrangente.

Desde logo, Vasco Gonçalves inaugura o gesto discursivo no Sabugo afirmando que

“*nós não vimos aqui com intuitos paternalistas, nós não vos vimos trazer a verdade, nós não vos vimos trazer a solução dos vossos problemas, não vimos aqui com intuitos paternalistas, nós vimos aqui aprender convosco, ajudar-vos e aprender convosco, repito, porque é no contacto directo com as populações que as F.A. avaliam das suas necessidades concretas e não na teoria dos livros*”²⁹¹.

²⁹⁰ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sessão de Dinamização Cultural do M.F.A. no Sabugo” in Gonçalves, *Discursos...*, 142-143.

²⁹¹ *Idem*, 139.

Para de seguida referir:

“O militar antes de mais é um educador mas os educadores têm que aprender com aqueles que procuram educar, com aqueles que procuram ensinar, com aqueles que procuram ajudar”²⁹².

Uma das marcas transversais deste discurso prende-se, do ponto de vista linguístico, com o uso do pronome pessoal “nós”, criando implicitamente a conceção de um coletivo - embora ainda relativamente abstrato - representado num auditório recetor da mensagem. Com efeito, qual a abrangência agregadora do usitado “nós” de Vasco Gonçalves? Que sujeitos e subjetividades se encerram neste plural? Se na alocução ao país a 29 de setembro de 1974 o “nós” emerge em substituição do “todos”, já no “discurso do Sabugo” o pronome plural parece concentrar em si uma noção de enraizamento político-discursivo desconhecida até então.

Se por “nós” podemos entender os “governantes” em sentido lato, a verdade é que o MFA e o povo português - as massas populares em movimento - são também parte constitutiva e fundamental de uma equação que secundariza o grupo dos “governantes”, não fosse este discurso proferido na decorrência de um processo revolucionário em que, geralmente, o “governo” entendido como um “eles” é desqualificado da sua axiologia prático-normativa. Por outras palavras: o “nós” indica a subsunção do “eu” - o individualizado governante Vasco Gonçalves - a um “nós” coletivamente articulado numa relação triádica formada por Vasco Gonçalves, o Movimento das Forças Armadas do qual o mesmo fazia parte, e o povo português que este “representava” enquanto sujeito político consolidado. Nas palavras de Fernando Luso Soares, “Vasco Gonçalves foi a expressão do *nós* na sua prática política” na qualidade de “personalidade individual que se funde no colectivo de todas as outras personalidades convergentes: o *nós* pelo *eu*; e o Povo, por excelência, a comunhão maior (...)”²⁹³. Ainda que Vasco Gonçalves falasse diretamente para a classe trabalhadora do Sabugo, o “povo”, num sentido mais abrangente e orgânico, era parte integrante desse “nós” que o discurso mobilizava. Tal convicção era, de resto, reforçada pela referência ao militar enquanto um “educador” em ligação estreita com os “educandos”, num evidente aceno àquele princípio de reciprocidade segundo o qual a aprendizagem revolucionária não é unidimensional, mas bilateralmente assimilada por quem ensina e por quem aprende, não existindo subordinações hierárquicas quanto à

²⁹² *Idem*, 140, sublinhados nossos.

²⁹³ Soares, *Vasco Gonçalves - perfil...*, 25, sublinhados do texto.

absorção de conhecimento pela, da e na *praxis*. Assim sendo, segundo o mesmo, a ligação entre o militar - neste caso concreto, Vasco Gonçalves - e o povo *lato sensu* é organicamente basal e não piramidal.

Todavia, se a amplitude quantificável e qualificável do MFA, enquanto instituição político-militar, está implicitamente definida, qual será, então, para Vasco Gonçalves, a aceção e o alcance de “povo”, enquanto categoria político-histórica objetiva? Atendendo às suas palavras no Sabugo:

“por Povo nós não entendemos apenas as classes trabalhadoras mais desfavorecidas, nós entendemos também uma pequena burguesia, uns quadros da média burguesia, os homens da cidade e do campo, todos aqueles que não estejam interessados em explorar nas condições que nós todos sabemos como eram antes do 25 de Abril, todos aqueles que não façam da sua vida, não tenham por fim na sua vida, a exploração do Povo Português”²⁹⁴.

Diz mais ainda:

“Portanto na nossa concepção de Povo cabem todos aqueles que querem lutar por uma instauração duma verdadeira democracia económica e social no nosso país. Nós não somos sectários e quando nós damos relevo sobretudo às classes trabalhadoras é porque isso está inscrito no Movimento das Forças Armadas. Esse foi o maior motivo que nos levou a fazer o 25 de Abril”²⁹⁵.

Como se depreende, ao incluir a pequena e média burguesia no conceito de “povo”, Vasco Gonçalves vê-se na necessidade de especificar e dilatar o sentido do termo, procurando resgatá-lo de uma certa abstração e indeterminação a que estava sujeito. Na argúcia discursiva que lhe era peculiar, apercebe-se da potencial subjetividade revolucionária desses dois estratos sociais - a “pequena-burguesia” e “uns quadros da média burguesia” -, não apenas pela paulatina proletarianização a que foram sujeitos durante a vigência do Estado Novo, mas também porque a Revolução portuguesa, na sua labuta político-económica, não poderia prescindir do envolvimento e adesão dos mesmos aos seus desígnios. Tais pressupostos de ação serão ulterior e transparentemente esclarecidos por Vasco Gonçalves no “discurso na Sorefame” em maio de 1975 através do qual as classes trabalhadoras e a pequena e média burguesia - ambas enlaçadas numa aliança

²⁹⁴ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sessão de Dinamização Cultural do M.F.A. no Sabugo” in Gonçalves, *Discursos...*, 142.

²⁹⁵ *Ibidem*.

revolucionária - serão, pela voz do Primeiro-ministro, convocadas para a “batalha da produção”. Percebe-se, pois, nitidamente que Vasco Gonçalves pretende alargar a base social de apoio em que o processo revolucionário português se deve escorar, atendendo à consciência política e não propriamente a uma “posição” de classe dentro da sociedade portuguesa. Na verdade, há uma clara intenção de alargar a “todos” o consenso face ao projeto revolucionário português, mas sob restrição de um *a priori* fundamental, inexistente no seu discurso até então: desde que “não tenham por fim na sua vida, a exploração do Povo Português”. Destarte, ainda que sob o signo de um consenso alargado, a tipificação da base social de apoio da Revolução portuguesa é, de facto, mais restritiva no “discurso do Sabugo” do que nas palavras proferidas a 18 de agosto de 1974, data da primeira comunicação ao país de Vasco Gonçalves.

Finalmente, a categórica afirmação de Vasco Gonçalves de que “o maior motivo que nos levou a fazer o 25 de Abril” foram as “classes trabalhadoras”, sinaliza a importância material e simbólico-ideológica da esfera laboral enquanto formada de sujeitos centrais e objetivos no processo revolucionário português. Tentando contrariar as insinuações de “sectarismo” que pululavam sobre o MFA, Vasco Gonçalves concede, simultaneamente, às classes trabalhadoras a centralidade imanente do golpe de Estado e da Revolução portuguesa, consciencializando-as, implicitamente, do seu papel futuro, não só como agentes diretos de uma força motriz revolucionária, mas também como portadoras de um sujeito político em si mesmas: “a personalidade política de Vasco Gonçalves tanto mais houve de ser ter afirmado quanto mais efectivamente avança os trabalhadores durante o tempo revolucionário do seu governo”²⁹⁶.

Nesse sentido, parece existir uma certa continuidade lógico-narrativa entre o “discurso do Sabugo” e a “comunicação ao país” a 18 de agosto de 1974: ambos configuram momentos discursivos que permitem a Vasco Gonçalves contextualizar, explicar e desconstruir. Todavia, as palavras proferidas a 22 de fevereiro de 1975 são, face ao auditório que absorvia as suas palavras, mais objetivas no seu propósito impulsionador e anímico, dada a “fase” em que a Revolução portuguesa se encontrava. Veja-se, em abono, as posições assumidas por Vasco Gonçalves no Sabugo sobre saneamentos - “sanear não é só afastar pessoas. De maneira nenhuma... Eu tentei mostrar que não é isso o saneamento; saneamento é, sobretudo, reformar as estruturas, modificar

²⁹⁶ Soares, *Vasco Gonçalves - perfil...*, 27

os processos, galvanizar com o nosso entusiasmo para que possamos construir um Portugal Novo”²⁹⁷ -; ou sobre as propaladas “tendências extremistas e muito esquerdistas” - “os trabalhadores devem ser sensatos, ser lúcidos, analisar conscientemente a situação que vivem, porque se entrarmos no campo da demagogia ou do extremismo, podemos comprometer este processo, porque temos hoje mais do que nunca que consolidar a democracia entre nós”²⁹⁸ -; ou até mesmo sobre as futuras eleições para a Assembleia Constituinte - “o voto do Povo Português não vai ser exercido contra a liberdade; tem de ser exercido pela liberdade”, sendo que “nós não vamos perder, por via eleitoral, aquilo que tanto tem custado aos Portugueses” e, “por isso, os programas dos partidos devem ser progressistas; programas que tenham em conta, precisamente esses objectivos”²⁹⁹ - para a partir destes três exemplos paradigmático percebermos até que ponto a oratória empregue no “discurso do Sabugo” é, em comparação com a “comunicação ao país” em agosto de 1974, menos lacónica e mais incisiva e detalhada, o que, em face dessa maturada evolução discursiva, nos revela um sujeito político cuja definição se encontra por ele plenamente consciencializada, apropriada e, por conseguinte, consolidada.

No mesmo âmbito, e em contradição com a pauta discursiva brandida durante a vigência do II Governo Provisório, Vasco Gonçalves declara que “não se exige só sacrifícios dos trabalhadores, é preciso exigir-se também sacrifícios dos detentores do capital”³⁰⁰ e, por isso, “(...) fazemos tenção de que eles também paguem para essa austeridade”³⁰¹, pois o “(...) investimento, nas mãos de um Governo honrado e de gente honrada, não é para satisfazer os detentores do capital, mas para satisfazer as necessidades humanas dos Portugueses”³⁰². Como anteriormente mencionado, as classes conciliadas em luta deliquescem-se e gradualmente dão lugar, na oratória de Vasco Gonçalves, a uma inevitável e objetiva luta de classes. Como o mesmo profere no termo da intervenção no Sabugo, “aos trabalhadores eu faço o apelo de que mantenham uma vigilância constante sobre a produção, sobre o nível da produção”, pois “nós estamos envolvidos numa batalha da produção e quem cria a riqueza é o trabalho; o capital é produto do trabalho”³⁰³. Na conceção político-ideológica de Vasco Gonçalves, já completamente coimplicada na

²⁹⁷ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sessão de Dinamização Cultural do M.F.A. no Sabugo” in Gonçalves, Discursos..., 144.

²⁹⁸ *Idem*, 149.

²⁹⁹ *Idem*, 169.

³⁰⁰ *Idem*, 149.

³⁰¹ *Idem*, 166.

³⁰² *Idem*, 167.

³⁰³ *Idem*, 172.

“consolidação” do seu sujeito político, o “trabalho” - seja o assalariado rural ou urbano - , enquanto categoria histórico-produtiva, começa a subordinar as lógicas dominantes do capital, tornando-se fator preponderante para o avanço qualitativo do processo revolucionário português. Se a 5 de Outubro de 1974 evidenciou no Porto que “nós não desejamos agravar as dissensões sociais que existem em qualquer sociedade capitalista, entre o patronato e os assalariados”, sendo que “queremos é que haja compreensão mútua”, e que “essa compreensão não pode ser só de uns, tem de ser de uns e outros”³⁰⁴, a entrada para o mês de março de 1975, seis meses volvidos, parecia vaticinar algo diferente.

As reações ao “discurso do Sabugo” - decisivas, como se depreende, para captar a ação do discurso e um discurso em ação - não tardariam a manifestar-se. Ao gabinete de Vasco Gonçalves, enquanto Primeiro-ministro do III Governo Provisório, chegam duas cartas de remetentes anónimos e um telex de um grupo de trabalhadores assalariados numa empresa em Setúbal. Uma das cartas, a primeira, recebida a 1 de março de 1975, enuncia o seguinte:

“Ouvi com atenção o teu «discurso». Mas só depois de o ler me apercebi melhor da substância. Notável. Com defeitos, claro, alguns advenientes das próprias qualidades. Convém procurar limá-las, julgo, sem afetar radicalmente o estilo. Dos vários comentários de que tenho conhecimento, nenhum põe claramente em destaque aquilo que mais me impressionou na minha “leitura” e me parece constituir lição “fundamental” (o discurso, a meu ver, era um tanto didático e também algo apologético, mas abordava assuntos essenciais com elevação, probidade e nitidez, se bem que a análise fosse, por vezes, relativamente incompleta e superficial). Eis, a meu ver, a “lição”: Há que aproveitar esta rara oportunidade para, conscientemente e pelas nossas mãos, sem convulsões, construir o nosso futuro (...)”³⁰⁵.

Já a segunda, de remetente anónimo, recebida a 28 de fevereiro de 1975, exprime que

“as palavras de V. Excelência foram pronunciadas de forma a serem entendidas por todos; elas por mim, sem vacilar, foram classificadas de CONVERSAS EM FAMÍLIA, em nada se comparando com as do passado, nesse passado em que tantas

³⁰⁴ Vasco Gonçalves, “Discurso na Câmara do Porto nas Comemorações do 5 de Outubro” in Gonçalves, *Discursos...*, 78.

³⁰⁵ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Atividade Pública/Correspondência, 1-3-1975.

injustiças foram cometidas (...). Quem decalca estas palavras, é um humilde português, Técnico de curtumes, que deseja a V. Excelência muitas felicidades, e que não lhe falte saúde, para poder enfrentar tão delicada situação até ao seu término”³⁰⁶.

Quanto ao telex, recebido a 11 de Março de 1975, os trabalhadores da empresa sadina Tonus Montagens e Aluguer de Máquinas, SARL. desejavam

“manifestar o seu agrado pelo discurso proferido por Vossa Excelência, no passado dia 20 de Fevereiro de 1975, através dos órgãos de comunicação e ao mesmo tempo, apoiar totalmente a facção progressista do Governo Provisório e do Movimento das Forças Armadas”³⁰⁷.

Se a primeira carta endereçada a Vasco Gonçalves imprime um cunho mais pedagógico, analítico e distanciado em relação ao “discurso do Sabugo”, qualificando-a de “notável”, apesar de lhe apontar defeitos, a segunda, por seu turno, procura, num estilo mais emotivo e relacional, demonstrar a identificação sentida por parte de um “humilde português, técnico de curtumes” em relação às palavras proferidas no Sabugo, sentimento análogo que os trabalhadores da empresa situada em Setúbal quiseram partilhar no telex em questão.

Reportando-se ao contexto político em apreço, Marcelo Rebelo de Sousa publica no *Expresso* a 22 de fevereiro de 1975 um artigo intitulado “Vasco Gonçalves: subida de peso político”. Recorrendo ao “discurso do Sabugo” como plano de fundo para a sua avaliação e reflexão, Marcelo Rebelo de Sousa assume que a principal característica definidora das palavras de Vasco Gonçalves no evento foi “a de coroar um processo de afirmação política do Primeiro Ministro”, e que “no seu todo, Vasco Gonçalves (representando uma linha de pensamento), saiu com uma posição fortalecida no actual xadrez político português”, concluindo que “este é um facto inequívoco, que pode assumir particular importância no momento presente do processo de democratização em curso”³⁰⁸. Ainda assim, o autor rotula Vasco Gonçalves como “um orador que poderíamos chamar «populista», pondo o acento tónico no estabelecimento de uma comunicação directa com

³⁰⁶ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Atividade Pública/Correspondência, 28-2-1974, sublinhados do texto.

³⁰⁷ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Atividade Pública/Telexes, 11-3-1974.

³⁰⁸ *Expresso*, n.º. 112, 22-2-1975, 2.

o público auditor”, tornando a comunicação “mais longa e talvez menos contundente do que o do Porto”, mas “em contrapartida, foi politicamente mais significativa”³⁰⁹.

Apesar de distintas quanto à forma e ao conteúdo, as reações apresentadas ilustram a amplitude da positiva receptividade que o “discurso do Sabugo” granjeou à época e, nesse sentido, todas se complementam. Nos mais diversos meios e quadrantes - desde a “intelectualidade” até às classes trabalhadoras - a figura política de Vasco Gonçalves reunia amplo consenso não só enquanto Primeiro-ministro, mas também na qualidade de um dos principais representantes e ideólogos do Movimento das Forças Armadas. Nesse sentido, ao etiquetar de “populista” um estilo discursivo que outro intuito não tinha senão o de envolver o auditório numa relação direta, franca e empática com o orador, o articulista Marcelo Rebelo de Sousa contribui igualmente, em nosso entender, para materializar a derradeira “consolidação” de um sujeito político em Vasco Gonçalves, apto a despertar reações - positivas ou negativas - e a suscitar identificações - efémeras ou duradouras. Atendendo às palavras de Maria Alzira Seixo, o estilo político de Vasco Gonçalves contém justamente aquilo que o “engradece na representação e o empequena na individualização”³¹⁰. Ou seja, o desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves impele-o a dialogar discursivamente num estilo direto, dinâmico e frontal, precisamente para que a sua individualidade, numa aceção de “individualismo” *stricto sensu*, se funda numa articulação coletiva, tanto mais experiente e emancipada quanto mais experimentada e posta à prova num processo revolucionário.

Importa referir, todavia, que o consenso gerado em torno e a propósito de Vasco Gonçalves era aparentemente generalizado, mas substancialmente pouco denso. Ao recordar o período temporal que compreendeu a vigência do III Governo Provisório, Melo Antunes destaca a Maria Manuela Cruzeiro o seguinte:

“Nunca se pode dizer que ele tivesse sido sequer, por regra, uma pessoa autoritária na condução dos trabalhos da administração, do Governo. Não, era um homem que dialogava, que ouvia, que entrava em debate. Em todo o caso, à medida que o tempo foi passando, dia a dia, se notava uma maior crispação, uma irritação cada vez maior, o que tornava, obviamente, o diálogo mais difícil”³¹¹.

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ Seixo, “Os discursos de Vasco Gonçalves - um capítulo (de rutura) na História da oratória portuguesa” in AAVV, *Companheiro...*, 479.

³¹¹ Cruzeiro, *Melo Antunes...*, 155.

Seja como for, as críticas só ganharão exacerbada e disseminada intensidade na vigência do IV e, principalmente, do V Governos Provisório, importando desde já adiantar e salientar o facto de, no “auge” da sua legitimidade político-governativa, Vasco Gonçalves começar a ser visto com alguma desconfiança por certos setores militares e político-sociais. Mas, como destaca Marcelo Rebelo de Sousa, referindo-se ao período político vigente do III Governo Provisório, “a personalidade (que o mesmo é dizer, neste caso, a linha) que sobressai como momentaneamente vencedora é o Brigadeiro Vasco Gonçalves, Primeiro Ministro do Governo Provisório, que tem sempre contado com o apoio e confiança do MFA”³¹².

³¹² *Expresso*, nº. 112, 22-2-1975, 2.

4. O IV e o V Governo Provisório: a “afirmação”

“Vasco Gonçalves criou, na realidade (...), um novo estilo de comunicação, fácil e humaníssima, só possível a quem arrisca tudo o que é pessoa, em benefício de um ideário colectivo que exige entrega total, que não admite habilidades ou jogos fáceis. (...) É preciso acompanhar este homem, na sua abnegação, na sua entrega desinteressada a um processo que ajudou a nascer e construir, e apoiá-lo em todos os momentos”³¹³.

Mário Ventura Henriques, *Diário de Notícias*, 25-4-1975.

“(…) Se o sr. Vasco Gonçalves chegar à conclusão de que a revolução socialista não é este maremoto de verbalismo, nem este teatro do gesto, nem este palco do desespero, mas uma lúcida solidariedade, uma acção competente (...), o sr. Vasco Gonçalves só tem, na vida política deste país, um caminho a seguir”³¹⁴.

Artur Portela Filho, *Jornal Novo*, 19-8-1975.

A 30 de agosto de 1975, a Assembleia Constituinte - eleita a 25 de Abril do mesmo ano - reuniu em sessão plenária. Manuel Alegre, deputado do PS à câmara, fez o uso da palavra antes da ordem do dia, proferindo a seguinte intervenção:

“Dizia Karl Marx que a sociedade moderna tinha criado as condições para se passar da organização das seitas à organização real do movimento operário. Assiste-se em Portugal a um fenómeno inverso: à tentativa de sobrepor ao movimento real do povo português a organização artificial de seitas. É nisto que consiste o projecto vanguardista de Vasco Gonçalves, consubstanciado na criação de uma «frente» chamada de unidade e ainda por cima revolucionária”³¹⁵.

Afirmando ainda que

“a nossa Revolução está doente. Está doente de sectarismo e vanguardismo. O sectarismo e o vanguardismo têm sido as doenças mortais de todas as revoluções. A versão portuguesa desta doença é o Cunhalismo-*Gonçalvismo*”³¹⁶.

Dez dias antes, a 20 de agosto de 1975, no mesmo palco em que as palavras de Manuel Alegre foram enunciadas, Vital Moreira, deputado do PCP, dilucida:

“Ainda recentemente nesta Assembleia se afirmou que a Revolução portuguesa tem sido sucessivamente sujeita a dois desvios, que foram designados por «spínolismo» e «gonçalvismo». Este é um exemplo claro de mitificação do processo

³¹³ *Diário de Notícias*, nº. 39149, 25-4-1975, 3.

³¹⁴ *Jornal Novo*, nº. 103, 19-8-1975, 9.

³¹⁵ *Diário da Assembleia Constituinte*, Iª Série, nº. 40, 30-8-1974, 1108, sublinhados do texto.

³¹⁶ *Ibidem*.

revolucionário e das duas linhas a que anteriormente me referi. É acima de tudo uma curiosa teoria, cujo resultado é afirmar que o spinolismo terminou com Spínola. Nada de mais falso”³¹⁷.

E acrescenta:

“Afirmar um pretenso «desvio de esquerda» oposto ao «spinolismo» significa apenas tentar habilidosamente esconder as novas formas desse mesmo spinolismo. E significa também escamotear a autêntica linha divisória que tem marcado a Revolução portuguesa”³¹⁸.

Os dois exemplos por nós referenciados permitem-nos denotar a irrupção do termo “gonçalvismo” no léxico da Revolução portuguesa. Enquanto processo e categoria político-histórica, centrada em Vasco Gonçalves e no seu “projeto político”, o dito termo encerrava em si mesmo um significado ambivalente: o de espetro convertido em assalto ao poder do Estado para uns, e o de assalto ao poder do Estado convertido em espetro para outros. O uso categorial do epíteto “gonçalvismo” foi bramido pelos adversários políticos do mesmo e arrebatada pelos que com ele se identificavam. Estavam, destarte, criadas as condições subjetivas para o recrudescimento da polarização política em torno da *persona* - e, por conseguinte, do sujeito político - de Vasco Gonçalves; uma longa travessia estava prestes a realizar-se entre o revanchismo anacrónico-situacionista e a mitificação nostálgico-saudosista.

No términos temporal da vigência do V Governo Provisório - que, não obstante, Vasco Gonçalves enfatizou ter sido “o mais revolucionário que até hoje existiu no nosso país”³¹⁹ - a contestação político-social que lhe era dirigida afigurava-se por demais evidente. O epicentro crítico desse ímpeto contestatário confluía e personalizava-se na figura política do Primeiro-ministro, Vasco Gonçalves. As palavras de Manuel Alegre auxiliam-nos a desvendar a essência da crítica dos que negavam a sua legitimidade política: na visão dos contestatários, era a subsunção dos desígnios e particularidades do processo revolucionário português, bem como a sua força material e ideológica, na *persona* política de Vasco Gonçalves. Já na visão de Vital Moreira, a equiparação político-concetual entre “spinolismo” e “gonçalvismo” apenas servia o intuito da mistificação do primeiro - e, irremediavelmente, da sua legitimação em contraposição

³¹⁷ *Diário da Assembleia Constituinte*, Iª Série, nº. 33, 20-8-1974, 867.

³¹⁸ *Ibidem*.

³¹⁹ *Cruzeiro, Vasco Gonçalves...*, 221.

existencial com o segundo - e da distorção teleológica do “gonçalvismo” enquanto (suposto) projeto político (autoritário).

Importa, contudo, demonstrar e entender o processo multidimensional, bem como as suas condicionantes, que desencadearam a disseminação político-ideológica da “afirmação” um sujeito político em Vasco Gonçalves. É, de resto, em consequência desse movimento “afirmante” que a polarização que incidia sobre o mesmo era cada vez menos abstrata: a definição de uma totalidade concreta define também as reações, positivas ou negativas, a que esta foi sendo sujeita, tornando-as, no mesmo plano, mais objetivas. Destarte, como se explicaria então a oscilação entre “um novo estilo de comunicação, fácil e humaníssima” de abril, e o “maremoto de verbalismo” num “palco de desespero” de agosto? Atendamos à evolução discursiva de Vasco Gonçalves, e ao desenvolvimento do seu sujeito político, que se desdobram entre a cronologia em questão no ano de 1975.

A 26 de março de 1975 toma posse o IV Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves. No rescaldo do malogrado 11 de Março, e após a institucionalização do MFA, acentua o mesmo na sua tomada de posse:

*“Aos trabalhadores e todas as massas populares, para quem fundamentalmente vão as nossas preocupações e cujo apoio, nas horas difíceis, é prova cabal da confiança que depositam no Governo, apelo daqui para que não abrandem a vigilância popular e para que, com o seu civismo e o seu trabalho, contribuam para a construção de um Portugal democrático, próspero e independente”*³²⁰.

Concisamente, Vasco Gonçalves faz ainda menção aos empresários, afirmando que para os mesmos “abrem-se também novas perspectivas, pois as novas condições do mercado financeiro tornam possível uma distribuição mais justa e mais equilibrada do crédito, sem compadrios nem favoritismos”, sendo que “têm também uma palavra a dizer e a demonstrar que estão ao lado do Povo português”³²¹. As palavras endereçadas aos empresários não são inócuas, pois “há meses que pairava no ar o espectro de uma conspiração dos grandes empresários, em conjugação com elementos de extrema-direita e o apoio de serviços secretos estrangeiros”, sendo que “o enredo de 11 de Março parecia encaixar nessa narrativa e os disparos sobre o RAL1 converteram as suspeitas em

³²⁰ Vasco Gonçalves, “Discurso na Tomada de Posse do IV Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 188.

³²¹ *Idem*, 187.

certezas”³²². Neste sentido, a alusão à não existência de “compadrios nem favoritismos” indicia tacitamente uma perda de privilégios detidos anteriormente pelas classes dominantes, das quais os empresários são “agentes orgânicos”, enquanto os “trabalhadores e as massas populares”, que depositam toda a confiança no IV Governo Provisório, são chamados à “construção de um Portugal democrático, próspero e independente”, sem terem nada a demonstrar ou a comprovar nesse sentido: antes pelo contrário, dado que carregam o ónus do empreendimento. A luta de classes agudizava-se e os campos em disputa dissociavam-se definitivamente.

Como analisaremos adiante, na análise ao “discurso na Sorefame”, o sujeito político em Vasco Gonçalves, durante o IV Governo Provisório, envereda no sentido de uma “afirmação” sem precedentes. Os temas dissertados, a forma como são proferidos e a essência ideológica que enformaram as suas palavras são arquétipos de um *ethos* revolucionário firmado e exteriorizado no horizonte mais amplo da Revolução portuguesa e dos seus desígnios conjeturados.

Seja como for, o discurso da tomada de posse do V Governo Provisório, a 8 de agosto de 1975, indicia um refluxo nesse sentido. Após as dificuldades sentidas para a formação do executivo, em rotura consumada com o campo político-partidário, bem como com diversos oficiais de destaque do MFA e do Conselho da Revolução (CR), entre eles, Vasco Lourenço ou Melo Antunes, Vasco Gonçalves apresenta-se ao país, enquanto Primeiro-ministro do novo governo, política e militarmente “isolado”. Não obstante o apoio contínuo das massas populares em movimento e alguns setores do MFA - e o “discurso de Almada” demonstrá-lo-á -, as suas palavras na tomada de posse do V Governo Provisório em agosto sugerem uma alocução mais “preventiva” face às vexatórias insinuações que incidiam sobre a sua *persona* política e, igualmente, no tocante ao rumo empreendido pela Revolução portuguesa. É, pois, com evidente apreensão que Vasco Gonçalves declara ter sido encetado “um passo importante para a superação de mais um momento difícil da nossa Revolução” firmada na “tomada de posse do V Governo Provisório”, sendo que “as dificuldades na formação deste Governo mais não são que reflexos dos problemas cada vez mais complexos que a marcha do processo revolucionário nos traz”³²³. Refere ainda, no encalço, que

³²² Noronha, *A banca...*, 193.

³²³ Vasco Gonçalves, “Discurso na Tomada de Posse do V Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 465.

“neste momento, e aproveitando uma conjuntura particularmente complicada no desenvolvimento do nosso processo revolucionário, em que as dificuldades económicas resultantes do desmantelamento do sistema económico velho, da crise do capitalismo internacional, dos erros por nós cometidos, se entrelaçam com a grave situação de Angola, com o aumento das pressões internacionais sobre o nosso País e com a incapacidade das forças, a quem a Revolução objectivamente serve para encontrarem um caminho firme de avanço neste processo de transição para o socialismo, as forças reaccionárias, as forças que não pretendem a construção do socialismo em Portugal, *desencadearam uma forte ofensiva que tem deparado com aliados onde devia ter inimigos jurados*”³²⁴.

Já anteriormente, no mesmo evento, o Presidente da República, general Costa Gomes, usara da palavra para enfatizar que a tomada de posse do V Governo Provisório era “uma medida transitória”, sendo este “um Governo de passagem, (...) a pausa política para em clima de ordem, disciplina e trabalho, se poder construir algo de mais definitivo”³²⁵. No mesmo sentido, reiterara igualmente - visando obliquamente o seu óbvio destinatário - que “ninguém é dono da revolução, ninguém é detentor da verdade absoluta; sejamos firmes mas suaves, combativos mas tolerantes nas lutas políticas que traçarão o rumo da revolução socialista portuguesa”³²⁶. A 20 de agosto de 1975, na tomada de posse dos novos Secretários de Estado do V Governo Provisório, Vasco Gonçalves contesta Costa Gomes ressaltando que “ninguém aqui, sr. Presidente da República, está agarrado ao lugar, mas todos estamos ligados a uma revolução que não queremos ver recuar e muito menos perder”, acentuando ainda a necessidade de

“centrar-se a presente crise à volta da figura do Primeiro Ministro. Não é a figura do Primeiro Ministro que se pretende abater, mas sim as ideias que ele defende. Com este ou outro Primeiro Ministro empenhado na Revolução, os nossos adversários não cessariam de mover os seus ataques à Revolução e à Democracia”³²⁷.

Dos dois eventos em análise ressaltam duas conclusões fundamentais. A primeira escora-se na rotura institucional entre Costa Gomes, Presidente da República, e Vasco Gonçalves, Primeiro-ministro. Em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, o segundo

³²⁴ *Ibidem*, sublinhados nossos.

³²⁵ *Diário de Notícias*, nº. 39238, 9-8-1975, 6.

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ Vasco Gonçalves, “Extracto do Discurso Proferido na Posse dos Novos Secretários de Estado do V Governo em Resposta ao Discurso do Presidente da República” in Gonçalves, *Discursos...*, 487-488.

recorda que “foi uma surpresa para mim ele ter feito essa declaração”³²⁸, no tocante à expressão que Costa Gomes empregou para revelar o período de vigência do V Governo Provisório: “um Governo de passagem”. Já o primeiro relembra que “(...) entre mim e o general Vasco Gonçalves (...) havia muitas divergências políticas (...)”³²⁹ à altura da formação do V Governo Provisório, e que este “não tinha realmente condições para durar muito tempo”³³⁰. A harmonia político-institucional entre Presidente da República e Primeiro-ministro, preservada desde a vigência do III Governo Provisório, metamorfoseava-se assim em cisão consumada, o que contribui sobremaneira para o desgaste da *persona* política de Vasco Gonçalves. Ademais, as divergências político-institucionais foram expostas em eventos públicos, o que, por si só, acentuou profundamente a rotura efetiva entre ambos. Se para Costa Gomes o V Governo Provisório seria efêmero, no tocante à sua vigência, nas palavras de Vasco Gonçalves encontramos a necessidade de transcendência do mesmo; tratava-se, com efeito, de assumir por inteiro a ação governativa, elevando-a de “epifenómeno” a elemento constitutivo e fundamental para a superação da crise política, económica e social.

A segunda prende-se com o inequívoco tom defensivo que as palavras de Vasco Gonçalves encerram, face às agressões verbais e políticas dirigidas à sua pessoa. Reafirmando, não obstante, na tomada de posse do V Governo Provisório, que “aos trabalhadores portugueses que nos têm dado os melhores exemplos revolucionários caberão as principais tarefas na construção do socialismo”, Vasco Gonçalves apela a “todos os portugueses e forças políticas patriotas e progressistas, ao Povo Português” para a “reconciliação (...) [e] construção de uma frente que englobando todos os portugueses que têm por objectivo a edificação do socialismo em Portugal torne irreversível o processo revolucionário iniciado a 25 de Abril”³³¹. O quantificador pronominal “todos” reemerge no discurso de Vasco Gonçalves para acentuar a importância decisiva da defesa da Revolução portuguesa face ao contexto adverso que esta atravessava, o que sugere um retorno calculado à pauta semântico-discursiva empregue em anteriores contextos, de índole mais interventiva.

³²⁸ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 221.

³²⁹ Cruzeiro, *Costa Gomes...*, 380.

³³⁰ *Idem*, 384.

³³¹ Vasco Gonçalves, “Discurso na Tomada de Posse do V Governo Provisório” in Gonçalves, *Discursos...*, 466-467.

Ainda assim, um dos pontos nevrálgicos deste processo evolutivo residiu nas eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1975: estas, com efeito, inauguram um novo tipo de legitimidade político-social, a eleitoral, distinguindo-se antagonicamente da legitimidade revolucionária. Vasco Gonçalves será perentório no tocante às mesmas. Em conferência de imprensa na Gulbenkian, a 8 de abril de 1975, coberta pela imprensa nacional e estrangeira, Vasco Gonçalves acentua que “nós não poderíamos, repito, ir perder por via eleitoral aquilo que tanto tem custado a ganhar ao Povo Português”, sendo esse “o pensamento dos Partidos Políticos esclarecidos e progressivos e, portanto, essa Constituição terá em conta essas conquistas do Povo Português”³³². Nesse mesmo evento, mantendo o fio condutor e em resposta às perguntas dos jornalistas, Vasco Gonçalves esclarece que “(...) uma coisa é este Governo de combate que temos, para resolver os nossos problemas imediatos, e outra coisa são as eleições para a Assembleia Constituinte”, pois “as eleições para a Assembleia Constituinte são uma coisa [e] esse Governo operativo de que necessitamos, é outra”³³³. Já em entrevista concedida ao *Diário de Notícias*, e publicada a 25 de Abril de 1975 (data do sufrágio à Assembleia Constituinte), é ainda mais clarividente na sua posição:

“Necessitamos, de facto de uma Assembleia Constituinte que seja progressiva, na medida em que terá de institucionalizar a plataforma das Forças Armadas com os partidos, que garante a continuação e a preservação das conquistas já obtidas. Não se podia conceber agora que fôssemos perder estas conquistas por uma via eleitoralista. Isto significaria uma falta tremenda de politização do nosso povo. Se ele fosse votar por forma a perder pela via eleitoral aquilo que já conquistou, e que por vezes conquistou com tanto custo, pela via revolucionária, era como se estivesse a bater em si próprio. Realizamos as eleições, porque elas demonstrarão que nós cumprimos a nossa palavra, com todos os riscos que elas possam comportar”³³⁴.

A tensão exibida no discurso de Vasco Gonçalves, enquanto Primeiro-ministro e membro do MFA - e *ipso facto* enquanto militar e revolucionário - entre a espessura revolucionária da dimensão político-militar (com todos os seus condicionalismos) e a volatilidade circunstancial da dimensão político-partidária (com todas as suas contingências) é por de mais evidente. O mundo político-partidário e as suas

³³² Vasco Gonçalves, “Texto Introdutório da Conferência de Imprensa na Gulbenkian” in Gonçalves, *Discursos...*, 202.

³³³ Vasco Gonçalves, “Conferência de Imprensa na Gulbenkian” in Gonçalves, *Discursos...*, 223.

³³⁴ Vasco Gonçalves, “Entrevista ao Jornal «Diário de Notícias»” in Gonçalves, *Discursos...*, 244.

idiossincrasias eram “estranhas” a Vasco Gonçalves, e, por isso, encarados com relativa desconfiança. É que munido de uma subjetividade revolucionária, enquanto “pedra angular” da *praxis* de um sujeito político em “afirmação”, a prática legitima a teoria e não necessariamente o inverso. É esta tensão constante entre prática revolucionária e lógica político-partidária que Vasco Gonçalves tenta descompactar, dando claramente primazia à primeira, mas não marginalizando a segunda. Tudo se resume, na conceção do mesmo, ao pragmatismo intencional e urgente de uma ação política que, em contexto revolucionário, procura atender antes de tudo ao seu intrínseco e imediato objetivo transformador, sem que daí resulte necessariamente qualquer rutura no mútuo interesse entre políticos civis e militares, ainda que as crispações ideológicas entre Vasco Gonçalves e os dois partidos políticos mais votados à Assembleia Constituinte - PS e PPD - se agudizem gradualmente com o desenrolar dos acontecimentos. No discurso de Almada, já em rotura consumada com aqueles, frisarà inequivocamente: “enfim, essa gente é como é - e eu sou membro do MFA”³³⁵.

Nesta dialética volátil, os partidos políticos, principalmente o PS, iniciarão também uma campanha de contestação aberta a Vasco Gonçalves e à sua manutenção enquanto Primeiro-ministro dos IV e V Governos Provisórios. No plano do “debate público”, o mês de julho de 1975 constituiu, após a demissão do PS e do PPD do IV Governo Provisório, a primeira grande vaga oposicionista à *persona* política do Primeiro-ministro. Tal embate revela-se bem patente na entrevista ao *Jornal Novo* concedida por Emídio Guerreiro - destacado dirigente do PPD à época -, publicada a 22 de julho de 1975; quando interpelado a respeito da “sua impressão acerca do primeiro-ministro”, responde que “Vasco Gonçalves, até hoje, adoptou uma política que põe em perigo a liberdade em Portugal”³³⁶.

Já no concernente à oposição taxativa do PS, afiguram-se dois momentos definidores. Desde logo, o comício da Fonte Luminosa realizado a 19 de julho de 1975, promovido pelo mesmo e ao qual se juntam outras forças político-partidárias do centro e da direita. Nesse evento, a figura do Vasco Gonçalves e a sua manutenção enquanto Primeiro-ministro são questionadas e contestadas por dirigentes do PS como Salgado Zenha, que declara que Vasco Gonçalves não é “um factor de unidade nacional mas sim

³³⁵ Vasco Gonçalves, “Palavras Pronunciadas no Pavilhão Gimno-Desportivo da Escola D. António da Costa, em Almada” in Gonçalves, *Discursos...*, 470.

³³⁶ *Jornal Novo*, n.º. 80, 22-7-1975, 10.

um factor de divisão nacional”, ou Mário Soares, secretário geral do PS, quando proclama que “o Partido Socialista deseja que o Governo seja presidido por uma personalidade do M.F.A, mas deseja que ela seja apartidária e esteja acima e independente dos partidos”³³⁷, em alusão clara a Vasco Gonçalves e ao seu alinhamento político-ideológico muito próximo ao PCP, adversário político declarado do PS. Percorrendo as páginas do *Expresso*, somos informados que o “comício da Fonte Luminosa” foi “o ponto mais alto [d]a crise governativa [face à demissão do PS e do PPD do IV Governo Provisório], centrada na pessoa do Primeiro-ministro, General Vasco Gonçalves”, onde, não obstante, “tendo por pretexto próximo a manifestação do PS em Lisboa”, deu-se “lugar à montagem de barricadas em vários pontos do país”³³⁸ por parte da Intersindical, trabalhadores diversos e alguns partidos de esquerda, em alusão direta à ação reativa das massas populares em movimento face ao 28 de Setembro de 1974 e ao 11 de Março de 1975. Já no mês de Agosto, é publicada uma “carta aberta” de Mário Soares endereçada a Costa Gomes, Presidente da República à época, no *Jornal Novo*, no dia em que o V Governo Provisório é empossado. Na dita missiva, o líder do PS enfatiza que “um governo minoritário constituído pelo General Vasco Gonçalves - tão obstinadamente agarrado ao poder como outrora Salazar, e como ele convencido de ser um “salvador”, embora de sinal contrário - não tem condições para resolver a maior parte dos graves problemas que afligem o nosso Povo”³³⁹.

Quanto ao PCP, é nítida a percepção - aos dias de hoje - de que este se tinha “desvinculado” politicamente de Vasco Gonçalves, antes mesmo da formação do V Governo Provisório, não obstante as críticas suscitadas à época no tocante à congruência institucional entre o PCP e o mesmo. Em reunião extraordinária do Comité Central do partido em Alhandra, a 10 de agosto de 1975, Álvaro Cunhal apresenta, com efeito, um relatório onde expressa que “pensámos já nesse momento [antes da formação do V Governo Provisório] guardar um campo de manobra política para o nosso partido que não nos atrelasse necessariamente a uma previsível queda do Governo de Vasco Gonçalves, uma vez que não tinha apoio militar, e nos desse margem para reconsiderar a composição do Governo e a sua própria chefia”³⁴⁰.

³³⁷ *Diário de Notícias*, nº. 39221, 21-7-1975, 8.

³³⁸ *Expresso*, nº. 134, 26-7-1975, 17.

³³⁹ *Jornal Novo*, nº. 95, 8-8-1975, 3.

³⁴⁰ Álvaro Cunhal, “Intervenção na Reunião Plenária do Comité Central do PCP” in Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas* (tomo V) (Lisboa: Edições Avante!, 2014), 599-600.

A rotura político-institucional e revolucionária com os partidos políticos estava consumada, numa altura em que estes começariam a disputar derradeiramente o poder *de facto* com o MFA. Apesar de o elenco executivo do V Governo Provisório integrar única e exclusivamente elementos do MDP/CDE - contando também com independentes -, Vasco Gonçalves isolou-se e foi isolado pelo campo político-partidário. No tocante ao campo político-militar, analisaremos nos subpontos seguintes os fatores que igualmente isolaram Vasco Gonçalves daquele, ainda que continuamente “amparado” pela 5ª Divisão/EMGFA e pelos denominados “gonçalvistas”. É, aliás, da 5ª Divisão - à época acusada de ser manietada por Vasco Gonçalves e pelo PCP, enquanto “testa de ferro” no campo político-militar dos mesmos - que surgem as críticas mais incisivas quanto à ação contestatária do PS contra Vasco Gonçalves. Bem exemplificativo disso é o comunicado emitido pela 5ª Divisão a 20 de julho de 1975 a propósito comício da Fonte Luminosa, onde se declara que “as dúvidas insinuadas pelo secretário-geral do Partido Socialista [Mário Soares] sobre a isenção partidária do general Vasco Gonçalves, são consideradas caluniosas e, como tal, merecem o repúdio e a censura do Movimento das Forças Armadas”, sendo “as frequentes manifestações populares de apreço ao Primeiro-ministro Vasco Gonçalves e os votos de confiança aprovados em sucessivas assembleias do MFA são a prova cabal de que o general Vasco Gonçalves não só personifica a coesão militar e a unidade nacional”, uma vez que a sua manutenção enquanto Primeiro-ministro “constitui a garantia de que o processo revolucionário português avançará com firmeza para o socialismo”³⁴¹.

Ainda assim, o elo de ligação com as massas populares em movimento esteve ferreamente firmado durante todo este processo evolutivo. Para isso contribuiu inelutavelmente a “batalha da produção”. Tendo Vasco Gonçalves como um dos seus principais “proponentes”, a “batalha da produção” constituiu um repto do MFA às classes trabalhadoras portuguesas, para que estas assumissem em definitivo o seu papel central na “construção do socialismo português”. Numa visão superficial, a “batalha da produção” *tout court* parece sugerir um processo estritamente económico-financeiro, em que o principal objetivo a atingir passaria pelo incremento da produtividade portuguesa, de modo a fazer face à crise do capitalismo internacional que se repercutia em Portugal, superando-a assim enquanto óbice à “transição para o socialismo”. Todavia, atendendo à sua essência ideológica e material de fundo, deparamo-nos com um cunho processual

³⁴¹ *Movimento*, n.º. 24, 25-7-1975, 4.

bastante mais complexo e abrangente. Com efeito, as palavras de Vasco Gonçalves no seu discurso no 1º de Maio de 1975, no Estádio 1º de Maio, são a esse título elucidativas:

“o principal papel nesta batalha da produção pertence a vós, trabalhadores, que hoje, dadas as medidas já tomadas contra o capital monopolista e latifundista, no sentido do domínio pelo Estado de sectores básicos da produção e do arranque da Reforma Agrária, tendes a garantia de que o vosso trabalho e o vosso esforço reverterão em benefício da colectividade e não em benefício de classes privilegiadas”³⁴².

A 31 de maio de 1975, num encontro com emigrantes portugueses em Bruxelas, aquando da sua presença na cimeira da NATO a 28 de maio do mesmo ano, Vasco Gonçalves esclarece igualmente que

“O nosso futuro, o nosso futuro e o vencermos as duras dificuldades em que nos encontramos, passa por vencer a batalha da produção. É isso vital para o Povo Português, vencer na produção e a produção é feita com o trabalho dos portugueses. É esse o nosso primeiro dever, é o trabalho. E porquê? Porque hoje o trabalho em Portugal tem outro significado. O trabalho que se desenvolve em Portugal é desenvolvido no sentido do futuro, da criação do futuro das classes trabalhadoras dos portugueses”³⁴³.

E por fim, no “discurso na Sorefame”, enfatiza:

“É o trabalho que faz tudo na terra. Há alguma coisa que tenha sido feita na terra sem trabalho? É o trabalho que caracteriza o homem e diferencia o homem dos animais. É o trabalho, actividade que é vital para o homem, que nos caracteriza como pessoas. Pois bem, esse trabalho na situação revolucionária, é um trabalho que, se por um lado é mais alegre, e nos reconforta moralmente, é também mais penoso. Vós tendes também um grande papel a desenvolver no campo do trabalho, no desenvolvimento da produtividade”³⁴⁴.

Na esteira do fio condutor que norteia a articulação dos vários momentos que conferem coerência ao “pensamento-em-ação” de Vasco Gonçalves, é publicado no *Movimento* de 17 de junho de 1975 que a existência de uma “disciplina não é contraditória com a necessidade das massas populares na elaboração das decisões”, mais ainda “quando

³⁴² Vasco Gonçalves, “Discurso no Estádio 1.º de Maio, no dia Comemorativo do Trabalho” in Gonçalves *Discursos...*, 273-274.

³⁴³ Vasco Gonçalves, “Discurso no Encontro com os Emigrantes no Salão de Festas da Comuna de Ixelles - Bruxelas” in Gonçalves, *Discursos...*, 359.

³⁴⁴ Vasco Gonçalves, “Discurso da Sorefame” in Gonçalves, *Discursos...*, 312-313.

uma batalha da produção está em curso e é vital para o futuro da democracia socialista” e, inevitavelmente, “o reforço da disciplina colectiva só será possível através da participação consciente das massas [no processo em questão]”³⁴⁵. Prosseguindo no mesmo encalço, Rémy Freire assina um artigo intitulado “Tarefa do ano dois - ganhar a batalha da produção”, publicado a 12 de maio de 1975 no *Diário de Notícias*, onde se sublinha que “construir uma sociedade nova” depende sobremaneira de “começar por produzir coisas melhores, de outra maneira, para satisfazer necessidades novas”, uma vez que “o projecto de socialismo que nos comprometemos a executar é o projeto de um País Novo que será, ao mesmo tempo, o arauto de um Mundo mais humano para todos os países”³⁴⁶. Por fim, Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, acentua a 18 de maio de 1975 em Baleizão, numa sessão de homenagem a “dois militantes mortos no tempo do fascismo”, que, no contexto da “batalha da produção”, o PCP defende “o direito à greve, mas, na actual situação política e económica, só em casos extremos os trabalhadores devem recorrer a ela”, pois “toda a baixa de produção acabará por ser paga pelos próprios trabalhadores”³⁴⁷.

Atendendo às considerações expostas, cujos pressupostos e ilações se entrelaçam em termos de conteúdo estrutural e concetual, a “batalha da produção” consagra a categoria do “trabalho” num ente ideológico-material dotado de dupla significação e sentido: por um lado, transcendente - pois remete-o para uma “fetichização” ontológica da “construção do socialismo português” - e, em sentido diverso, imanente - uma vez que o “trabalho”, nas premissas evidenciadas, adquire uma valoração tanto mais instrumental e não emancipatória, quanto mais as relações de produção capitalistas permanecem inalteradas. Nessa dicotomia paradoxal repousa, portanto, a manutenção da exploração das classes trabalhadoras, uma vez que a forma-valor das mercadorias produzidas em plena “batalha da produção” permanecia imutada. Por conseguinte, ainda que Vasco Gonçalves venha pugnar ulteriormente pelo desmembramento dos modos de produção capitalista e pela conquista do poder político-económico por parte das classes trabalhadoras, a “batalha da produção” encerra em si mesma esta ambivalência, homóloga, aliás, ao “domingo de trabalho nacional” no mês de outubro de 1974: através do “trabalho” (produtivo) e da “disciplina”, propõe superar a crise económico-financeira e, analogamente, influenciar as massas populares em movimento sob a tutela do MFA e

³⁴⁵ *Movimento*, n.º. 21, 17-6-1975, 1.

³⁴⁶ *Diário de Notícias*, n.º. 39162, 12-5-1975, 7.

³⁴⁷ *Diário de Lisboa*, n.º. 18767, 19-5-1975, 5.

dos seus propósitos fundamentais, embora revelando-se estes mais “progressistas” que no mês de outubro do ano transato. Assim o noticiará o *Expresso* na sua edição de 23 de agosto de 1975, durante a vigência do V Governo Provisório (estando o semanário, à altura, em nítida rotura com Vasco Gonçalves, como analisaremos adiante), num artigo intitulado “«Batalha da Produção» ao serviço de quem?”:

“«batalha da produção», que reuniu um coro de vozes apoiantes, desde elementos do governo e do MFA, Intersindical e alguns partidos políticos - com destaque para o PCP e MDP/CDE - e entre trabalhadores não filiados partidariamente (...) tem sido alvo de críticas diversas, que incidem, em geral, num ponto-chave: o de que lançar uma «batalha da produção» num momento em que o sistema capitalista se mantém vigente no nosso país (apesar das nacionalizações que, no entanto, apenas teriam inflectido o processo no sentido de um capitalismo de Estado) e quando os trabalhadores não detêm definitivamente o poder político e os meios de produção, poderia conduzir efectivamente não à liquidação do capitalismo mas a um reforço do sistema, ainda que eventualmente sob novas formas, mais ou menos estatizadas”³⁴⁸.

Em pauta semelhante, José Saramago publica nos seus “apontamentos” do *Diário de Notícias* a 19 de maio de 1975 - sendo o periódico, à época, acusado de tendenciosidade política e associado à defesa parcial das posições de Vasco Gonçalves e do PCP -, em artigo denominado “Linha directa”, que “até agora, muitos foram os governantes que convocaram o povo para a batalha da produção”, sendo que “em todos os tons o têm feito, desde o patético ao imperativo, mas sempre abstratamente, para oito milhões de produtores, e não jogando com a embaladora esperança de que seja possível uma unanimidade ao redor de uma palavra de ordem”³⁴⁹. Por conseguinte, “os resultados julgam-se pela insistência da convocação e na razão inversa dela: escassos”³⁵⁰.

Ora, à semelhança do “domingo de trabalho nacional” - ainda que com uma abrangência maior, por ser uma “campanha” e não uma jornada diária -, a *persona* política de Vasco Gonçalves sai legitimada e os laços de confiança, representatividade e empatia popular fortalecidos, como evidenciaremos nos subpontos seguintes. Na análise ao “discurso na Sorefame”, será possível vislumbrar que a “batalha da produção” foi um eixo fundamental na interligação de Vasco Gonçalves com as massas populares em

³⁴⁸ *Expresso*, n.º. 138, 23-8-1975, 16.

³⁴⁹ Saramago, *Apontamentos*, 267.

³⁵⁰ *Ibidem*.

movimento. É que, retomando as palavras críticas de José Saramago, “o que importa [no contexto da “batalha da produção”] é que os governantes tenham entendido de uma vez para sempre, que o seu melhor interlocutor (iríamos a dizer, o único verdadeiramente sincero) é a classe operária”³⁵¹.

Em suma, o período temporal da vigência do IV Governo Provisório constituiu a culminância apoteótica da Revolução portuguesa quanto ao fulgor e ímpeto revolucionário que as massas populares em movimento reverberaram, na sua fase mais “objetiva” e “dinâmica”, enquanto sujeitos agentes centrais do processo revolucionário português. A cronologia que compreende a vigência do V Governo Provisório corresponde ao início do período termidoriano do mesmo, durante o qual as massas populares começam a ser paulatinamente remetidas a uma posição mais “defensiva” no quadro da luta de classes, coincidindo essa fase com o esmorecimento do fulgor e ímpeto revolucionário que emergiu entre março e julho de 1975. O “discurso na Sorefame” e o “discurso de Almada” proferidos por Vasco Gonçalves serão, respetivamente, a expressão discursiva da “apoteose” e do “termidor”, enquanto exteriorizações de um sujeito político compaginado com a realidade objetiva que a Revolução portuguesa ia gerando na sua dinâmica de avanços e refluxos qualitativos.

4.1 O desenvolvimento centrífugo do MFA

Após o 11 de Março de 1975, a Revolução portuguesa conhece um desenvolvimento qualitativo tremendo. Nas palavras de Josep Sánchez Cervelló, “o 11 de Março teve repercussões imediatas na estrutura do poder”, sendo que “pareceu que o MFA hegemonizava e abrangia todo o país, mas era apenas uma ilusão, e em breve se pôde verificar que era mais fraco do que julgavam os seus integrantes”, pois “só uma minoria se identificava realmente com o modelo socialista que o MFA reclamava”³⁵². Em posição divergente, Manuel Loff defende que “com a derrota do 11 de Março, a Revolução pareceu ganhar o impulso decisivo para transformar um projeto democrático radical (...) numa «via portuguesa para o socialismo»”, uma vez que “o ciclo político que então se abriu caracterizou-se, antes de mais, por grandes reformas económicas, em

³⁵¹ *Idem*, 267.

³⁵² Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), 227.

particular as nacionalizações”, escorada no “amplo consenso político (pelo menos aparente) em torno das nacionalizações (...)”³⁵³.

As duas posições historiográficas sugerem-nos dois eixos de interpretação distintos, mas ambos caucionados pelo “consenso” em torno do processo revolucionário português. Se Josep Sánchez Cervelló apresenta as devidas relutâncias quanto ao poder *de facto* que o MFA detinha à época, desconsiderando-o assim como instituição tutelar do processo revolucionário português, Manuel Loff, por seu lado, faz incidir a sua análise no poder ideológico-material, sem precedentes, que as nacionalizações inaugurariam nesta fase da Revolução portuguesa, a saber-se, o “rumo ao socialismo”. Não obstante, importa destacar que ambas as visões reconhecem a existência de uma pressentida trepidação nas estruturas político-económicas da Revolução portuguesa após o 11 de Março.

Uma das medidas imediatas e de maior amplitude, após a desventura golpista liderada por António de Spínola em conluio com as classes possidentes, passa pela institucionalização do MFA. A Lei n.º 5/75, promulgada a 14 de março de 1975, “extingue a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e institui o Conselho da Revolução”, uma vez que “os acontecimentos ocorridos em 11 de Março de 1975 impõem uma tomada de atitudes muito firmes por parte do Movimento das Forças Armadas”³⁵⁴. Atendendo às palavras de Maria Inácia Rezola, “o CR dispõe de uma ampla capacidade de intervenção, com poderes constituintes, fiscalizadores e de controlo da actividade legislativa do Governo (...); poderes de conselho do Presidente da República e da vigilância pelo cumprimento do Programa do MFA e das leis constitucionais (...); e amplos poderes militares (...)”, tratando-se, em síntese, “de um organismo com efectivas funções de decisão, concedido como um instrumento de intensificação da participação do MFA na vida político-militar e condutor supremo do processo revolucionário”³⁵⁵. Quanto à sua composição, segundo o Decreto-lei n.º 137-A/75³⁵⁶, o Conselho da Revolução seria integrado por 25 individualidades militares, entre as quais o Presidente da República; o Primeiro-ministro (se militar); os três chefes dos Estados-Militares; o Comandante do COPCON, entre outros. À semelhança do Conselho dos 20, num plano formal, o CR procurava ser uma plataforma de discussão central entre os militares seletos do MFA na

³⁵³ Manuel Loff, “A Revolução, do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975: Impulso, Auge e Refluxo” in Rosas (coord.), *Revolução Portuguesa...*, 78-79.

³⁵⁴ *Diário do Governo*, 14-3-1975, n.º 62/1975, Série I, 1º Suplemento, (394)-1.

³⁵⁵ David Castaño e Maria Inácia Rezola, *Conselho da Revolução 1975-1976. Uma Biografia* (Lisboa: Edições 70, 2021), 74.

³⁵⁶ *Diário do Governo*, 17-3-1975, n.º 64/1975, Série I, 1º Suplemento, (410)-1-410-(2).

procura da unanimidade político-militar, tendo em vista o seu fortalecimento material e ideológico como “órgão central” do poder na Revolução portuguesa.

Com a institucionalização do MFA - e a consequente criação do Conselho da Revolução (CR) - assistimos ao que nos propomos designar “desenvolvimento centrífugo do MFA”, passando este organismo a deter o poder *de jure* no processo revolucionário português. Tal desenvolvimento - cuja dinâmica opera a partir de um “centro interno” para “fora” - escora-se, portanto, num órgão “centralizador” e “centralizante”, juridicamente sustentado, e para o qual convergirão as problemáticas de fundo com que o processo revolucionário português se ia deparando. Neste sentido, o Conselho da Revolução impunha-se como a grande “autoridade revolucionária” que tutelou a Revolução portuguesa à época. A esse propósito, parece-nos sintomática a medida de fundo, promulgada pelo CR, de nacionalizar a banca, com vista a condicionar profundamente o contexto envolvente: é que, em sentido divergente do seu anterior “desenvolvimento centrípeto”, o MFA procurou nesta fase que as influências endógenas, geradas no seu cerne, fossem agora repercutidas de “dentro para fora” de forma a serem absorvidas pelas forças político-sociais e económicas em jogo. Tratava-se, no fundo, de condicionar essas forças sem que o próprio MFA fosse por elas condicionado - ainda que o mesmo não estivesse arredado do contexto objetivo em que atuava, e por isso por ele inevitavelmente influenciado.

Para uma maior fluidez do seu desenvolvimento centrífugo, o MFA enceta negociações com os partidos políticos com vista a um acordo constitucional, que ficaria conhecido para a posteridade por Pacto MFA-Partidos. Segundo noticiou o *Diário de Notícias*, na sua edição de 10 de abril de 1975, no “texto definitivo da plataforma de acordo com os partidos políticos (...)”, o Conselho da Revolução e a Assembleia do M.F.A serão órgãos de soberania consagrados na Constituição política [a ser elaborada, na Assembleia Constituinte, pelos partidos eleitos à mesma]”, estando esta “plataforma política [o Pacto MFA-Partidos] destinada a assegurar «a continuação da revolução política, económica e social iniciada em 25 de Abril» (...) válida por um período de transição que terminará dentro de três a cinco anos com uma revisão constitucional”³⁵⁷. Pela memória de Vasco Lourenço, o “Pacto foi extraordinariamente fácil de discutir”, uma vez que “depois do 11 de Março, a dinâmica era toda ela muito revolucionária e os

³⁵⁷ *Diário de Notícias*, nº. 39136, 10-4-1975, 1.

partidos aceitavam quase tudo o que o MFA lhes propunha”³⁵⁸. Segundo Vasco Gonçalves, “o Pacto teve dois objectivos fundamentais”, sendo o primeiro “institucionalizar o MFA”, e o segundo “garantir a continuidade do processo revolucionário sem deixar de salvaguardar que as conquistas alcançadas não seriam perdidas por via eleitoral”³⁵⁹. A diretriz que norteia a assinatura do Pacto MFA-Partidos, repousa na consolidação do primeiro, a médio/longo prazo, enquanto organismo tutelar *de facto* e *de jure* no desenrolar do processo revolucionário português. A ideia subjacente ao Pacto residia no propósito de tornar o MFA um fator condicionante da legitimidade eleitoral antes sequer da sua existência, dotando-o de um apriorismo que procurará refrear a emergente legitimidade desta face à legitimidade revolucionária detida e conquistada até então.

A disputa ideológico-material entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral era, afinal, a grande contradição de fundo que pautava o ritmo do processo revolucionário português à época. Em artigo intitulado “O M.F.A. na Ordem do Dia”, publicado a 13 de junho de 1975 no *Expresso*, Marcelo Rebelo de Sousa é taxativo: “uma vez terminada a fase durante a qual o MFA sabia quem era o seu inimigo, e as vias políticas que repudiava, é chegada a hora de ter de saber qual a via escolhida, e quais as forças políticas, económicas e sociais suas aliadas”³⁶⁰. O processo centrífugo do MFA afunila-se. Neste sentido, a necessidade do MFA em definir o quadro conceptual e operativo das suas orientações político-ideológicas transforma-se num imperativo sistémico na pretensão de assegurar a manutenção do rumo da Revolução portuguesa e dos seus desígnios. É nesse horizonte de tensões e demarcações que surge o Plano de Ação Política (PAP), com o fito de sintetizar e conciliar as duas legitimidades em conflito, mas, igualmente, as diversas fações que se iam densificando dentro Movimento das Forças Armadas.

Nas palavras de Vasco Lourenço, o PAP “(...) procura ser um documento de consenso, onde tentávamos encontrar a saída para a crise”³⁶¹, bem como “a derradeira tentativa de unidade do MFA” mas “sem resultados concretos”³⁶². Vasco Gonçalves dilucida que o PAP “era uma tentativa de conciliação das diversas sensibilidades [do

³⁵⁸ Cruzeiro, *Do interior...*, 409.

³⁵⁹ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 161.

³⁶⁰ *Expresso*, n.º.128, 13-6-1975, 2.

³⁶¹ Cruzeiro, *Do interior...*, 425.

³⁶² *Idem*, 423.

MFA] e também muito virado para os partidos”, pois pretendia “dar-lhes a segurança de que nós não queríamos marginalizá-los e, ao mesmo tempo, fazer-lhes um apelo para cooperarem connosco”³⁶³. Melo Antunes é ainda mais perentório: o PAP tentou “conciliar o inconciliável”³⁶⁴. Enquanto isso, em artigo publicado nas páginas do *Expresso* a 28 de junho de 1975, intitulado “Uma plataforma de compromissos”, António José Saraiva sintetiza:

“O Plano de Acção Política do MFA parece-me claramente uma *plataforma de compromisso*: que como tal resolve contradições momentâneas por forma mais superficial que profunda. O MFA, porque não é um corpo isolado mas antes faz parte da sociedade em que está, é o reflexo, dentro de certos limites, das contradições do tecido social - pelo que não pode ser lido como um todo homogéneo”³⁶⁵.

No concernente ao seu conteúdo estrutural, o Plano de Acção Política reconhece que “o MFA é o movimento de libertação do povo português, suprapartidário, que define como seu objectivo essencial o da independência nacional”, sendo que essa “passa por um processo de descolonização interna, a qual só se conseguirá através da construção de uma sociedade socialista”, ou seja “uma sociedade sem classes, obtida pela colectivização dos meios de produção, eliminando todas as formas de exploração do homem pelo homem e na qual serão dadas a todos os indivíduos iguais oportunidades”³⁶⁶. Não obstante, “esse caminho será feito por via pluralista”, na qual se depreende “livre expressão e discussão de opiniões”, uma vez que “o pluralismo socialista compreende a coexistência, na teoria e na prática, de várias formas e concepções de construção da sociedade socialista”³⁶⁷. Por conseguinte, “o pluralismo partidário, tal como consta da plataforma de acordo constitucional [Pacto MFA-Partidos], implica a reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião, mesmo que não defendam necessariamente opções socialistas”, e, assim sendo, “os partidos políticos deverão desempenhar durante a via de transição para o socialismo, um papel altamente valioso” como “veículos transmissores da expressão popular, auscultada sob várias formas, incluindo a eleitoral”³⁶⁸.

³⁶³ Cruzeiro, Vasco Gonçalves..., 174-175.

³⁶⁴ Cruzeiro, Melo Antunes..., 228.

³⁶⁵ *Expresso*, nº. 130, 28-6-1975, 18, sublinhados do texto.

³⁶⁶ *Movimento*, nº. 23, 11-7-1975, 4.

³⁶⁷ *Ibidem*.

³⁶⁸ *Ibidem*.

Ou seja, atendendo ao seu teor, além de ambicionar ser uma “plataforma de compromisso” que procurava conciliar todas as contradições emergentes - entre MFA e partidos políticos, entre legitimidade revolucionária e legitimidade eleitoral, e mesmo entre o MFA e o próprio MFA -, o PAP procurava autenticar simultaneamente uma e outra legitimidade, uma e outra facção do MFA, um e outro partido político, acabando por, na prática, não conferir sustentação a ninguém, visto serem todos profundamente antagônicos entre si. Não obstante, partidos políticos e MFA regozijam-se à época com a formulação do PAP: ainda que o estatuto deste se mantenha inquestionável quanto à Assembleia Constituinte - “tem como exclusiva atribuição a missão patriótica de elaborar a Constituição política sendo-lhe vedado qualquer outro tipo de interferência oficial na vida política ou administrativa”³⁶⁹ - os “agentes orgânicos” da legitimidade eleitoral sentem-se representados.

Por ser essencialmente uma solução não só efémera, mas sobretudo impotente para solucionar as contradições emergentes na altura, o PAP acaba por ser “superado” por um documento nuclear e promissor quanto à forma de enfrentar os desafios em jogo: o “Documento-Guia da Aliança Povo-MFA”. Segundo Rui Bebiano, “este procurou associar forças político-militares, em colaboração com importantes setores populares, a um ideal de construção do socialismo que, em simultâneo, rejeitava a intervenção centralista do Estado e dos partidos e recusava o modelo de democracia que nessa mesma altura estava a ser legislado num parlamento democraticamente referendado pela maioria da população”³⁷⁰. Ainda segundo o autor, “mesmo que a reunião tivesse sido incentivada pelo primeiro ministro Vasco Gonçalves, a redação dos termos do documento e a sua votação redundaram na afirmação de um projeto completamente distante de qualquer consenso, abertamente articulado, à revelia até dos setores «gonçalvistas» presentes na Assembleia, com a intervenção dos setores politicamente mais radicais”³⁷¹.

Neste contexto, o “Documento-Guia” (doravante assim designado) é aprovado a 8 de julho de 1975 na AMFA, no intuito de potencializar a legitimidade revolucionária, e com isso secundarizar a legitimidade eleitoral na dialética inerente ao processo revolucionário português. A consubstanciação da aliança Povo-MFA num documento de compromisso declarado permitiria, pois, enquadrar o MFA no contexto de uma

³⁶⁹ *Ibidem*.

³⁷⁰ Rui Bebiano, “Documento-Guia da Aliança Povo-MFA” in António Reis *et al.* (coord.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril* (vol.3) (Porto: Figueirinhas, 2016), 198.

³⁷¹ *Idem*, 192.

irreprimível e generalizada luta de classes, transformando-o num arquétipo “cupulista” de organização de vanguarda da classe trabalhadora. A “Introdução” ao “Documento-Guia” é a esse título esclarecedora: “a aliança POVO-MFA tem sido uma realidade constante do processo revolucionário até ao momento presente”, sendo que “no entanto, a manutenção e consolidação da aliança POVO-MFA passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes trabalhadoras”³⁷², razão pela qual o alcance da missiva em questão passaria por três eixos fundamentais: o primeiro, “fomentar a participação revolucionária das massas no sentido de criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa perspectiva de implantação de poder popular”; o segundo “defender a Revolução das forças reacionárias, através de uma consciencialização profunda das exigências do Processo e da criação de organismos de defesa”; e o terceiro “vencer a BATALHA DA ECONOMIA”³⁷³. A democracia direta e popular, enquanto projeto político objetivo, entrava definitivamente no horizonte mais dilatado da Revolução portuguesa, escorada na aliança Povo-MFA. Em suma: enquanto “punha completamente de lado os recentes resultados eleitorais para a Assembleia Constituinte (...) bem como o valor da nova ordem constitucional que nela estava a ser preparada”³⁷⁴, a “expectativa dos setores militares que o aprovaram era pois que possibilitasse um enquadramento orgânico da radicalização política, do qual resultaria o reordenamento do poder político e a entrada numa nova fase da revolução”³⁷⁵.

No seu jeito incisivo, Vasco Lourenço ironiza: “não passou de um «lindo» projecto...”³⁷⁶. Ao relembrar a aprovação do “Documento-Guia”, Vasco Gonçalves esclarece que “alertei para as dificuldades que ele levantava”, pois o “MFA não era um partido, não dispunha de quadros políticos, para fazer um enquadramento da Revolução da maneira com vinha ali delineado” e, em conclusão, “penso que esse documento precipitou a crise e foi um pretexto para o abandono do [IV] Governo [Provisório] por parte do PS e do PPD”³⁷⁷. Um olhar demorado e atento às linhas e entrelinhas do “Documento-Guia” revela até que ponto o alcance das suas premissas se encontrava alinhado com o que ia sendo ditado pela realidade objetiva da Revolução portuguesa, a

³⁷² *Movimento*, n.º. 24, 25-7-1975, 5, sublinhados do texto.

³⁷³ *Ibidem*, sublinhados do texto.

³⁷⁴ Bebiano, “Documento-Guia da Aliança Povo-MFA” in Reis *et al.* (coord.), *Dicionário de História de Portugal...*, 192.

³⁷⁵ *Idem*, 195-196.

³⁷⁶ Cruzeiro, *Do interior...*, 427.

³⁷⁷ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 178.

saber, a afirmação e o avanço das massas populares no quadro da luta de classes. Não obstante, e em resposta à marginalização da legitimidade eleitoral, PS e PPD - influenciados igualmente por outros episódios como o “caso *República*” - renunciam à constituição do IV Governo Provisório na segunda quinzena de julho de 1975, deflagrando assim uma crise política no decurso do processo revolucionário português.

Enquanto isso, o MFA começa a espalhar-se em diversas “fações” com desígnios e concepções diversas e antagónicas no tocante ao rumo do processo revolucionário português. Se o “gonçalvismo”, enquanto categoria político-histórica e arma de arremesso político à época, caracteriza o período da vigência dos IV e V Governos Provisórios, os “gonçalvistas” enquanto “fação” presente no MFA legitimam-na nesse sentido. Nas palavras de Costa Gomes, “começa a haver uma corrente gonçalvista a partir do momento em que o general Vasco Gonçalves fez aquela série de discursos «inflamados», sobretudo perante as assembleias do MFA”, nas quais “tinha uma aceitação plena (...) arrebatando os presentes”³⁷⁸. Na visão do então Presidente da República é da força ideológica dos discursos de Vasco Gonçalves - e, nesse sentido, também do seu sujeito político em desenvolvimento enquanto ente agregador - que o “gonçalvismo” e a “corrente gonçalvista” germinam. Assim, em contraposição existencial, legitima-se necessariamente a comparência de uma outra “fação” que conteste a “corrente gonçalvista”, bem como a força material e simbólica que Vasco Gonçalves detinha na altura. Não obstante a existência de uma outra “corrente” mais ideologicamente “ambígua”, a “copconista” - esta encabeçada por Otelo Saraiva de Carvalho, que faz publicar a “Autocritica Revolucionária do COPCON” como materialização dos pressupostos teórico-práticos da “fação populista” para a Revolução portuguesa - é, contudo, a “fação dos moderados” ou “Grupo dos Nove”, onde se encontram Vasco Lourenço, Melo Antunes ou Vítor Alves, que irá exercer uma acérrima oposição contra o “gonçalvismo”.

Entre a constituição de um Directório formado por Costa Gomes, Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Gonçalves, órgão cuja competência remetia o Conselho da Revolução para uma redundante e irrelevante posição consultiva³⁷⁹, e a formação do V Governo

³⁷⁸ Cruzeiro, *Costa Gomes...*, 371.

³⁷⁹ Segundo Álvaro Cunhal, na sua “Intervenção na Reunião Plenária do Comité Central do PCP”, a 10 de Agosto de 1975 em Alhandra, “a constituição de um Directório neste momento significa que o MFA está a decapitar-se, que não tem uma solução homogénea, uma direcção revolucionária” in Cunhal, *Obras Escolhidas...*, 596.

Provisório - ou seja, entre finais de julho e princípios de agosto de 1975 - surge o documento que materializa a crítica generalizada a que Vasco Gonçalves foi exposto durante julho e agosto de 1975: o “Documento dos Nove”³⁸⁰, redigido pela (auto)denominada “fação moderada” do MFA ou “Grupo dos Nove”. Segundo Melo Antunes, um dos seus “integrantes”:

“(…) a existência de mais um Governo chefiado por Vasco Gonçalves era o elemento de agravamento de toda a crise, e por isso, de certa forma, acabou por ser o factor político que precipitou um pouco o aparecimento, a necessidade, do documento [dos Nove]”³⁸¹.

Tornado público a 8 de agosto de 1975, dia da posse do V Governo Provisório, mas publicado no dia anterior no *Jornal Novo* - tendo por título oficioso “O Documento Melo Antunes” - o “Documento dos Nove” recusa, em síntese, “o modelo de sociedade socialista tipo Europeu-Oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direção política que crê, obstinadamente, que uma ‘vanguarda’ assente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa ‘vanguarda’ nos centros de poder político e nas estruturas militares” - numa alusão direta ao V Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves, nas vésperas deste ser empossado -, e nega igualmente “o modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental, porque acreditam que os grandes problemas da sociedade portuguesa não podem ser superados pela reprodução no nosso país dos esquemas clássicos do capitalismo avançado”³⁸². Adianta-se ainda que os signatários do documento em apreço “lutam por um projeto político de esquerda, onde a construção duma sociedade socialista - isto é, uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem- se realize aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa, por forma a que a transição se realize gradualmente, sem convulsões e pacificamente”, sendo que “este modelo de socialismo é inseparável da democracia política” e “deve ser construído, pois, em pluralismo político, com os partidos capazes de aderir a este projeto nacional”³⁸³.

³⁸⁰ O número “nove” remete para os militares que assinaram o documento à época, para ser entregue ao Presidente da República, o general Costa Gomes. Entre eles estavam Vasco Lourenço, Melo Antunes, Vítor Alves, Pedro de Pezarat Correia, Sousa e Castro, Manuel Franco Charais, Costa Neves, Canto e Castro, e Vítor Crespo.

³⁸¹ Cruzeiro, *Melo Antunes...*, 233-234

³⁸² *Jornal Novo*, nº. 94, 7-8-1975, 3 (3ª edição).

³⁸³ *Ibidem*.

A curto prazo e numa perspetiva “immediatista”, o impacto do “Documento dos Nove” foi relativamente ténue nos seus almejados intentos, uma vez que os seus signatários foram inclusive suspensos do Conselho da Revolução (para mais tarde voltarem a ser integrados). Contudo, não deixa de ser verdade que este conseguiu mobilizar grande parte da opinião pública, nomeadamente a imprensa privada, e congregar diversos partidos políticos, do centro à direita, na oposição a Vasco Gonçalves e ao rumo “acelerado” da Revolução portuguesa. O mesmo confidenciara a Maria Manuela Cruzeiro que “o documento [dos Nove] tinha, quanto a mim, um objectivo fundamental: pôr fim ao processo revolucionário, às transformações económicas e políticas a caminho do socialismo”³⁸⁴, sendo que “uma coisa que me chocou muito, e aos meus camaradas que se opuseram ao “Documento dos Nove”, foi precisamente ele ter sido publicado sem ser discutido no Conselho da Revolução ou na Assembleia do MFA”³⁸⁵. Um dos objetivos imediatos do “Documento dos Nove” seria cumprido a 6 de Setembro de 1975, um mês após a sua publicação, em Assembleia do Movimento das Forças Armadas realizada em Tancos: o afastamento de Vasco Gonçalves da vida político-militar do país.

As palavras que Melo Antunes profere em presença de Maria Manuela Cruzeiro espelham translucidamente o período conturbado em escrutínio: a “guerra dos documentos” que envolveu o PAP, o “Documento-Guia”, a “Autocrítica Revolucionária do COPCON” e o “Documento dos Nove”, “reflectia, de certa maneira, as confrontações que se passavam no terreno, quer dizer, eram o espelho da tremenda agitação política existente na época” e “substituía a guerra *tout court*, ou seja, a violência política da época traduziu-se na produção de comunicados, na proliferação dos discursos e das movimentações políticas”³⁸⁶. As diversas “fações” emergentes no ceio do MFA e as contradições geradas pelas mesmas - materializadas nos documentos em análise - constituíram um fiel reflexo da realidade objetiva com que o processo revolucionário português se deparava: a plausibilidade de cada documento, na sua índole teórico-prática, fundamentava-se nas contradições em si mesmas. Com efeito, mais do que realçar o sentido teleológico de cada um dos documentos em apreço, importa destacar o contexto historicamente condicionado que os gera e a articulação que os seus conteúdos teórico-concetuais concebem, no entendimento de cada um deles e dos seus autores, da realidade

³⁸⁴ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 204-205.

³⁸⁵ *Idem*, 211.

³⁸⁶ Cruzeiro, *Melo Antunes...*, 227-228.

última e objetiva da Revolução portuguesa à época. Destarte, o desenvolvimento centrífugo do MFA é um processo de contradições ainda mais agudas, em termos comparativos, do que o período que compreendeu o seu desenvolvimento centrípeto, de tal modo que este é apenas “concluído”, e até mesmo “retificado” - graças a um segundo pacto entre o MFA e os partidos políticos - após o golpe militar de 25 de Novembro de 1975, desencadeado pela “fação moderada” do MFA, numa aliança matricialmente constituída na contestação à *persona política* de Vasco Gonçalves com os partidos políticos de centro, direita e extrema-direita.

4.2 - O “discurso na Sorefame”: a “afirmação” no consenso

A 11 de abril de 1975, Mário Murteira, Ministro do Planeamento e Coordenação Económica do IV Governo Provisório, fez uma “exposição ao Conselho da Revolução sobre política económica”. Na sua comunicação, o mesmo identifica que “a luta de classes que se tem travado, não sendo politicamente orientada no conjunto do processo, se tem sido de sinal anticapitalista, *não poderia servir e não tem servido qualquer projecto claro de reconstrução socialista da economia e da sociedade*”³⁸⁷. Prosseguindo no mesmo fio condutor, evidencia a necessidade de “*identificar a dinâmica da classe trabalhadora com um projecto claro de construção do socialismo*, a realizar a longo prazo, mas que deverá arrancar já para finalidades concretas”³⁸⁸. Em suma, e neste âmbito concreto, “é necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a reconstrução socialista da economia *é tarefa deles e para eles*”, o que “implicará a afirmação clara dum princípio *de controlo organizado da produção pelos trabalhadores, para objectivos de produção e eficiência coordenados pelos órgãos estatais de planeamento*”³⁸⁹.

As palavras proferidas por Mário Murteira indiciam a passagem do socialismo - enquanto projeto político - do abstrato ao concreto. A própria dinâmica do processo revolucionário português e da sua realidade tangível à data eram sugestivas: a “luta de classes que se tem travado” repousava ainda num devir que a enquadrasse objetivamente

³⁸⁷ Mário Murteira, “Exposição ao Conselho da Revolução sobre política económica” in Mário Murteira, *Textos de Política Económica* (Lisboa: Serv. Sociais dos Trabalhadores do C. G. D), 14, sublinhados do texto.

³⁸⁸ *Idem*, 16, sublinhados do texto.

³⁸⁹ *Idem*, 17, sublinhados do texto.

enquanto pressuposto modelar no horizonte absoluto da Revolução portuguesa. Nesse sentido, os assalariados urbanos experimentavam a autogestão e o controlo operário nas empresas e os assalariados rurais encetavam a Reforma Agrária (embora, à data, a mesma ainda não estivesse juridicamente enquadrada), sendo que as “situações relacionadas com o desemprego, muitas vezes associadas ao mau aproveitamento de terras, ou ainda a salários em atraso ou tentativas de descapitalização, estão na base das ocupações [agrárias]”³⁹⁰. Num clarividente momento de refluxo político e socioeconómico por parte das classes dominantes, num quadro de luta de classes “sobredeterminado” pela sua participação no malogrado 11 de Março de 1975, as massas populares em movimento e a sua dinâmica definem decisivamente o acontecimento entre março e julho de 1975.

Neste seguimento, a 17 de maio de 1975, Vasco Gonçalves profere na Sorefame - Sociedade Reunidas das Fabricações Metalúrgicas - um dos discursos mais modelares e elucidativos quanto ao desenvolvimento do seu sujeito político. No gesto discursivo em questão, é-nos possível vislumbrar o processo de “afirmação” da sua *persona* política, enquanto Primeiro-ministro (ainda) consensualmente apoiado no plano político-militar e partidário, mas também de um sujeito político que nesta exteriorização, “afirmado” que está, se desdobra entre um *ethos* revolucionário e um *pathos* performativo objetivamente concretos. Em conformidade com os avanços das massas populares em movimento no processo revolucionário português, podemos afirmar que, nessa ótica, é o “discurso na Sorefame” que eleva Vasco Gonçalves a uma plena “agencialidade orgânica” em benefício das classes trabalhadoras portuguesas. Isto é, pelas palavras proferidas na Sorefame, e todo o processo evolutivo até então, o sujeito político em Vasco Gonçalves estreita-se nesta articulação entre o mesmo e as massas populares em movimento; num plano não mais formalmente representativo mas de representação direta e objetiva.

Antes de mais, atendamos ao palco do ato discursivo enquanto elemento essencial de um horizonte de sentido mais vasto. A Sorefame era à data uma empresa do setor metalúrgico situada na Venda Nova, Amadora. Segundo Miguel Perez “[na Sorefame,] a Comissão *ad-hoc* eleita depois do 25 de Abril fora extinta em Janeiro de 1975”, sendo “criada uma nova CT [Comissão de Trabalhadores] em Março de 1975, que vai orientar

³⁹⁰ Fernando Oliveira Baptista, *Portugal 1975. Portugal 1975: Os Campos* (Porto: Afrontamento, 1978), 25.

a sua actividade para o controlo da gestão e produção da empresa”³⁹¹. Na edição de 17 de maio de 1975 do *Diário de Notícias* é evidenciado que “o brigadeiro Vasco Gonçalves desloca-se hoje à Sorefame (...) em visita integrada na Campanha da Batalha da Produção” que visou, segundo João Amaral citado na mesma notícia, “essencialmente demonstrar o apreço do Governo e do Conselho da Revolução não só pelo esforço desenvolvido pelos trabalhadores (...)”, mas também “apelar para a classe operária no sentido de indicar, através das suas organizações, quais as empresas que se encontram na vanguarda desta batalha [da produção]”³⁹². Em idêntica pauta, destaca a edição do *Diário de Lisboa*, na sua edição de 18 de maio de 1975, que “Vasco Gonçalves no importante discurso que proferiu, no sábado passado, nas instalações da Sorefame” constitui a “mais significativa cerimónia de homenagem aos trabalhadores empenhados activamente na batalha da produção, tida neste mesmo como essencial para o triunfo do processo revolucionário a caminho do socialismo em Portugal”³⁹³.

Na perspetiva de uma alusão ao desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves, esta visita e o discurso proferido na Sorefame comportam dois intuitos essenciais. Primeiramente, almeja conceder uma maior robustez, material e ideológica, à campanha da “batalha da produção” enquanto processo fundamental para a “chegada ao socialismo” e, num plano político-institucional, conferir uma maior legitimidade à *persona* política de Vasco Gonçalves - enquanto Primeiro-ministro do IV Governo Provisório e uma das principais “faces institucionais” do processo em questão. É, portanto, e neste sentido, um evento de “enquadramento” de massas no que concerne à “batalha da produção”. Seguidamente, e no tocante a um sujeito político em “afirmação”, Vasco Gonçalves desloca-se à Sorefame para também induzir nas classes trabalhadoras - da Sorefame em particular, e do país em geral - a formação de um sujeito político nelas próprias: é que, no solo em que estas foram (e continuavam a ser) exploradas pelas lógicas do capitalismo português, será o mesmo solo que, através das palavras de Vasco Gonçalves no seu discurso, impelirá a que estas se emancipem enquanto sujeitos agentes definitivamente objetivos do processo revolucionário português. Numa ambivalência paradoxal, a “empresa” desempenhou um papel tanto de espaço socioeconómico de exploração do trabalho como de local em que se buscou mitigar as contradições do modo

³⁹¹ Miguel Ángel Pérez Suárez, *Contra a Exploração Capitalista Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)* (Lisboa: Tese de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008), 146.

³⁹² *Diário de Notícias*, nº. 39167, 17-5-1975, 1.

³⁹³ *Diário de Lisboa*, nº. 18767, 19-5-1975, 4

de produção capitalista - mesmo que a forma-valor das mercadorias, enquanto base desse sistema, permanecesse operante.

Destarte, ao iniciar o gesto discursivo na Sorefame, Vasco Gonçalves clama:

“Viemos aqui aprender convosco. *Isto não são frases literárias o que eu estou aqui a dizer, mas isto é de facto a voz da nossa consciência e do nosso coração.* Vós tendes na mão, vós e os outros trabalhadores e aqueles que estão de facto interessados em construir um Portugal democrático, um Portugal que aponte para o Socialismo; vós tendes na mão o futuro da nossa Pátria. O futuro da nossa Pátria sois vós, vós sois a nossa Pátria. *A Pátria não é uma entidade abstracta, não é uma entidade mítica, mas é uma entidade concreta constituída por todo um povo de carne e osso, que vive dia a dia os seus problemas, que sofre e que tem alegrias; que constrói, dia a dia, na medida das suas possibilidades, o futuro.* Essa é que é a Pátria”³⁹⁴.

E acrescenta, mais tarde:

“Não há hoje, não deve haver uma divisão entre governantes e governados, esta revolução é a nossa revolução. *Nós estamos aqui mas estamos prontos a ir para aí, para o vosso lugar, e vós virdes para aqui.* Isto é uma revolução de nós todos”³⁹⁵.

Ao iniciar o seu discurso, Vasco Gonçalves assume que não traz “frases literárias” consigo, o que, em articulação na evidência de uma sinceridade inusitada em discursos de figuras político-institucionais, pretende gerar um elo identificativo entre o “governante” no palanque e os “populares” na plateia. Essa ligação relacional é depois transfigurada pelo mesmo, na convicção de que o “público auditor” à data - a classe trabalhadora *latu sensu* - deveria inevitavelmente trocar de “lugar” com quem estava no uso da palavra. Ou seja, Vasco Gonçalves torna-se em definitivo num “agente orgânico” - no verdadeiro sentido político de um sujeito em desenvolvimento, e já não no plano de uma *persona* política à procura de legitimidade político-institucional - das massas populares em movimento pois extravasa objetivamente as fronteiras delimitadas, num plano discursivo, entre a mera consciencialização e o repto que impele: deixa de “informar” as classes trabalhadores do seu papel objetivo no processo revolucionário português, para apelar - face à não existência de uma “divisão entre governantes e governados” - a que estas se tornassem “governantes” enquanto sujeitos políticos concretos. Um sujeito político só o será inteiramente na medida em que conseguir gerar

³⁹⁴ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sorefame” in Gonçalves, *Discursos...*, 307, sublinhados nossos.

³⁹⁵ *Idem*, 311, sublinhados nossos.

outros sujeitos políticos na coextensão de “si” - a individualidade, Vasco Gonçalves - com os “outros” - as classes trabalhadoras.

Ainda no tocante aos trechos em análise e na pretensão de evidenciar um processo evolutivo no sujeito político de Vasco Gonçalves, importa ressaltar que, em termos comparativos, a 18 de agosto de 1974, na sua “comunicação ao país na R.T.P.” a “reconstrução nacional” (da pátria) escorava-se “no esforço de todos os portugueses, qualquer que seja a classe social a que pertençam, ao passo que no “discurso na Abertura Solene das Aulas, na Academia Militar”, proferido a 28 de novembro de 1974, dirá que “a nossa Pátria é o nosso Povo de carne e osso”³⁹⁶, assumindo, ainda assim, uma certa ambiguidade no uso genérico de “povo”. Eis a razão por que, em nosso entender, o “discurso na Sorefame” será deveras esclarecedor: o “futuro da nossa Pátria” e a pátria em si mesma eram as classes trabalhadoras. O “patriotismo” que sempre acompanhou o sujeito político de Vasco Gonçalves clarificava-se na ligação dialética deste com o processo revolucionário português: o mesmo, nos três exemplos referidos, era influído pela realidade objetiva da Revolução portuguesa e das suas “fases”, sendo que, na última, a pátria enquanto “entidade concreta” e “superestrutura” ideológica da luta de classes residia no trabalho e na ação objetiva dos assalariados rurais e urbanos. Em suma: “vós quando estais a construir os baloiços para os filhos dos trabalhadores, quando estais a construir as carruagens, quando estais a construir os equipamentos para as centrais eléctricas vós estais a construir a vossa própria Pátria”³⁹⁷.

Ainda segundo Vasco Gonçalves, “são as massas trabalhadoras em união estreita com o MFA que determinarão o futuro da nossa Pátria, porque é da adesão dessas massas aos grandes objectivos nacionais que dependem os resultados da nossa batalha”³⁹⁸. Se o Pacto MFA-Partidos se consubstanciava num documento tangível, com acordo expreso entre as duas partes, a aliança Povo-MFA, por seu lado, era mantida através de um compromisso tácito ainda relativamente abstrato, pela simples razão de uma das entidades da articulação constituir uma massa multitudinária não (objetivamente) quantificável e profundamente heterogénea quanto aos seus modelos de organização e atuação: o “Povo”. Ainda assim, Vasco Gonçalves procura metamorfosear o binómio Povo-MFA na grande força motriz do processo revolucionário português. Assim o refere em entrevista ao Órgão

³⁹⁶ Vasco Gonçalves, “Discurso na Abertura Solene das Aulas, na Academia Militar” in Gonçalves, *Discursos...*, 130.

³⁹⁷ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sorefame” in Gonçalves, *Discursos...*, 308.

³⁹⁸ *Ibidem*.

Central do Partido Comunista Grego, *Rizos-Pastis*, a 1 de Maio de 1975, quando afirma que “é justamente na aliança do Povo com o MFA que repousa a originalidade do processo português e a garantia do seu prosseguimento e consolidação”³⁹⁹. A 27 de julho de 1975, em discurso no Primeiro Congresso da CGTP-IN - após a aprovação do “Documento-Guia” - será ainda mais categórico:

“Eu vejo nesta aliança Povo-MFA uma vanguarda constituída pelas classes trabalhadoras e pelo MFA, movimento revolucionário autónomo das Forças Armadas, aliado aos pequenos industriais, aos pequenos comerciantes, aos pequenos e médios agricultores, porque essa gente também era trucidada e explorada pelo capitalismo monopolista de Estado. E num sistema de transição que nós consideramos, de facto, pôr em prática e executar, essas camadas serão progressivamente conquistadas para a revolução. E, conquistadas para a revolução, terão de futuro, o seu lugar assegurado, e chegará o tempo em que a sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem, será atingida”⁴⁰⁰.

Na senda das palavras de Vasco Gonçalves, denotamos uma urgência dialeticamente escorada em dois vetores convergentes: primeiramente, materializar a aliança Povo-MFA numa totalidade concreta, definindo-lhe os “integrantes” e os desígnios que estes devem almejar, enquanto partes constitutivas dessa coextensão; e, seguidamente, conferir à legitimidade revolucionária a força material e ideológica capaz de superar as contradições e oposições com que esta se deparava, entre elas, a legitimidade eleitoral emanada da Assembleia Constituinte. Em qualquer caso, a “afirmação” de um sujeito político em Vasco Gonçalves é fundamentalmente firmado na aliança Povo-MFA: se a Revolução portuguesa, na visão do Primeiro-ministro, necessitava inexoravelmente desta para subsistir e alcançar aquilo a que se propunha - “a sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem” -, também o seu sujeito político, dialeticamente articulado com o processo revolucionário português, a requeria, motivo pelo qual a articulação entre Vasco Gonçalves e as massas populares em movimento estreita-se também na aliança Povo-MFA. Ora, é justamente nesse sentido que, retomando as suas palavras no “discurso na Sorefame”, Vasco Gonçalves esclarece que “hoje os governantes, o MFA, podem afirmar que os grandes objectivos nacionais a atingir são os objectivos das classes trabalhadoras e de todos os que estão interessados na

³⁹⁹ Vasco Gonçalves, “Entrevista ao Jomal Grego Rizos-Pastis, Órgão Central do PC Grego”, in Gonçalves, *Discursos...*, 260.

⁴⁰⁰ Vasco Gonçalves, “Discurso no Congresso dos Sindicatos” in Gonçalves, *Discursos...*, 454.

revolução que aponta para o socialismo”⁴⁰¹: os anseios das classes trabalhadoras eram também, segundo o próprio, os anseios da própria Revolução portuguesa.

Por fim, atendamos a um dos trechos do discurso em análise mais definidores e caraterizantes do sujeito político em Vasco Gonçalves à época:

“É preciso que as massas trabalhadoras compreendam sem margem para dúvidas quem são os seus aliados na batalha da produção e na superação das dificuldades. Isso é muito preciso e hoje põe-se esse problema. E não tenhamos dúvidas - só há duas alternativas: ou se está com a revolução ou se está com a reacção. Não há terceiras vias, nem há lugar para neutros. *Não pode haver neutros*”⁴⁰².

Embora as suas palavras desemboquem numa dicotomia redutora, Vasco Gonçalves apela objetivamente ao contexto da “batalha da produção”, num momento em que a base social de apoio da Revolução portuguesa se estreitava. E é nessa perspetiva que, segundo as suas palavras, ou se está com a “revolução” ou com a “reação”: tratava-se, com efeito, de alargar, em máxima extensão e elasticidade, a base de sustentação multitudinária do processo revolucionário português escorado na “batalha da produção”. Vasco Gonçalves concretiza-o sem ambiguidades nem rodeios:

“Nós também precisamos de aliados nesta revolução; precisamos de pequenos empresários, médios empresários, que compreendam esta revolução, que caminhem ao nosso lado; nós precisamos também de alianças porque isto é uma tarefa muito grande. Mas, repito, a revolução só comporta duas situações: ou se está com ela ou contra ela. Não há tipos que possam dizer «eu sou neutral, não me interessa nada a política»”⁴⁰³.

À semelhança do “discurso no Sabugo”, a base social de apoio da Revolução portuguesa afunila-se, mas, num plano distinto das palavras proferidas na localidade sintrense, o “discurso da Sorefame” comporta já um eixo prospetivo concreto - e, nesse âmbito, um apelo igualmente mais objetivo -, a saber-se, o “rumo ao socialismo” nas coordenadas da “batalha da produção”, em que a neutralidade era uma “impossibilidade” face à agudização política, social e económica.

Não obstante, a “batalha da produção” num plano de “enquadramento” de massas no alcance do socialismo, não obteve um consenso generalizado, como, de resto, já

⁴⁰¹ Vasco Gonçalves, “Discurso na Sorefame” in Gonçalves, *Discursos...*, 309-310.

⁴⁰² *Idem*, 315, sublinhados nossos.

⁴⁰³ *Idem*, 318.

tínhamos feito referência. Se, por um lado, este processo evidencia ao MFA a importância da centralidade das classes trabalhadoras no processo revolucionário português, irá também patentear-lhe em que medida as massas populares em movimento não são ideologicamente homogêneas. A título de exemplo, durante o mês de junho de 1975, e à “revelia” de alguns setores do MFA, deu-se a “primeira discussão conjunta sobre Conselhos Revolucionário”, noticiada pelo *Expresso* na sua edição do dia 16 do mesmo mês, para que numa “Assembleia conjunta de civis e militares” fossem discutidas “a atual conjuntura política portuguesa e as ligações MFA/POVO, com especial incidência sobre os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores Soldados e Marinheiros e as Comissões Revolucionárias Autónomas de Moradores”⁴⁰⁴. Nessa assembleia afirma-se que “os CRT’s devem começar por ser o povo organizado para exercer o poder”, no ensejo de serem “uma organização onde todo o povo tenha a palavra”⁴⁰⁵. No mesmo seguimento, “em cada fábrica os trabalhadores devem estar organizados para discutir o que lhes diz respeito e eleger organismos que executem aquilo que os trabalhadores decidirem, o que não se tem feito até aqui, nem nas fábricas nem nos sindicatos”, acrescentando que “devemos ver se aquilo que estamos a produzir tem interesse para a economia nacional e se transcendendo o simples lucro para a entidade patronal”⁴⁰⁶.

Embora se apele, na mesma assembleia, a que se “avance no sentido da união POVO/MFA, numa concretização orgânica suprapartidária”⁴⁰⁷, a edição do *Expresso* da semana seguinte demonstra a antagonização encetada entre os CRT’s e o MFA. Em comunicado, o Conselho da Revolução destaca que “verificam-se manifestações de organizações apartidárias que aproveitando e distorcendo declarações de membros do CR lançam o alarme e a preocupação do povo português apelando para a ditadura do proletariado com milícias armadas, via esta que o MFA repudia por não se enquadrar no caminho pluralista já definido para a revolução portuguesa”⁴⁰⁸. Em resposta, os CRT’s emitem também um comunicado em que apodam o “MFA [de] elitista e sublinham que “a forma como [este] treme é evidente no calunioso ataque que faz aos CRT’S acusando-os de partidarismo e de serem divisionistas de classe”, acrescentando que “são-no efetivamente”, na medida em que tal divisionismo introduz uma irremediável cisão “entre a classe trabalhadora e a burguesia, porque isso tem um nome; ditadura do

⁴⁰⁴ *Expresso*, n.º. 128, 13-6-1975, 3.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ *Ibidem*.

⁴⁰⁷ *Ibidem*.

⁴⁰⁸ *Expresso*, n.º. 129, 21-6-1975, 1.

proletariado”⁴⁰⁹. Poder-se-á dizer que a “batalha da produção” poderá ter homogeneizado a produtividade num sentido estritamente económico: sucede, porém, que tal não foi alcançado ao nível ideológico das organizações de massas, sendo que estas, mormente entre setembro e novembro de 1975, após a saída de Vasco Gonçalves da vida político-partidária do país, irão paulatinamente “desvincular-se” e “autonomizar-se” face ao MFA.

Ainda assim, durante o mês de julho de 1975, a aprovação do “Documento-Guia” intentará superar o abstrato ontológico da “aliança Povo-MFA” e integrar as organizações de classe - como eram os CRT’S - num projeto político comum. A queda, porém, do IV Governo Provisório nesse período, em consequência da renúncia executiva do PS e do PPD, origina uma crise político-militar sem precedentes. O “consenso” gerado em torno da *persona* política de Vasco Gonçalves estilha-se e os partidos políticos, bem como certos setores do MFA, não defendem mais a sua manutenção enquanto Primeiro-ministro. Ainda assim, face à crítica crescentemente vexatória sobre o mesmo, são enviados inúmeros telexes e cartas para o seu gabinete político, entre os dias 20 e 23 do mês de julho de 1975 - na sua maioria reagindo ao “comício da Fonte Luminosa” promovido pelo PS - sobretudo para reafirmar o apoio extrapartidário e extramilitar que Vasco Gonçalves ainda detinha, designadamente ao nível dos organismos de classe no mundo do trabalho.

A título ilustrativo, destacamos quatro telexes que evidenciam a estreita ligação entre Vasco Gonçalves e as massas populares em movimento. O primeiro, tendo por remetente a Comissão de Moradores de Cabra-Figa, explicita:

“Nos últimos dias, as forças reacionárias e contra revolucionárias criaram uma crise política por vários processos que foi muito aumentada desde a saída do Governo do Partido Socialista e do P.P.D que estão a colaborar nessa crise. A Comissão de Moradores de Cabra-Figa, da freguesia de Rio de Mouro, reunidos no dia 19 de Julho de 1975, estão indignados com aquelas manobras e consideram indispensável para a revolução Portuguesa que V. Ex^a continue Primeiro Ministro [Vasco Gonçalves] por (...) ser um grande defensor do povo e dos pobres”⁴¹⁰.

⁴⁰⁹ *Ibidem*.

⁴¹⁰ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Atividade Pública/Telexes, 23-7-1975.

Seguidamente, do telex enviado pelos “trabalhadores progressistas do Instituto Geográfico de Cadastral desde sempre devotados à Revolução Socialista Portuguesa”, destaca-se que estes

“estão solidários com o nosso Primeiro Ministro Companheiro Vasco Gonçalves, Homem íntegro e grande Revolucionário. Repudiamos vigorosamente calúnias e provocações proferidas por responsáveis do PS nos comícios reacionários e divisionistas de sexta e sábado últimos. Exigem que os demagogos sejam responsabilizados pela histeria e “paranóia” política de que estão possuídos. A militância revolucionária do binómio POVO-MFA travou uma vez mais a reacção e não permitirá que ela passe”⁴¹¹.

Também as “mulheres de Montemor-o-Novo” assumem apoiar

intransigentemente o avanço do Processo Revolucionário e a construção dum Portugal Socialista em que se acabe definitivamente com a exploração do homem pelo homem. Apoiam firmemente o SR: PRIMEIRO MINISTRO GENERAL VASCO GONÇALVES, como Homem verdadeiramente interessado na Revolução Portuguesa e ao serviço das classes trabalhadoras. Apoiamos também a UNIDADE POVO-M.F.A, garante do Avanço do Processo Revolucionário”⁴¹².

E, finalmente, atendamos ao telex enviado pelos trabalhadores do BESCEL- Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, cujos remetentes

“repudiam vaidade egoísmo e ambição de uns que com calúnia mentira e demagogia pretendam beliscar o prestígio de um homem [Vasco Gonçalves] cujo único defeito tem sido querer defender intransigentemente o verdadeiro povo português. Reiteramos confiança em vossa para a formação de um governo revolucionário rumo ao verdadeiro socialismo”⁴¹³.

No concernente às cartas endereçadas a título pessoal, destacamos a de Maria Mercedes Monteiro, residente na Amoreira, freguesia de Óbidos, na qual apela a Vasco Gonçalves:

“(…) Em nome de Deus e do que mais ama (...) neste mundo lhe peço, coragem e vencerá. Lembre-se que Deus sofreu mais por nós. Nas ficará na história não só como Presidente do Concelho (ou 1º ministro), mas sim (...) como herói e santo. Serão

⁴¹¹ *Idem*, 21-7-1975, sublinhados do texto.

⁴¹² *Idem*, 23-7-1975, sublinhados do texto.

⁴¹³ *Idem*, 21-7-1975.

estas as páginas mais bonitas da história de Portugal. Coragem, Deus está consigo. Portugal tem falta de muitos homens com coragem e abnegação como a vossa Senhor General”⁴¹⁴.

Merece igualmente destaque a missiva de Arlinda Leal a atestar que

“tem sido, senhor general, demasiado humano. A sua modéstia tão fora do comum, fá-lo ver sempre o lado bom de todos - mesmo que alguns nada tenham dentro de si além de falsidade, vento, ambição, inveja”⁴¹⁵.

No panorama da crítica incisiva dirigida a Vasco Gonçalves, vislumbramos tanto a desqualificação da sua *persona* política como, em sentido contrário e reativo a esta, uma apologia intransigente ao seu carácter humano e político. Se os telexes indiciam que a sua articulação com as massas populares em movimento *lato sensu* permanecia inquebrantável, as cartas que lhe foram endereçadas sugerem o início de um processo “mitificador”. Será para o “discurso de Almada”, analisado no subponto seguinte, que se atingirá o ponto culminante de todo este processo referente à desqualificação e à mitificação a que Vasco Gonçalves foi sujeito durante os meses de julho e agosto de 1975.

Importa, contudo, ressaltar que é da “afirmação” de um sujeito político em Vasco Gonçalves que, em duas mundividências distintas, o movimento crítico e apologético se polarizam objetivamente: o “discurso da Sorefame” já o tinha, aliás, insinuado. Ao retomarmos as palavras de Mário Murteira no Conselho da Revolução - “identificar a dinâmica da classe trabalhadora com um projecto claro de construção do socialismo”, em que “é necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a reconstrução socialista da economia é tarefa deles e para eles” -, tendo como pano de fundo as palavras proferidas por Vasco Gonçalves no “discurso da Sorefame”, é possível captar o alcance da resposta ao repto lançado pelo primeiro. Com efeito, a “afirmação” de um sujeito político em Vasco Gonçalves cauciona em simultâneo o projeto político objetivo do país - o socialismo - e a centralidade definidora das massas populares em movimento no processo revolucionário português. Estas seriam, na canção “companheiro Vasco”, pelas palavras e pela voz de Maria de Amparo e Carlos Alberto

⁴¹⁴ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Atividade Pública/Correspondência, 18-7-1975.

⁴¹⁵ *Idem*, 20-7-1975.

Moniz, a “muralha de aço” que daria força ao Primeiro-ministro “companheiro”⁴¹⁶. Não obstante, se o “discurso da Sorefame” afirma o socialismo enquanto horizonte concreto, e as classes trabalhadoras como suas principais beneficiantes, o “discurso de Almada”, proferido três meses depois, já terá de os defender enquanto tais num clarividente refluxo. Persiste, apesar de tudo, uma ambivalência latente entre a *persona* política e o sujeito político em Vasco Gonçalves, no tocante ao “discurso da Sorefame”: se a primeira beneficiava “instrumentalmente” no encontro da fábrica amadoreense, na perspectiva de lhe conceder legitimidade político-institucional (bem como a “batalha da produção), já o segundo, num gesto imperativo quanto ao seu desenvolvimento, “afirma-se” na total articulação com os trabalhadores da Sorefame e do país em geral.

4.3 O “discurso de Almada”: a “afirmação” na crítica

Na sua edição de 21 de julho de 1975, o *Diário de Notícias* destaca que “na última assembleia de delegados do M.F.A., o primeiro-ministro Vasco Gonçalves apresentou um extenso e notável documento sobre a actual situação política”, sendo que, “por motivos compreensivos, tendo em conta a presente conjuntura nacional, esse documento não teve qualquer publicidade, porém, um jornal reproduziu-o na íntegra, facto que levou o gabinete do primeiro-ministro a distribuí-lo a toda a Imprensa”⁴¹⁷. A alusão era óbvia: referia-se ao jornal *Expresso* que na sua edição de 19 de julho do mesmo ano, com a pretensão de “prestar um serviço relevante ao 25 de Abril, transcrevendo um documento fundamental para o processo revolucionário em curso”⁴¹⁸, o publicara nas suas páginas.

A crescente polarização da *persona* política em Vasco Gonçalves afluía também ao plano jornalístico e informativo: durante o mês de Agosto de 1975, se a imprensa nacionalizada - como o *Diário de Notícias* e o *Diário de Lisboa* - seguem uma linha editorial objetivamente apologética no tocante a Vasco Gonçalves, a imprensa privada - onde se destacam jornais como o *Expresso* e o *Jornal Novo* e com os quais, de resto, Vasco Gonçalves se antagonizará publicamente em críticas mutuas - desbravam, segundo um eixo crítico e intransigente, o caminho da contestação no concernente à sua manutenção enquanto Primeiro-ministro. As reações dos periódicos em questão ao

⁴¹⁶ *Canção Companheiro Vasco*. Lisboa: RTP, 1975. [consultado a 10/6/1975, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cancao-companheiro-vasco/>].

⁴¹⁷ *Diário de Notícias*, n.º. 39221, 21-7-1975, 1.

⁴¹⁸ *Expresso*, n.º. 133, 19-7-1975, 12.

“discurso de Almada” enfatizarão sobejamente todo este processo político-social polarizante .

No que diz respeito ao texto da “Análise da Situação Política” redigido por Vasco Gonçalves, se num plano formal é um documento de análise à “superfície” da fase em que o processo revolucionário se encontrava, num plano substancial é a materialização do pensamento político-ideológico que Vasco Gonçalves detinha, relativamente ao mesmo, à época. As causas da crise, segundo o Primeiro-ministro do ainda IV Governo Provisório, ancoram-se no “recrudescimento do boicote económico externo e sabotagem económica”, bem como no “recrudescimento da campanha contra-revolucionária ao nível dos órgãos da Informação internos e externos ao serviço do capital”, vertentes em que igualmente se verificava uma “exploração intensa do “anticomunismo” atávico de grande parte do Povo Português, procurando enquadrar todos os conflitos numa perspectiva de opção pró ou contra o comunismo”⁴¹⁹, entre outras. Apostado em “superar rapidamente essas contradições”, Vasco Gonçalves aponta decididamente para um conjunto de considerações e possíveis soluções, entre elas: 1) “a questão central do socialismo é a questão poder” e “só a tomada do poder pelos trabalhadores permite estabelecer uma sociedade socialista”; 2) “a criação de condições para que os trabalhadores ascendam ao progressivamente ao poder, implica a existência de uma vanguarda política capaz de desenvolver uma prática socialista”, sendo que que a constituição desta “exige uma correcta definição do inimigo na actual do processo”, a saber-se “o capitalismo e todas as organizações ou elementos isolados que, directa ou indirectamente, o servem”; 3) “para além da definição só é possível avançar através de acções concretas, cuja possibilidade de realização depende estreitamente daquela definição política”; e 4) “o idealismo e o voluntarismo têm uma importância muito limitada na criação de condições de avanço para o socialismo, que são determinadas essencialmente pela luta de classes”⁴²⁰.

O documento a que lançamos mão encerra em si mesmo o processo de “afirmação” pleno de um sujeito político em Vasco Gonçalves que, em plano distinto, irá ser exteriorizado no “discurso de Almada”. Com efeito, as palavras proferidas nesse preciso contexto evidenciarão de forma objetiva a linha de pensamento de Vasco Gonçalves, ainda que condicionado pelo refluxo gradualmente materializado da Revolução

⁴¹⁹ Vasco Gonçalves, “Texto da «Análise da Situação Política» Apresentado na Assembleia do MFA, na 2.^a Semana de Julho de 1975” in Gonçalves, *Discursos...*, 417-418.

⁴²⁰ *Idem*, 419-420.

portuguesa e que as classes trabalhadoras iam pressentido. Nas palavras de Vasco Gonçalves, “quando fui fazer o discurso de Almada foi já no sentido de procurar influenciar a situação e denunciar o que se estava a passar”⁴²¹, aludindo a um claro movimento “defensivo” manifestamente insinuado no mesmo.

Após a queda do IV Governo Provisório, inicia-se o processo da formação de um novo elenco executivo. O período que medeia entre os finais de julho e o início de agosto de 1975 encontra-se, todo ele, mergulhado em reações - positivas e negativas - basicamente centradas na manutenção do poder de Vasco Gonçalves enquanto Primeiro-ministro. Veja-se, a título de exemplo, o artigo de Marcelo Rebelo de Sousa intitulado “Factores de crise e cenários de separação (?)”, publicado no *Expresso* a 26 de julho de 1975, onde é enfatizado que “[no rescaldo do comício da Fonte Luminosa] o PS persiste na sua linha de rumo, questionando, na pessoa de Vasco Gonçalves, uma determinada orientação ideológica”, sendo que no que concerne ao PPD, “a posição permanece a de pôr as mesmas condições essenciais para apoiar ou integrar qualquer V Governo”⁴²². Já na edição de 2 de agosto de 1975 do mesmo jornal, o articulista publica em diferente artigo - sob o título “Três longas semanas à procura dum Governo Perdido?” - que “uma maleabilidade de negociação, marcada por um certo maquiavelismo político”, bem como “uma persistência tenaz na prossecução do seu objectivo de permanecer Primeiro-Ministro”, pautavam a ação de Vasco Gonçalves “perante as contrariedades”⁴²³ que a formação de um novo executivo acarretava. Em contraciclo, o *Diário de Notícias* dá conhecimento de um conjunto de “telegramas que temos recebido”, publicados no decurso dos últimos dias de julho de 1975, onde é evidência “a confiança em Vasco Gonçalves, a figura considerada imprescindível para a direcção do V Governo Provisório”⁴²⁴. Na introdução a essas publicações, dá-se nota do seguinte:

“Enquanto Mário Soares e outros dirigentes do Partido Socialista prosseguem a sua campanha contra a figura do Primeiro-Ministro, os trabalhadores esclarecidos deste País, conscientes do carácter da luta que se trava, continuam a fazer coro com as Forças Armadas, considerando caluniosas as últimas declarações públicas daquele «leader» político”⁴²⁵.

⁴²¹ Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 245.

⁴²² *Expresso*, n.º. 134, 26-7-1975, 2.

⁴²³ *Expresso*, n.º. 135, 2-8-1975, 2.

⁴²⁴ *Diário de Notícias*, n.º. 39224, 24-7-1975, 1 e 8.

⁴²⁵ *Idem*, 1.

No palco político-militar, a crispação era também pressentida. Segundo Vasco Lourenço:

“No seio do nosso grupo [dos “moderados”], estávamos decididos a não aceitar a criação do governo que se vislumbra. Vasco Gonçalves estava cada vez mais isolado, não conseguia ninguém à direita do PCP e tudo apontava para a formação de um governo apoiante da teoria da vanguarda revolucionária. Por nós, estávamos dispostos à ruptura pública, a não aceitar a paz podre”⁴²⁶.

Embora o contexto se apresentasse objetivamente periclitante, o V Governo Provisório toma posse a 8 de agosto de 1975 - dia esse coincidente com o da publicação “oficial” do “Documento dos Nove” e da carta aberta de Mário Soares a Costa Gomes, anteriormente analisados - sendo Vasco Gonçalves reempossado Primeiro-ministro. O *Diário de Notícias* destaca o “apelo de Vasco Gonçalves à construção de uma frente que englobe os portugueses no socialismo”⁴²⁷, enquanto o *Expresso*, pelo seu lado, enfatiza ser este “o mais provisório dos Governos Provisórios” na “contestação aberta a Vasco Gonçalves”⁴²⁸. É ainda evidenciado, no mesmo periódico, que

“só a personalidade do primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, forte das correntes que o apoiam, especialmente o Partido Comunista Português, qualidade de apoio sublinhada ainda recentemente pelo comandante do Copcon [Otelio Saraiva de Carvalho] aquando da sua estadia em Cuba, conseguiu dar corpo a um projecto executivo em discordância com a maioria das forças políticas nacionais”⁴²⁹.

Na cerimónia de empossamento do novo elenco governativo, as palavras de Costa Gomes, Presidente da República à data, como que preanunciam um “governo de transição”, enquanto o V Governo Provisório apresenta um programa político intitulado “Defender a Revolução”, no qual se preconiza que

“O V Governo assumiu a missão de agir de forma unitária e não partidária, possibilitando pausa política para ultrapassagem da crise político-militar e assegurando uma firme defesa das conquistas revolucionárias, quer contra a vasta movimentação reaccionária (...)”⁴³⁰.

⁴²⁶ Cruzeiro, *Do interior...*, 445.

⁴²⁷ *Diário de Notícias*, nº. 39238, 9-8-1975, 1.

⁴²⁸ *Expresso*, nº. 136, 9-8-1975, 2.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ *Programa do V Governo Provisório* [consultado a 1/7/2023, disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/govemos-provisorios/gp05/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx>]

E mais se acrescenta:

“Não apresentando o Governo outro programa que não seja o de concretizar e defender a revolução, acima de compromissos e de conflitos partidários, tem de lhe ser dada toda a autoridade e toda a força de que dispuser a própria revolução, não podendo, neste contexto, deixar de se confundir com uma crise da própria autoridade revolucionária qualquer sintoma de fraqueza do Governo no cumprimento do seu programa mínimo”⁴³¹.

Estamos em crer que o refluxo defensivo do processo revolucionário português se materializa “supraestruturalmente” nos contornos político-programáticos do documento em questão. Ora, é neste contexto que o “discurso de Almada” - iniciativa promovida pela 5ª Divisão/EMGFA em articulação com os sindicatos e as comissões de moradores locais - é proferido, tendo em vista a defesa da Revolução portuguesa e do “socialismo”, mas, igualmente, da *persona* política de Vasco Gonçalves. Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, o “discurso de Almada” foi o “canto do cisne” para os seus opositores, mas também - por mais paradoxal que pareça - a resposta cabal aos mesmos na visão dos seus apoiantes. No intuito de evidenciarmos um sujeito político plenamente afirmado, o “discurso de Almada” afigura-se como um evento de magna importância: é que se da oposição taxativa do general Spínola se gerou a formação do mesmo enquanto fator determinante para tal - ainda na vigência do II Governo Provisório -, também da oposição taxativa de diversos setores da sociedade portuguesa se afirmará determinantemente um sujeito político.

Seguindo o fio condutor que nos norteia, Vasco Gonçalves abre o lance discursivo de Almada, diagnosticando que “atravessa o nosso País uma crise grave - política, económica e social, bem como uma “crise de autoridade igualmente”⁴³². E, sem contemporizações, avança:

“Membro do Directório, não exporei o meu ponto de vista sobre o que se passa no seio das nossas Forças Armadas. Não o farei. Não o farei por razões de ética militar e por dignidade. E sobretudo porque sou membro do MFA. Questões de moral, portanto, já que, para mim, MORAL e POLÍTICA vão de par. Verdade que procedendo assim estou a singularizar-me, a destoar na pecha provinciana que leva

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² Vasco Gonçalves, “Palavras Pronunciadas no Pavilhão Gimno-Desportivo da Escola D. António da Costa, em Almada” in Gonçalves, *Discursos...*, 469.

certos políticos a exibirem publicamente as mazelas para suscitem simpatias e apoios (...)”⁴³³.

No seguimento, acrescenta ainda que

“Não satisfeitos com a total liberdade de que desfrutam no País, tais indivíduos, ao verem que o tempo trabalha contra os seus interessezinhos de politiquinhos ávidos de Poder, transformam-se, sem vergonha, nos principais fornecedores das oficinas reaccionárias que, em Portugal e no estrangeiro, porfiam em lançar o descrédito sobre o empreendimento patriótico a que deitámos ombros, desde o 25 de Abril, para que cada Português seja livre e feliz”⁴³⁴.

“Ética e política de par em par” é, antes de mais, uma conceção pessoalíssima de um sujeito político afirmado em Vasco Gonçalves: atendendo ao contexto, e segundos as palavras do mesmo, estas palavras são, nessa aceção, uma crítica ao partidismo político e à sua insaciável voracidade pelo poder durante o processo revolucionário português onde, ao contrário do que seria de esperar, o cinismo da aritmética e da tática políticas se iam sobrepondo aos avanços revolucionários que as massas populares em movimento iam arduamente conquistando. Ou seja, após a rotura consumada com o campo político-partidário, e destacando a “ética-militar” que o rege - na medida em que o seu sujeito político sempre fora ontologicamente consumado entre o perfil de um “militar patriótico” e as suas idiossincrasias temperamentais -, Vasco Gonçalves reconfigura a problemática relação entre “política e moral” que, segundo este, a mundovisão partidarista tinha desfigurado e, num certo sentido até, subvertido em seu próprio interesse e proveito.

No mesmo plano, e em crítica latente ao “Documento dos Nove” e seus redatores (militares), não exporá os problemas do MFA em publico, distinguindo-se destes e das suas ações durante o mês de agosto de 1975, na pretensão de asseverar uma posição política (e moral) contrastante em relação aos mesmos. Apesar de tudo, persiste uma atitude reativa que marcará o tom do “discurso de Almada” na sua globalidade, quer no respeitante à defesa da sua *persona* política, quer no tocante ao desígnio que acalentava para a Revolução portuguesa. Ainda assim, e no plano de um sujeito político afirmado, Vasco Gonçalves enfatiza um *ethos* revolucionário - porquanto é na legitimidade revolucionária que se escora inexoravelmente a derradeira articulação entre “política e moral” - e um *pathos* tipicamente “popular”: tudo isto para dizer que as suas palavras em

⁴³³ *Idem*, 469-470, sublinhados do texto.

⁴³⁴ *Idem*, 470.

Almada não eram “um trabalho literário” na medida em que “eu não sou um literato, nem interessa que haja aqui literatos”, pois “o que interessa é que haja homens transparentes que digam a verdade ao Povo na linguagem que ele entende”⁴³⁵. Tratava-se, pois, de congregar orador e público auditor - composto, na sua maioria, pelas classes trabalhadoras da cintura industrial de Lisboa e de Setúbal - não só no mesmo ecossistema discursivo, mas também de fixar a decorrente narrativa no horizonte de um socialismo que, ética e moralmente, assegurasse a “possibilidade para cada cidadão de ser um homem de qualidade, de ser um homem de lisura”⁴³⁶.

Assumindo o ónus desse duplo intento, Vasco Gonçalves elucida:

“Dizem-nos que este Governo tem poucas possibilidades, tem muito pouca base de apoio, tem uma base de apoio muito restrita. Eu devo dizer-vos aqui o seguinte: *não há nenhuma revolução, numa determinada fase da sua história, que não tenha tido uma base de apoio restrita, pois é precisamente neste momento que é preciso um Governo forte e com autoridade*”⁴³⁷.

Em análise retrospectiva parece-nos óbvia a percepção de Vasco Gonçalves no tocante à progressiva contração da “base de apoio” da Revolução portuguesa. Se durante a vigência do II Governo Provisório, o êxito da mesma dependia da unidade coesa de “todos” os portugueses, no “discurso no Sabugo” e no “discurso na Sorefame”, a base social de apoio dependerá da coesão orgânica das classes trabalhadora. Já no “discurso de Almada” - aquando da crise política, social e económica no cerne de um processo revolucionário -, a “base de apoio” é, por inevitabilidade histórica, (ainda mais) restritivamente pressentida e assinalada.

Perfeitamente ciente dessa compressão da “base de apoio”, Vasco Gonçalves defende com acrescido vigor que têm de estar “à frente de todos, os trabalhadores - operários, camponeses, pescadores - na vanguarda do processo de democratização do País e de transição para o Socialismo”⁴³⁸. Mobilizadas pelo fluxo da sua ação discursiva, as classes trabalhadoras são impelidas a assumir a frente de um processo revolucionário no “rumo ao socialismo”. Ou seja, em termos comparativos com o “discurso na Sorefame” - em que os anseios das classes trabalhadoras determinavam o curso dos acontecimentos -

⁴³⁵ *Idem*, 469.

⁴³⁶ *Idem*, 472.

⁴³⁷ *Idem*, 478, sublinhados nossos.

⁴³⁸ *Idem*, 479.

o gesto discursivo em Almada eleva-as a sujeitos-agentes na dianteira da Revolução portuguesa: elas não são determináveis por nada a partir de fora, mas nelas reside a causa motriz do seu próprio gesto emancipatório.

Ainda que a ligação “Povo-MFA” seja laconicamente referida - na verdade, “o projecto de ligação POVO-MFA [“Documento-Guia”] aprovado pela Assembleia Plenária do Movimento das Forças Armadas, mais não é do que a aprovação, a legalização, do caminho para o acesso progressivo dos trabalhadores ao poder”⁴³⁹ - é no primeiro elemento do binómio que, na visão de Vasco Gonçalves, reside a derradeira força material e ideológica capaz de viabilizar os objetivos da Revolução portuguesa: na mesma medida em que a sua ligação com o MFA estava fragilizada, a sua articulação com as massas populares em movimento impunha-se gradualmente mais afirmada. O findar da gesta em Almada foi, em bom rigor, autoexplicativo: “o tempo do paternalismo, dos mandões, dos donos do País, acabou” e “por isso o Povo tem o direito de exigir que o MFA - seu braço armado - defenda a Revolução, sob pena de deixar de ser o MFA...”⁴⁴⁰.

Por fim, atendamos a três trechos do “discurso de Almada” que evidenciam o movimento “defensivo” que este constitui. No que concerne à problemática da Igreja inserida no processo revolucionário português, Vasco Gonçalves salienta que “certos membros do clero que desprestigiam a missão evangélica da Igreja”⁴⁴¹. Não obstante, clarifica:

“Sempre tenho combatido o anticlericalismo. O Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa sabe-o bem pelas conversas que tem tido comigo. (...) *Nós pensamos que a Igreja pela sua missão evangélica deve ser uma aliada da Revolução democrática e socialista portuguesa, que só pretende acabar com a exploração do homem pelo homem.* Ora isto é um objectivo evangélico; libertar e dignificar o homem é um objectivo evangélico!”⁴⁴².

Já no tocante à possibilidade de um regresso à vigência do fascismo, o mesmo adverte:

“Não tenhamos ilusões de que se voltar o fascismo, este será ainda mais feroz (ver o caso do Chile) do que antes do 25 de Abril. *Teremos mais ferozes do que antes, a*

⁴³⁹ *Idem*, 475.

⁴⁴⁰ *Idem*, 485.

⁴⁴¹ *Idem*, 478.

⁴⁴² *Idem*, 480, sublinhados nossos.

PIDE, a CENSURA, a exploração das classes laboriosas e dos pequenos comerciantes, industriais e agricultores; perderemos a Reforma Agrária, as Nacionalizações, o controlo da produção pelos trabalhadores, a liberdade sindical, o direito à greve, o direito de livre associação e reunião, o direito à formação de partidos políticos, o direito à liberdade de expressão e de pensamento, etc. Numa: palavra, os mais elementares direitos dos cidadãos”⁴⁴³.

Por sua vez, a respeito da iniciativa privada, Vasco Gonçalves afirma que

“se fala de uma via de transição para o Socialismo durante a qual coexistirão o sector público e o sector privado sendo este progressivamente absorvido pelo sector público de acordo com condições que muito brevemente serão estabelecidas e que garantirão os legítimos interesses dos capitais privados que patrioticamente se colocarem ao serviço da Revolução. (...) *Os governos anteriores e o V Governo Provisório nunca deixaram porém de afirmar a importância de manter e de fomentar a iniciativa privada* cujo campo de actuação e estruturas estatais de orientação e coordenação serão claramente estabelecidos pelo Governo”⁴⁴⁴.

O tom defensivo do “discurso de Almada” é a derradeira marca que tipifica o quadro axiológico em que Vasco Gonçalves se move, constituindo, por isso, uma expressão fidedignamente “supraestrutural” da realidade objetiva do processo revolucionário português à data. São relevantes as palavras de Manuel Loff para se entender o contexto: “a norte do Tejo e nas ilhas (...) a resistência das elites conservadoras e da Igreja Católica, que atuava como grande plataforma de convergência antirrevolucionária (...) limitavam claramente o impulso revolucionário”⁴⁴⁵, sendo “essa espécie de Vendeia portuguesa que, desde o início de 1975, mas sobretudo a partir de junho, toma conta das ilhas atlânticas e do país a norte de Rio Maior, numa reação clássica de todos os movimentos contrarrevolucionários de massas”⁴⁴⁶, fator decisivo, portanto, para se entender o refluxo das massas populares em movimento durante o mês de agosto de 1975. Nesse sentido, sob o alerta de “voltar o fascismo” e na intenção de atenuar as contradições que o processo revolucionário português ia gizando entre este e a Igreja Católica, bem como com a iniciativa privada, as palavras a que demos destaque sugerem que o quadro da luta de

⁴⁴³ *Idem*, 479, sublinhados do texto, sublinhados nossos.

⁴⁴⁴ *Idem*, 482-483, sublinhados nossos.

⁴⁴⁵ Manuel Loff, “A Revolução, do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975: Impulso, Auge e Refluxo” in Rosas (coord.), *Revolução Portuguesa...*, 100.

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

classes começava a pressentir uma inversão cujos efeitos tiveram prolongamento no “discurso de Almada”.

Em suma o “discurso de Almada” é um claro movimento “defensivo” da *persona* política de Vasco Gonçalves - e da própria Revolução portuguesa - cuja dinâmica se polariza na derradeira “afirmação” de um sujeito político concetualmente definido, embora ressentido - se o podemos dizer assim - face ao contexto efervescente e que lhe era desfavorável. Destarte, e por ser um discurso acentuadamente centrado em si (e já não no tão apregoado “nós”) e na sua mundovisão pessoal, Almada projeta o “mito” - urdido, a bem dizer, como “defesa” *in extremis* de Vasco Gonçalves -, exacerbando as críticas a que este já estava exposto.

No dia seguinte ao “discurso de Almada”, as notícias do evento tiveram ampla divulgação e repercussão. Em artigo intitulado “Vasco Gonçalves: de militar da média burguesia a instrumento do PCP”, publicado na edição do *Expresso* de 25 de agosto de 1975, o referido jornal interroga-se: “quem é o militar promovido a político que, repetindo sem imaginação o qualificativo de Moreira Baptista e da «Época», chamou ao *Expresso* «pasquim»? ”⁴⁴⁷. Após esboçar-lhe o percurso social - “como pode este burguês médio antifascista e democrata compatibilizar a sua posição de classe (não alterada), com um papel de «vanguarda» que tem crescentemente reivindicado nos tempos mais recentes?”⁴⁴⁸ - e também político - “o itinerário político corresponde aos últimos quatro meses de actividade de Vasco Gonçalves traduziu uma definição que passa da análise MDP/CDE para a análise PCP, e o estigmatiza com um isolamento progressivo”⁴⁴⁹ - e ainda psicológico - absorto que estava num “simplismo maniqueísta de análise” e na “criação de um universo irreal” que “juntam-se numa megalomania crescente”⁴⁵⁰ -, a mesma edição do *Expresso*, em artigo denominado “O discurso de Almada: um homem só rodeado pelos fantasmas que ele próprio criou”, acrescenta:

“Vasco Gonçalves quer exercer o Poder. Poderá ter a intenção pura e idealista de «ajudar o povo a tomar o seu destino em mãos». (...) Mas não há dúvida de que quer exercer o poder, seja como for, contra (quase) tudo, contra (quase) todos. Só isso explica que, decorridos mais de 40 dias de uma crise que ele próprio confessa não estar ultrapassada, se mantenha, cega e obstinadamente, como Primeiro Ministro. Só

⁴⁴⁷ *Expresso*, n.º. 138, 25-8-1975, 13.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁴⁹ *Idem*, 14.

⁴⁵⁰ *Ibidem*.

isso explica a sua raiva loquaz, relativamente aos que, em número crescente, se opõem à sua permanência na chefia do Governo. Só isso explica a sua ida a Almada, na passado segunda-feira, e o seu discurso de Almada”⁴⁵¹.

Em suma, o “discurso de Almada” foi

“o depoimento de um homem só (onde estava a habitual corte militar e civil), um homem sem dúvida perseverante e até corajoso, oscilando entre o trágico e o simplesmente melodramático, entre a tábua de salvação e a despedida, entre a calma e o histerismo, entre o desespero e o misticismo, entre o natural e o teatral, entre a obediência ao que trazia escrito no papel e a tentação do improvisado fácil, entre a resignação e a indignação, entre a política com-moral e a política-sem-moral”⁴⁵².

Por seu turno, António Ribeiro, em artigo intitulado “Vasco Gonçalves põe as cartas na mesa”, publicado na edição de 19 de agosto de 1975 do *Jornal Novo*, salienta que “o estilo do discurso gonçalvista é o costumeiro, feito de rompantes, intercalado de apartes, efusante de sinceridade (...)”, sendo Vasco Gonçalves um “orador consumado” que “nunca se viu perante um auditório indiferente ou mesmo hostil, pois se apresenta sempre perante auditórios previamente preparados para aderir”⁴⁵³. E conclui:

“Testamento político, ou pontapé de saída para mais dez meses de governação, este discurso de Vasco Gonçalves, se outro mérito não teve, serviu para pôr as cartas na mesa. Com o que, todos, gonçalvista ou antigonçalvistas, devemos ficar reconhecidos”⁴⁵⁴.

Em pauta distinta, o *Diário de Notícias* evidencia um “ambiente indiscreto” quando o general Vasco Gonçalves deu entrada no pavilhão [em Almada], pelas 22 horas”, dado que “o primeiro-ministro foi recebido com uma estrondosa ovação, gritando a assistência durante longos minutos, o nome do «companheiro Vasco»”⁴⁵⁵. Ainda segundo este, “seguiram-se depois diversas palavras de ordem como «Vasco em frente, conta com a gente», «Acção, acção, contra a reacção», «Força, força companheiro Vasco, nós seremos a muralha de aço»”⁴⁵⁶. Já o *Diário de Lisboa* realça que o “discurso de

⁴⁵¹ *Ibidem*.

⁴⁵² *Ibidem*.

⁴⁵³ *Jornal Novo*, nº. 103, 19-8-1975, 9.

⁴⁵⁴ *Ibidem*.

⁴⁵⁵ *Diário de Notícias*, nº. 39246, 19-8-1975, 1.

⁴⁵⁶ *Ibidem*.

Almada” constitui “uma análise impiedosa, lúcida, de um patriotismo enorme e de uma tocante sinceridade”⁴⁵⁷, uma vez que

“Em Almada como no Sabugo, o general Vasco Gonçalves (...) prendeu os trabalhadores pela sua simplicidade, pela objectividade com que trata as questões e a sua linearidade de exposição. Porque pensa, e é dos poucos que assim o pensam e conformemente agem, que a política deve ser feita defronte dos trabalhadores. (...) E os trabalhadores que lhe tributaram uma calorosa e prolongada salva de palmas e, na sequência, uma estrondosa ovação, viu o rosto daquele homem do Povo, no final da sessão, banhado em lágrimas. (...) Viam todos e muitos também choraram. Porque Vasco, o trabalhador está contigo”⁴⁵⁸.

A reação da imprensa portuguesa ao “discurso de Almada” reproduz e amplifica a tal polarização que se agudiza em torno da “afirmação” de um sujeito político em Vasco Gonçalves. Se o *Expresso* e o *Jornal Novo* assumirão uma crítica vexatória *ad hominem*, em total assimetria com o Primeiro-ministro, já o *Diário de Notícias* e o *Diário de Lisboa* adotarão uma defesa intransigentemente mais apologética da *persona* em causa: o “discurso de Almada” foi - em si mesmo e nas reações que suscitou -, portanto, o culminar de um dualismo crescentemente exasperado face à legitimidade político-institucional da *persona* política em Vasco Gonçalves.

Atendamos, por fim, a uma carta endereçada a Vasco Gonçalves, redigida por Jorge Noronha a 6 de setembro de 1975, um dia depois da “Assembleia de Tancos”:

“Não perdoaria a mim mesmo se não lhe dirigisse estas palavras que brotam de um português de origem burguesa, mas de coração e mente proletário. Senhor General, debrucei-me sobre a vida e obra desse Homem altruísta que os cubanos e todos os povos sedentos de liberdade de VIVER, o apelidaram de CHE, o AMIGO. Pois bem, permita-me também que o apelide de o AMIGO, o HOMEM. Sim, senhor General, o senhor é a réplica portuguesa desse homem internacional. (...) Lembre-se, senhor General, o senhor É A REVOLUÇÃO e sem o senhor estou absolutamente convencido, A REVOLUÇÃO morrerá, pelo menos a VERDADEIRA REVOLUÇÃO EM PROL DO POVO TRABALHADOR. E se a REVOLUÇÃO morrer (o que estou certo de que acontecerá com a sua desistência da chefia do

⁴⁵⁷ *Diário de Lisboa*, n.º. 18844, 19-8-1975, 1.

⁴⁵⁸ *Idem*, 5.

Estado Maior) que interesse teve para o povo o 25 de Abril de 1974, quando o governo vigente nessa altura cairia automaticamente do poder?”⁴⁵⁹.

A produção epistolar do autor realça, sobremaneira, o “mito” que, na avalanche das críticas mediáticas, o “discurso de Almada” ajudou a intensificar. Se a comparação entre Vasco Gonçalves e Che Guevara evidencia a importância e, mais ainda, a martirização - salvas as devidas distâncias e proporções - de dois revolucionários separados pelo espaço e tempo, a “personalização” do processo revolucionário português na figura política de Vasco Gonçalves foi de tal forma acentuada que o próprio golpe de Estado encetado a 25 de Abril de 1974 - acontecimento que instaurou seminalmente a Revolução portuguesa - é posto em causa, pelo seu (almejado por uns e indesejado por outros) “afastamento”. Não obstante, fica bem patente o poder simbólico-ideológico que, neste contexto objetivo, Vasco Gonçalves detinha e continuou a granjear.

Sintetizando: o seu sujeito político foi determinantemente afirmado, enquanto totalidade concreta, na articulação direta com as massas populares em movimento; uma vez quebrada a sua ligação orgânica e formal com o MFA, este transcende em termos prospetivos e concretos a mitificação e a estigmatização a que foi exposto durante os meses de julho e agosto de 1975. As palavras de Artur Portela Filho - crítico incessante no tocante à *persona* política de Vasco Gonçalves em agosto de 1975 - na edição do *Jornal Novo* de 6 de setembro do mesmo ano, são bem ilustrativas quanto à pretensão de matizar o “imediatismo” e as “contradições” do processo revolucionário português que geraram um sujeito político em Vasco Gonçalves:

“Não houve, não chegou a haver, não merecia haver, aquilo que o PS, sempre excessivo, definiu, aos gritos na rua, como - gonçalvismo. Houve, rapidamente, um homem - Vasco Gonçalves”⁴⁶⁰.

Acrescentando, enfim, que

“o socialismo é científico e ele não o foi. Matemático, tinha, da Matemática, não o número, mas a música. Engenheiro, tinha, da Engenharia, não o aço, mas o sonho. O romantismo não era socialista. E ele, que era socialista, era romântico. O couraçado Potiemkin não cabe no Tejo”⁴⁶¹.

⁴⁵⁹ Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), Arquivo Vasco Gonçalves, Atividade Pública/Correspondência, 6-9-1975, sublinhados do texto.

⁴⁶⁰ *Jornal Novo*, nº. 119, 6-9-1975, 1.

⁴⁶¹ *Idem*, 9.

Conclusão

A 5 de setembro de 1975 realiza-se a Assembleia de Tancos com vista a uma remodelação profunda no Conselho da Revolução, no seguimento de um reordenamento das forças político-militares no MFA: já Vasco Gonçalves era Primeiro-ministro demissionário do V Governo Provisório e o seu nome era então cogitado para CEMGFA. Após as Assembleias de Delegados realizadas pelos três ramos das Forças Armadas - Exército, Força Aérea e Armada, sendo que as primeiras repudiam Vasco Gonçalves enquanto CEMGFA, ao passo que a última o aprova sem reservas - e tendo a Assembleia de Tancos como palco - ao qual, de resto, não comparecem nem os delegados do Exército nem os da Força Aérea - o próprio Vasco Gonçalves declina o cargo de CEMGFA e retira-se a meio do plenário e, ato contínuo, da vida político-militar do país.

Passado compulsivamente à reserva em 1976, desde então não voltou a envolver-se na vida política do país, na qual esteve totalmente imerso entre os anos de 1974 e 1975, comparecendo apenas esporadicamente, nos anos subsequentes, “em acções de campanha eleitoral e em iniciativas da CDU, além de outras de carácter democrático”⁴⁶². Confessará na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro que “não imagino a o que seria a minha vida se não tivesse participado no 25 de Abril” e que “estava a levar à prática ideias que abracei ao longo de toda a minha vida”⁴⁶³. Na verdade, foi o 25 de Abril de 1974 que possibilitou a formação de um sujeito político em Vasco Gonçalves: pese embora “algumas ideias” anteriormente assimiladas, é a “prática” das mesmas que possibilita, na articulação com o MFA e as classes trabalhadoras, esse desenvolvimento. E a *praxis*, cuja dinâmica se consubstanciou na gradual definição do seu ser (político) não foi unilateral: acompanhou o processo, influenciada pelo contexto, adquirindo espessura e agencialidade.

Aludindo, respetivamente, às palavras de Eduardo Lourenço e de José Saramago nas páginas que introduzem o presente estudo, Vasco Gonçalves acabou mesmo por “morrer às mãos do arcebispo de Braga, de Mário Soares, de Melo Antunes e Otelo de Carvalho” e o processo revolucionário português prosseguiu sem ele, na sua “irreversível” marcha. Com efeito, tanto a mitificação de Vasco Gonçalves, enquanto *persona* e sujeito político, como a simétrica negação daquela, decorrem ambas, em nosso entender, das contradições objetivas em que o seu “afastamento” foi consumado: estamos

⁴⁶² Cruzeiro, *Vasco Gonçalves...*, 293.

⁴⁶³ *Idem...*, 9.

em crer, por conseguinte, que a polarização historiográfica a que Vasco Gonçalves foi exposto repousa na inconclusiva disputa dessas lógicas instrumentais à época que, tanto no palco político-partidário como mediático, a História ainda não absorveu e introjetou devidamente. Nesse sentido, a presente dissertação, mais não pretende do que facultar um modesto contributo historiográfico, à luz do qual se possa proceder à desconstrução crítica das costumeiras e precipitadas mundivisões maniqueístas a que a Vasco Gonçalves tem sido mediática, ensaística e academicamente remetido.

Segundo o nosso ponto de vista, o que caracterizou e condicionou, em termos práticos e ideológicos, o desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves, no élan da Revolução portuguesa e das suas diversas fases, foi o singular gesto agregador e fiduciário que se gerou entre o mesmo, as massas populares em movimento e o MFA. À medida que foram sendo assinaladas cada uma das fases paroxísticas que, através da ação dos seus discursos pontuaram a intervenção política de Vasco Gonçalves, tornou-se para nós cada vez mais evidente o desenvolvimento qualitativo de um sujeito político em incessante desenvolvimento e, igualmente, do processo em que este é gerado. Se no período de “indefinição”, a articulação referida é ainda abstrata, enquanto movimento reprodutivo da incerteza dos propósitos e desígnios da Revolução portuguesa, é, porém, na fase da “consolidação” de um sujeito político em Vasco Gonçalves que esse triónimo é firmado e consubstanciado, afirmando-se meses mais tarde no “rumo ao socialismo tipicamente português”: esse sentido teleológico do processo revolucionário português será também o mesmo em que se insinuará a força ideológica e material da crítica incisiva e generalizada a Vasco Gonçalves, nos meses que antecedem o seu “afastamento” e “saída”. Contudo - e nunca é demais insistir -, se a ligação orgânica de Vasco Gonçalves com o MFA foi quebrada, a sua articulação com as massas populares *lato sensu* permanecerá em larga medida intacta.

Ora, a substância político-ideológica que influiu para a *praxis* governativa e revolucionária de Vasco Gonçalves transcende, em nosso entender, a especificação de uma ideologia concreta enquanto apriorismo assimilado antes do processo em que o seu sujeito político se desdobra. Quer isto dizer que ao subsumirmos o pensamento exteriorizado de Vasco Gonçalves, durante os anos de 1974 e 1975, às particularidades do “marxismo-leninismo” - com o qual o próprio, de resto, se identificou - incorreríamos no equívoco de obliterar a tal substância político-ideológica que o seu sujeito político gerou, designadamente a “vanguarda” revolucionária entendida enquanto instituição

militar da qual fazia parte - o MFA, na sua aliança com o “Povo” - , contrariamente à assunção, tipicamente marxista-leninista, de que a “vanguarda” no decorrer de um processo revolucionário deve constituir-se em partido político que materialize as aspirações do povo⁴⁶⁴. É do seu perfil idiossincraticamente militar - esse sim, conscientemente autoapropriado antes do 25 de Abril de 1974, à semelhança das “ideias que abracei ao longo da vida” - e do curso processual da Revolução portuguesa, nas suas diversas “fases”, que surge essa substância político-ideológica que enforma a *persona* e o sujeito político do mesmo.

No tocante à influência aglutinadora da articulação de Vasco Gonçalves com as massas populares em movimento, no desenvolvimento de um sujeito político no mesmo, esta irá sustentar-se nas lógicas de uma dicotomia (à primeira vista) paradoxal, tendo em conta o seu carácter instrumental e imprescindível. Tal explica por que razão a “instrumentalização” das mesmas influiu unidireccionalmente na legitimação político-institucional de que a *persona* política de Vasco Gonçalves necessitava para o desempenho da função executiva de Primeiro-ministro. No tocante ao seu sujeito político, a instrumentalização referida não se verifica na medida em que esta, enquanto mediação entre o “dispensável” e o “indispensável”, era transcendida na articulação imperativa entre as massas populares em movimento e Vasco Gonçalves: “o” requisito primordial da formação e desenvolvimento de um sujeito político no mesmo. É pois essencial e não utilitária a sua articulação com as massas populares em movimento ao nível de um sujeito político em desenvolvimento. Com efeito, Vasco Gonçalves torna-se um “agente orgânico” das massas populares em movimento enquanto corolário dessa relação dialética ao nível do seu sujeito político. Assim sendo, as lógicas em questão dissociam-se na sua confluência, e tal dissociação indica igualmente, em planos distintos, o que foi, por um lado, a *persona* política de Vasco Gonçalves imersa no processo gradual de uma exógena percepção política dos “outros” sobre “si”; e, por outro lado, o que, numa endógena consciência “de si mesmo”, acabou por se constituir num sujeito político, necessariamente coextensivo ao contexto que o rodeava e sobre ele influía e ao processo no qual a sua *praxis* se desenrolava e definia. Em síntese: duas componentes ontologicamente constitutivas do mesmo ente mas organicamente distintas na sua interligação.

⁴⁶⁴ Cf. J. J. Teixeira Ribeiro, “Introdução” in Gonçalves, *Discursos...*, 12.

Nesse sentido, é na conexão - de natureza eminentemente dialética e correlativa e não subordinativa ou mecanicista - entre “processo” e “individualidade” que o desenvolvimento de um sujeito político em Vasco Gonçalves se exterioriza e se expressa. Se as suas palavras ao país a 18 de agosto de 1974 indiciarão um sujeito político apostado em conciliar as classes em disputa, na medida em que a Revolução portuguesa era ainda ambígua quanto ao “papel” objetivo das classes trabalhadoras e das classes dominantes, já o gesto discursivo no Sabugo, em finais de fevereiro de 1975, enquanto reprodução do movimento concreto do processo revolucionário português no pós 28 de Setembro de 1974, sinalizará uma inversão nesse sentido. Afigurou-se-nos relevante, para além disso, mostrar até que ponto o “discurso na Sorefame” e o “discurso de Almada” ilustraram a articulação firmada e afirmada entre Vasco Gonçalves e as massas populares em movimento, uma vez que a luta de classes pendia cada vez mais para o campo dos assalariados rurais e urbanos: ainda que um refluxo se tenha consumado nesse sentido, durante o mês de agosto de 1975, o sujeito político em Vasco Gonçalves acompanha-as no seu movimento “defensivo”, salvaguardada que estava a ligação matricial entre os mesmos, e quebrada que foi a sua ligação com diversos setores do MFA. Em suma, há um sujeito político em Vasco Gonçalves que discursa no Sabugo, e há outro, numa lógica de inesgotável “suprassunção”, que afirma que “não pode haver neutros!” na Sorefame, como existirá ainda outro no uso mobilizador da palavra em Almada, sendo que os três não se estranham, pois fazem parte do mesmo sujeito que, por ser político, manifesta o movimento das condições em que se expressa, reproduzindo-o na essência do próprio ser (político) enquanto Primeiro-ministro, militar e revolucionário.

Em termos (in)conclusivos - seja-nos permitida esta aporia final -, destacamos ainda várias hipóteses de estudo e problemáticas advindas do trabalho que aqui se apresenta, e às quais este não conseguiu atender, num plano mais objetivo, por “extravasarem” as suas fronteiras analíticas e cronológicas: 1) o papel concreto e objetivo que os Governos Provisórios encabeçados por Vasco Gonçalves detiveram em processos como a descolonização ou a Reforma Agrária; 2) A ligação real (se é que existiu) - orgânica ou meramente identificativa - entre o PCP e Vasco Gonçalves durante o processo revolucionário português; 3) A 5ª Divisão/EMGFA enquanto instituição político-militar ideologicamente identificada (e manietada?) por Vasco Gonçalves entre 1974 e 1975; 4) A substância teórico-concetual que, num âmbito memorialístico e historiográfico, enformam a categoria político-histórica do “gonçalvismo”.

Fontes e Bibliografia

Fontes Primárias

Arquivos:

Arquivo Histórico-Parlamentar.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo RTP.

Casa Comum (Fundação Mário Soares e Maria Barroso).

Centro de Documentação 25 de Abril.

Ephemera - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira.

Publicações Periódicas - boletins, jornais e revistas

Diário de Lisboa (1974-1975).

Diário de Notícias (1974-1975).

Expresso (1974-1975).

Flama (1974).

Jornal Novo (1975).

Movimento (1974-1975).

Documentação da Administração Central

Diário do Governo.

Debates Parlamentares:

I Legislatura. In Debates Parlamentares. Lisboa: Assembleia Constituinte, 1975.
[consultado em junho de 2023]. Disponível em
<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac/01/01/01>].

Fontes Secundárias

AAVV, *Debate sobre o Programa de Política Económica e Social*. Lisboa: Moraes, 1975.

CUNHAL, Álvaro. *Obras Escolhidas* (tomo V). Lisboa: Edições Avante!, 2014.

GONÇALVES, Vasco. *Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas*. [S.l.]: Augusto Paulo da Gama, 1976.

Governo Provisório da República Portuguesa, *Programa de Política Económica e Social*. Lisboa: (s.ed.), 1975.

LOURENÇO, Eduardo. *O Fascismo Nunca Existiu*. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

NEVES, Orlando. *A Revolução em Ruptura: Textos históricos da Revolução* (vol. 2). Lisboa: Diabril, 1975-1976.

NEVES, Orlando. *Textos Históricos da Revolução*. Lisboa: Diabril, 1976.

MURTEIRA, Mário. *Textos de Política Económica*. Lisboa: Serv. Sociais dos Trabalhadores da C. G. D., 1975.

Programa do V Governo Provisório [consultado a 1/7/2023, disponível em <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-provisorios/gp05/programa-do-governo/programa-do-v-governo-provisorio.aspx>].

SARAMAGO, José. *Apontamentos*. Porto: Porto Editora, 2014.

Fontes audiovisuais

Canção Companheiro Vasco. Lisboa: RTP, 1975. [consultado a 10/6/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cancao-companheiro-vasco/>].

Discurso de Vasco Gonçalves em Almada (1/2). Almada: RTP, 1975. [consultado a 3/7/2023, disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/discurso-de-vasco-goncalves-em-almada-12/>].

Discurso de Vasco Gonçalves em Almada (2/2). Almada: RTP, 1975. [consultado a 3/7/2023, disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/discurso-de-vasco-goncalves-em-almada-22/>].

Discurso de Vasco Gonçalves - Parte I. Sabugo: RTP, 1975. [consultado a 20/3/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/discurso-de-vasco-goncalves-parte-i/>].

Discurso de Vasco Gonçalves - Parte II. Sabugo: RTP, 1975. [consultado a 20/3/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/discurso-de-vasco-goncalves-parte-ii/>].

Era Uma Vez o Milénio (entrevista a Vasco Gonçalves por Fernando Rosas). Lisboa: RTP, 1998. [consultado a 10/10/2022, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/era-uma-vez-o-milenio-85/>].

Tomada de Posse do II Governo Provisório. Lisboa: RTP, 1974. [consultado a 20/10/2022, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tomada-de-posse-do-ii-governo-provisorio/>].

Tomada de posse do IV Governo Provisório. Lisboa: RTP, 1975. [consultado a 30/4/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tomada-de-posse-do-iv-governo-provisorio/>].

Tomada de posse do V Governo Provisório. Lisboa: RTP, 1975. [consultado a 16/6/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tomada-de-posse-do-v-governo-provisorio/>].

Tomada de posse do General Costa Gomes e do III Governo Provisório. Lisboa: RTP, 1974. [consultado a 10/1/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tomada-de-posse-do-general-costa-gomes-e-do-iii-governo-provisorio/>].

Tourada da Liga dos Combatentes. Lisboa: RTP, 1974. [consultado a 30/10/2022, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tourada-da-liga-dos-combatentes/>].

Vasco Gonçalves apela a “jornada de trabalho nacional”. Lisboa: RTP, 1974. [consultado a 15/1/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/vasco-goncalves-apela-a-jornada-de-trabalho-nacional/>].

Vasco Gonçalves na SOREFAME. Amadora: RTP, 1975. [consultado a 9/5/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/vasco-goncalves-na-sorefame/>].

Vasco Gonçalves no I Congresso de Escritores Portugueses. Lisboa: RTP, 1975. [consultado a 3/5/2023, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/vasco-goncalves-no-i-congresso-de-escritores-portugueses/>].

Bibliografia

Estudos

AAVV, *Companheiro Vasco*. Porto: Inova, 1977.

ALVES, J. J. (trad.). *Problemas da transição para o socialismo*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. Portugal 1975. *Portugal 1975: Os Campos*. Porto: Afrontamento, 1978.

BARATA-MOURA, José. “Um «homem em revolução» sobre Vasco Gonçalves” *Vértice*, II série, nº 130, (Setembro-Outubro 2006): 18-24.

BARRETO, António. *Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1987.

BRITO, J. M. Brandão. *O País em Revolução*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

BRITO, Rui Santana. *Anatomia das palavras: Vasco Gonçalves*. Lisboa: Liber, 1976.

CABRAL, Manuel Vilaverde. *Proletariado - o nome a coisa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983.

CASTAÑO, David e REZOLA, Maria Inácia. *Conselho da Revolução 1975-1976. Uma Biografia*. Lisboa: Edições 70, 2021.

CASTRO, Armando et al. *Vasco Sempre*. Porto: Arca das Letras, 2006.

CEREZALES, Diego Palacios. *O Poder Caiu na Rua*. Lisboa: ICS, 2003.

CEREZALES, Diego Palacios. *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011.

CERQUEIRA, Armando. *Revolução e Contra-Revolução em Portugal (1974-1975)*. Lisboa: Edições Parsifal, 2015.

CERVELLÓ, Josep Sánchez. *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. *Marx-Engels: Obras Escolhidas* (tomo I). Lisboa: Edições Avante!, 2008.

- GRAMSCI, Antonio. *Escritos Livres (1910-1926)*. Lisboa: Edições Colibri, 2021.
- FERNÁNDEZ AMADOR, Mónica e QUIROSA-CHEYROUZE MUÑOZ, Rafael (coord.). *Poder y Transición en España: Las instituciones políticas en el proceso democratizador*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2017.
- FERNANDEZ, Ramón López-Suevos. *O marxismo e análise estrutural*. Coimbra: Coimbra Editora, 1980.
- FERREIRA, José Medeiros (coord.). *História de Portugal - Portugal em Transe (1974-1985)*. Lisboa: Estampa, 1995.
- FERREIRA, José Medeiros. *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Estampa, 1992.
- FONSECA, Ronaldo Guedes da. *A Questão do Estado na Revolução Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- GIDDENS, Anthony. *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta: Editora, 2000.
- GOMES, Bernardino e SÁ, Tiago Moreira de. *Carlucci vs. Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- GOMES, Pedro Marques. *Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no verão quente de 1975*. Lisboa : Alêtheia, 2014.
- GOMES, Pedro Marques e REZOLA, Maria Inácia (coord.). *A Revolução nos Média*. Lisboa: Tinta-da-china, 2014.
- HUNTINGTON, Samuel. “Democracy’s Third Wave” *Journal of Democracy* 2, nº 2, (Spring 1991): 12-34.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFLE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy - Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 2001.
- LÉNINE, Vladimir Ilyich. *Obras Escolhidas* (vol. III). Lisboa: Edições Avante!, 1985.
- LINERA, Álvaro Garcia. *¿Qué es una revolución? y otros ensayos reunidos*. Buenos Aires: CLACSO; Prometeo, 2020.

- LOSURDO, Domenico. *A luta de classes. Uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LOUÇÃ, Francisco e ROSAS, Fernando (orgs.). *Ensaio Geral - Passado e futuro do 25 de Abril*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- LUKACS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAILER, Phill. *Portugal, a revolução impossível?*. Lisboa: Antígona, 2018.
- MARTINS, Rui Cunha (coord.). *Portugal 1974: transição política em perspectiva histórica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.
- MURTEIRA, Mário. *Política económica numa sociedade em transição*. Lisboa: Moraes, 1977.
- NORONHA, Ricardo. *A banca ao serviço do povo*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2018.
- NUNES, António Avelãs. *Vasco Gonçalves. “Essa gente é o que é. Eu sou um homem do MFA*. [S.l.]: Lápis da Memória, 2021.
- PEREIRA, João Martins. *O socialismo, a transição e o caso português*. Amadora: Bertrand, 1976.
- PÉREZ, Miguel. *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-75)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008.
- PIÇARRA, Constantino (Coord.). *Campos do Sul. Memória de uma Revolução*. Lisboa: IHC, 2009.
- PINTO, António Costa. *25 de Abril, 40 anos*. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2014.
- PINTO, Costa Pinto (coord.). *História Contemporânea de Portugal: A Busca da Democracia 1960-2000* (vol. 5). Carnaxide: Objectiva, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. *A Crise das Ditaduras. Portugal, Grécia, Espanha*. Lisboa: Presença, 1975.

- REEVE, Charles. *O Socialismo Selvagem. Ensaio sobre auto-organização e a democracia directa nas lutas de 1789 aos nossos dias*. Lisboa: Antígona, 2019.
- RODRIGUES, Francisco Martins. *Abril traído*. Lisboa: Dinossauro, 1999.
- ROSAS, Fernando et al. *O século XX português: Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Tinta-da-china, 2020.
- ROSAS, Fernando. *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.
- ROSAS, Fernando (coord). *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- ROSAS, Fernando (coord.). *Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Tinta-da-china, 2022.
- ROSAS, Fernando. “Ser e não ser - Notas sobre a Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40º aniversário” *Vírus*, II série, nº 5, (Abril 2014): 4-12.
- REIS, António. et al. (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*. Porto: Figueirinhas, 2016.
- REIS, António (ed.). *Portugal Contemporâneo* (vol. 6). Lisboa: Alfa, 1996.
- REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- REZOLA, Maria Inácia. *Os Militares na Revolução de Abril: O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.
- REZOLA, Maria Inácia. *Melo Antunes - Uma Biografia Política*. Lisboa: Âncora Editora, 2013.
- RUIVO, Francisco Bairrão. *Spínola e a Revolução: Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand, 2015.
- RUIVO, Francisco Bairrão. *Spinolismo: viragem política e movimentos sociais*. Lisboa: Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Estado e a sociedade em Portugal*. Porto: Afrontamento, 1990.
- SANTOS, Maria de Lurdes *et al.* *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas* (vol. 1,2 e 3). Porto: Afrontamento, 1976.
- SERRÃO, Joel. *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.
- SCHMITTER, Phillipe. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade, 1999.
- SILVEIRA, Aparecida Rosângela e STRALEN, Cornelis Johannesvan. “Sujeito e política no debate contemporâneo” *Psicologia em Revista* 23, nº3 (Dezembro 2017): 939-951.
- SOARES, Fernando Luso. *Vasco Gonçalves - Perfil de um Homem*. Lisboa: Gleba, 1979.
- SWEEZY, Paul. *A luta de classes em Portugal*. Lisboa: Arcádia, 1975.
- TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal: de 25 de Abril à Actualidade* (vol. 1). Lisboa: Presença, 2007-2008.
- THOMPSON, E. Palmer. *A miséria da teoria e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.
- TILLY, Charles. *Las Revoluciones Europeas, 1492-1992*. Barcelona: Crítica, 1995.
- VARELA, Raquel. *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand, 2014.
- VARELA, Raquel. *O que é uma Revolução?: Teoria, História e Historiografia*. Lisboa: Colibri, 2015.
- VARELA, Raquel (coord.). *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2012.
- VEIGA, Ivo. *O Boletim do MFA e o Processo Revolucionário Português (Setembro 1974-Agosto 1975)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa (tese policopiada), 2008.

Obras de carácter memorialístico

AMARAL, Diogo Freitas do. *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*. Venda Nova: Bertrand, 1995.

CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a mentira na revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se*. Lisboa: Avante, 1999.

SPÍNOLA, António de. *País sem rumo*. [S.l.]: SCIRE, 1978.

Entrevistas

AVILEZ, Maria João. *Soares: Ditadura e revolução* (vol. 1). Lisboa: Círculo do Leitores, 1996-1997.

CRUZEIRO, Maria Manuela. *Costa Gomes: O Último Marechal*. Alfragide: Dom Quixote, 2014.

CRUZEIRO, Maria Manuela. *Do interior da Revolução: Vasco Lourenço*. Coimbra: Âncora, 2009.

CRUZEIRO, Maria Manuela. *Melo Antunes: o sonhador pragmático*. Lisboa: Notícias, 2005.

CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução*, Lisboa: Notícias, 2002.

CRUZEIRO, Maria Manuela. *Vasco Gonçalves: Um General na Revolução* (2ª ed.). V. N. Famalicão: Húmus, 2021.